FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS (NUCSA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL – PROFIAP

ELISSON SANCHES DE LIMA

ÍNDICE DE CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

PORTO VELHO - RONDONIA
2025

ELISSON SANCHES DE LIMA

ÍNDICE DE CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Linha de pesquisa: Administração Pública e Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra da Cruz Garcia.

PORTO VELHO - RONDÔNIA
2025

ELISSON SANCHES DE LIMA

ÍNDICE DE CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

BANCA EXAMINADORA

_____
Profa. Dra. Sandra da Cruz Garcia (orientadora)
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/PROFIAP/PPGA

_____
Profa. Dra. Rosália Maria Passos da Silva
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/PROFIAP

_____
Prof. Dr. Victor Godeiro de Medeiros Lima
Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PROFIAP

_____
Prof. Dr. Váldeson Amaro Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO/PROFNIT

Catalogação da Publicação na Fonte

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Lima, Elisson Sanches de.

Índice de Condição Financeira Municipal: Proposta de avaliação para municípios de Rondônia / Elisson Sanches de Lima. – Porto Velho, 2025.

203 f.: il.

Orientação: Profa. Dra. Sandra da Cruz Garcia.

Dissertação de (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Condição Financeiro Governamental. 2. Município. 3. Indicadores Financeiros. I. Garcia, Sandra da cruz. II. Título.

Biblioteca Central CDU xxx(xxx.x)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida, por ser a base e a força que sustentam cada passo da minha vida.

À minha amada esposa Débora, pelo amor incondicional, paciência e companheirismo que tornaram possível esta jornada.

Aos meus pais, Paulina e Elizeu, por todo amor, apoio e exemplo de vida. Por me ensinarem o melhor e por moldarem, com dedicação e afeto, quem sou hoje.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceder saúde, sabedoria e força para superar os desafios e por permitir que cada etapa desta caminhada fosse cumprida com gratidão e propósito.

À minha esposa Débora, pelo amor, carinho e compreensão diante das longas horas de dedicação, e por estar ao meu lado com palavras de incentivo e gestos de cuidado que me fortaleceram em cada momento. Aos meus pais, Paulina e Elizeu, por todo amor, apoio e exemplo de vida. Por terem me ensinado valores que carrego com orgulho, e por moldarem, com paciência e dedicação, quem sou hoje. Esta conquista é reflexo do cuidado, dos ensinamentos e da força que recebi de vocês, especialmente nos momentos mais difíceis. Minha gratidão é imensa e eterna.

À professora Dra. Sandra, minha orientadora, pelos ensinamentos valiosos e por sua orientação cuidadosa ao longo do mestrado. À professora Dra. Rosália, pela dedicação e pelas relevantes contribuições no campo da metodologia, que muito enriqueceram minha formação científica. Estendo meus agradecimentos aos demais professores pelo tempo dedicado, pela atenção e pelos conhecimentos generosamente compartilhados durante esta trajetória acadêmica, inclusive aos membros da minha banca que com suas contribuições enriqueceram esse estudo.

À Universidade Federal de Rondônia, pela oportunidade de cursar este mestrado, e ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, por oferecer um ambiente que diariamente me motiva a buscar o melhor e por ter sido fonte de inspiração para a escolha do tema desta dissertação.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível, registro minha sincera gratidão e reconhecimento.

RESUMO

A saúde fiscal dos municípios é um elemento fundamental para a sustentabilidade das finanças públicas e para a manutenção da oferta de serviços essenciais à população. Esta dissertação propõe um Índice de Condição Financeira Municipal (ICF) para mensurar a saúde fiscal dos 52 municípios do estado de Rondônia, utilizando técnicas estatísticas multivariadas. Fundamentado na Teoria da Condição Financeira Governamental e nos modelos de solvência de Wang, Dennis e Tu (2007), o estudo considera quatro dimensões: solvência de caixa, orçamentária, de longo prazo e do nível de serviços. A pesquisa é aplicada, quantitativa e censitária, com dados documentais extraídos do SICONFI e do IBGE, referentes aos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024, excluindo os anos (2020-2022) da pandemia. Foram selecionados 11 indicadores financeiros, tratados por transformações logarítmicas e IHS, padronizados em *Z-score* e submetidos à Análise de Componentes Principais (ACP). A ACP extraiu quatro fatores que explicam 92,36% da variância total, permitindo a construção do ICF por média ponderada dos escores fatoriais, reescalonado para uma escala de 0 a 100. Os municípios foram classificados em faixas de baixa, média e alta condição financeira. Os resultados revelam avanços na saúde fiscal municipal, com redução de municípios em baixa condição (de 34 em 2017 para 8 em 2024) e aumento na faixa de alta condição (de 4 para 27). Conclui-se que o ICF é uma ferramenta robusta, adaptada ao contexto rondoniense, capaz de subsidiar políticas públicas, fortalecer a governança fiscal e promover maior transparência na gestão municipal. As contribuições do estudo abrangem os planos teórico, metodológico e gerencial, com potencial de replicação em outros estados e aplicação prática por gestores públicos e órgãos de controle.

Palavras-chave: condição financeira governamental; município; indicadores financeiros; análise de componentes principais.

ABSTRACT

The fiscal health of municipalities is a fundamental element for the sustainability of public finances and for maintaining the provision of essential services to the population. This dissertation proposes a Municipal Financial Condition Index (ICF) to measure the fiscal health of the 52 municipalities in the state of Rondônia, using multivariate statistical techniques. Based on the Theory of Government Financial Condition and the solvency models of Wang, Dennis, and Tu (2007), the study considers four dimensions: cash solvency, budgetary solvency, long-term solvency, and service level solvency. The research is applied, quantitative, and census-based, with documentary data extracted from SICONFI and IBGE, referring to the fiscal years 2017, 2018, 2019, 2023, and 2024, excluding the pandemic years (2020-2022). Eleven financial indicators were selected, treated by logarithmic transformations and IHS, standardized in Z-score, and submitted to Principal Component Analysis (PCA). PCA extracted four factors that explain 92.36% of the total variance, allowing the construction of the ICF by weighted average of the factor scores, rescaled to a scale of 0 to 100. Municipalities were classified into low, medium, and high financial condition ranges. The results reveal advances in municipal fiscal health, with a reduction in municipalities in poor condition (from 34 in 2017 to 8 in 2024) and an increase in the high condition range (from 4 to 27). It can be concluded that the ICF is a robust tool, adapted to the context of Rondônia, capable of supporting public policies, strengthening fiscal governance, and promoting greater transparency in municipal management. The contributions of the study cover theoretical, methodological, and managerial aspects, with the potential for replication in other states and practical application by public managers and control bodies.

Keywords: government financial condition; municipality; financial indicators; principal component analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões de solvência da condição financeira.....24
Figura 2 – Modelo da Condição Financeira de Groves, Valente e Nollenberger (2003).....26
Figura 3 – Modelo da Condição Financeira de Berne e Schramm (1986).....27
Figura 4 – Processo estruturado de execução da estatística.....40
Figura 5 – Fluxograma PRISMA para coleta de dados.....42
Figura 6 – Scree test.....66
Figura 7 - Quantidade de municípios por nível de condição financeira – 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024.....72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas descritivas.....54
Tabela 2 – Testes de normalidade.....55
Tabela 3 – Correlação de *Spearman*.....57
Tabela 4 - Comunalidades.....63
Tabela 5 – Variância total explicada.....64
Tabela 6 – Matriz de componente rotativa.....67
Tabela 7 – Matriz de coeficiente de pontuação de componente.....68
Tabela 8 – Índice de Condição Financeira (ICF) atingido por cada município por ano.70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de avaliação da condição financeira.....44
Quadro 2 – Descrição dos indicadores.....45
Quadro 3 – Nomenclatura do Índice versus PCASP e ECNRO.....47
Quadro 4 – Orientação dos indicadores no cálculo do ICF.....50

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIR - *Advisory Commission on Intergovernmental Relation*

ACLER - Academia de Letras de Rondônia

ACP - Análise de Componentes Principais

ALRNR – Ativo Líquidos Restritos e Não Restritos

CAPAG – Índice de Capacidade de Pagamento (Modelo STN)

CAPES - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEC – Caixa e Equivalentes de Caixa

CF - Condição Financeira

CICA - *Canadian Institute of Chartered Accountants*

DCA – Declaração das Contas Anuais

ECNRO - Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FTMS - *Financial Trend Monitoring System*

GASB - *Governmental Accounting Standards Board*

GFOA - *Government Finance Officers Association*

IAGF - Índice de Autonomia de Gestão Fiscal (Modelo IFGF/FIRJAN)

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICF - Índice de Condição Financeira

ICMA - *International City/County Managers Association's*

ICP – Investimentos de Curto Prazo

IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal

IPSASB - *International Public Sector Accounting Standards Board*

KMO - Teste de Kaiser-Meyer-Olkin

K-S - *Kolmogorov-Smirnov*

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

IVF - Índice de Vulnerabilidade Fiscal (Modelo TCE-ES)

PFM - *Public Financial Management*

PPP – Parcerias Público-Privadas

PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*

PIB – Produto Interno Bruto

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SARS-CoV-2 - Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2

S&P - *Standard & Poor's*

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

S-W - *Shapiro-Wilk*

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espirito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

1.1 Contextualização do problema de pesquisa 16

1.2 Objetivos 19

1.2.1 Objetivo geral 19

1.2.2 Objetivos específicos 19

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa, contribuições teóricas e metodológicas, relevância e impacto, contribuições sociais e de gestão 20

2 REFERENCIAL TEÓRICO 22

2.1 Teoria da Condição Financeira Governamental 22

2.1.1 Fundamentos da Teoria da Condição Financeira 22

2.1.2 Modelos e estudos de análise da Condição Financeira 29

2.2 Limitações dos indicadores financeiros na gestão pública 33

3 METODOLOGIA 37

3.1 Tipologia e caracterização da pesquisa 37

3.2 Definição das variáveis e validação da pesquisa 40

3.3 Abordagem empírica 50

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 53

4.1 Estatística Descritiva 53

4.2 Determinação dos fatores por componentes principais, avaliação do ajuste geral e rotação dos fatores 62

4.3 Elaboração e resultado do Índice de Condição Financeira 69

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 75

REFERÊNCIAS 78

APÊNDICE A – PLANILHAS DE TABULAÇÃO DOS CÁLCULOS DOS INDICADORES POR MUNICÍPIO E ANO 89

APÊNDICE B – TABELAS COM O *RANKING* DOS MUNICÍPIOS POR ANO 179

APÊNDICE C – PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO (PTT) 186

1 INTRODUÇÃO

Em períodos de instabilidade econômica, o domínio adequado dos mecanismos de avaliação da condição financeira pelos municípios torna-se especialmente relevante. O objetivo é subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de mitigar, na medida do possível, os efeitos adversos decorrentes de situações de desequilíbrio fiscal, que comprometem o bem-estar social. No âmbito das administrações locais, a ocorrência de crises financeiras é um fenômeno recorrente (Honadle, 2003), o que justifica a atenção dispensada ao tema pela literatura especializada.

A análise da higidez fiscal das entidades governamentais configura um procedimento passível de execução mediante a aplicação de metodologias inerentes ao domínio especializado da Contabilidade Pública, especificamente a Análise Financeira Governamental. Esta subdisciplina se propõe a gerar indicadores que atuem como instrumentos de suporte à identificação, descrição e elucidação de eventos capazes de influenciar a situação financeira dos entes públicos. Tal avaliação diagnóstica, de natureza preventiva, busca mitigar o risco de que organizações do setor público atinjam um estado de vulnerabilidade fiscal (Lima; Diniz, 2016).

Em contrapartida, a condição de estresse fiscal manifesta-se quando a administração pública evidencia crises financeiras, vulnerabilidades em sua sustentabilidade orçamentária ou desequilíbrio fiscal de natureza persistente, em relação a outras entidades governamentais (Wolman, 1992). Sob essa perspectiva, Galariotis *et al.* (2016) salientam que a avaliação da saúde financeira e do equilíbrio orçamentário visa prover aos gestores públicos informações relevantes para o acompanhamento da situação fiscal, funcionando como mecanismos de alerta precoce de dificuldades financeiras.

Contudo, a caracterização da solidez financeira de uma entidade pública revela-se um processo complexo, cuja dificuldade se intensifica pela imprescindibilidade de identificar os instrumentos de mensuração apropriados à especificidade contextual do ambiente sob análise (Casal; Gómez, 2011; Cohen *et al.*, 2012; Cabaleiro; Buch; Vaamonde, 2012; Clark, 2015). Ademais, Casal e Gómez (2011) asseveram que, durante tais avaliações, as informações acessíveis em cada contexto particular também são levadas em consideração, implicando que a seleção

dos indicadores deve estar condicionada à disponibilidade dos dados necessários para sua determinação.

A Administração Pública no Brasil, apesar dos progressos obtidos, ainda evidencia relevantes vulnerabilidades, o que impacta sua habilidade de responder de forma eficaz e ágil aos desafios do século XXI, especialmente frente às crescentes exigências da sociedade brasileira. Por seu turno, as falhas na governança e na ética no âmbito da Administração Pública têm dificultado o fortalecimento da democracia e da cidadania no País (Matias-Pereira, 2018).

O autor ainda aponta que na discussão sobre a consolidação da democracia, é essencial considerar o grau de confiança que a população tem nas instituições públicas e em seus governantes. Dessa forma, a credibilidade das entidades e dos agentes públicos torna-se um fator chave para conferir legitimidade ao sistema político.

Nesse sentido, uma condição financeira sólida pode auxiliar os entes públicos a enfrentarem crises econômicas e garantir a continuidade na oferta de bens e serviços públicos. Portanto, essa deve ser uma das prioridades dos governantes (Lima; Diniz, 2016). Nessa linha, os autores argumentam que o governo deve estar capacitado para identificar fatores que possam ameaçar as finanças públicas, visando assegurar que os serviços públicos não sejam prejudicados.

A preocupação em relação à temática é fundamentada pelos impactos negativos que uma condição financeira frágil pode provocar, especialmente no âmbito social. A carência de recursos financeiros leva à deficiência na oferta de serviços essenciais à população em várias áreas do governo, por exemplo, saúde, educação, segurança e saneamento básico (Mcdonald; Larson, 2020).

1.1 Contextualização do problema de pesquisa

O Estado de Rondônia apresenta uma configuração territorial e socioeconômica marcada por heterogeneidades regionais, resultado de processos históricos distintos de ocupação e desenvolvimento. A formação dos municípios rondonienses está diretamente associada à expansão da fronteira agrícola e aos projetos de colonização promovidos pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980, especialmente ao longo da BR-364, principal eixo rodoviário do estado. A Lei Federal nº 6.448/1977 (Brasil, 1977), por exemplo, foi responsável pela criação de municípios como Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, desmembrados de Porto

Velho e Guajará-Mirim, consolidando o chamado “eixo da BR” como vetor de crescimento populacional e econômico (ACLER, 2016).

Esses municípios, em sua maioria, receberam fluxos migratórios intensos oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, atraídos por programas de incentivo à colonização e pela disponibilidade de terras. Em contrapartida, há municípios com dinâmicas distintas, como os localizados em áreas de fronteira ou em regiões de difícil acesso, cuja formação remonta a núcleos extrativistas ou missões religiosas do período colonial (Cunha; Moser, 2010). Essa diversidade histórica e geográfica implica em realidades fiscais, administrativas e econômicas bastante distintas, o que reforça a necessidade de abordagens metodológicas que considerem tais especificidades.

A avaliação da situação financeira das entidades públicas efetiva-se por intermédio da análise financeira, na qual indicadores são estabelecidos e validados no contexto específico de cada localidade cujo intento é apreender a dinâmica das finanças públicas. A finalidade precípua reside em que as informações produzidas subsidiem a formulação de políticas que previnam, dentro do espectro do possível, implicações deletérias aos cidadãos, oriundas da fragilidade da conjuntura financeira (Casal; Gómez, 2011).

Nesse sentido, a saúde financeira pode ser conceituada como a aptidão de administrações municipais em prover serviços de natureza pública de maneira ininterrupta à coletividade e honrar adequadamente os compromissos pecuniários subjacentes. De modo mais pormenorizado, a higidez fiscal reporta-se à capacidade dos gestores públicos para: (i) preservar o patamar dos serviços estabelecidos, (ii) suportar instabilidades na economia local e regional e (iii) satisfazer às exigências decorrentes do crescimento, retração e transformação populacional (Groves; Valente; Nollenberger, 2003).

Estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2023) revelaram que, no intervalo temporal compreendido entre 2017 e 2022, os municípios rondonienses exibiram uma média de 70% classificados com gestão fiscal em nível crítico ou em dificuldade no tocante ao Índice de Autonomia de Gestão Fiscal (IAGF). Em análise mais detida, constatou-se que, dos 52 municípios, 41 (78,84%) encontravam-se nessa classificação no exercício de 2017; contudo, 35 (67,31%) foram caracterizados nessa conjuntura para o ano de 2022. Esse indicador evidencia se as receitas advindas da atividade econômica do município suportam os custos para manter a Câmara de Vereadores e a estrutura administrativa da prefeitura.

No mesmo intervalo temporal, os municípios do Estado do Espírito Santo apresentaram, em média, 59,19% de entes classificadas com gestão fiscal em nível crítico ou com dificuldades, segundo o IAGF. A investigação mais aprofundada demonstra que, dos 78 municípios capixabas, 53 (67,95%) foram enquadrados nessas condições no exercício de 2017, número que caiu para 42 (53,85%) em 2022, evidenciando uma melhora relativa na autonomia fiscal municipal ao longo do período.

De forma semelhante, os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul registraram, entre 2017 e 2022, uma média de 41,56% classificados em situação fiscal crítica ou com dificuldades, conforme o IAGF. A análise específica aponta que, dos 79 municípios sul-mato-grossenses, 38 (48,10%) apresentavam tal condição em 2017, enquanto 33 (41,77%) mantinham essa classificação em 2022, sugerindo uma leve melhora na capacidade de gestão fiscal ao longo do período analisado.

A escolha dos estados do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul justifica-se pela similaridade quanto ao número de municípios em relação a Rondônia, além de contemplarem distintas regiões do país, favorecendo a análise comparativa.

Assim, com base nos dados apresentados, torna-se evidente que os municípios rondonienses enfrentam desafios mais acentuados em relação à autonomia de gestão fiscal quando comparado aos municípios dos Estados do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul. A média de 70% de municípios rondonienses classificados em situação crítica ou com dificuldades entre 2017 e 2022 supera significativamente os índices observados nos demais estados analisados, o que revela uma fragilidade estrutural na capacidade de geração de receitas próprias. Essa limitação compromete a sustentabilidade administrativa local, uma vez que os recursos arrecadados não são suficientes para custear as despesas básicas da máquina pública.

Considerando a exposição precedente, delineia-se um contexto propício para a proposição de um índice agregado de condição financeira municipal, com o intuito de promover o acompanhamento contínuo e a antecipação de cenários de estresse fiscal.

Investigações anteriores, a exemplo dos estudos seminais de Brown (1993) e Wang, Dennis e Tu (2007), bem como a instituição do Índice de Capacidade de Pagamento (CAPAG) pela Secretaria do Tesouro Nacional (Brasil, 2012) em conjunto com o Banco Mundial, com alterações posteriores e a do Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Espírito Santo,

2021), com atualizações subsequentes, demonstram o esforço em analisar e monitorar a saúde financeira de entes subnacionais. A criação de tais instrumentos, como a CAPAG, utilizada na avaliação da capacidade de pagamento para operações de crédito com garantia da União, e o IVF, voltado para a mensuração da resiliência fiscal frente a riscos potenciais, sinalizam uma crescente preocupação em induzir os entes a aprimorarem sua gestão fiscal. Nesse sentido, a proposição de um índice global integrador pode complementar essas iniciativas, oferecendo uma visão abrangente e facilitando a implementação de medidas preventivas e personalizada aos municípios do Estado de Rondônia.

Considerando a variedade de modelos para avaliar a condição financeira de governos locais (Araújo; Leite; Leite Filho, 2019), o desenvolvimento de uma abordagem que contemple as especificidades dos municípios tende a identificar com maior exatidão as possíveis causas de distorções fiscais. Desse modo, formula-se a seguinte indagação: **Quais indicadores são os mais adequados à realidade brasileira para mensurar a situação fiscal dos municípios de Rondônia?.**

Em face disso, foi proposto um modelo de avaliação da situação fiscal dos municípios rondonienses. Municípios com dificuldades podem comprometer tanto a prestação de serviços públicos à população quanto a capacidade de honrar obrigações com terceiros.

1.2 Objetivos

Para realização deste estudo, a pesquisa está norteada com base no seguinte objetivo geral:

1.2.1 Objetivo geral

Propor um índice agregado para mensurar a condição financeira dos municípios do estado de Rondônia, com base em técnicas estatísticas multivariadas.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar e selecionar, com base na literatura, indicadores representativos das dimensões de solvência, para mensurar a condição financeira dos municípios rondonienses;
- Aplicar técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, utilizando o *Software* IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) *Statistics*, versão 22, para verificar a associação, consistência e a

capacidade preditiva dos indicadores selecionados;

- Construir um Índice de Condição Financeira (ICF) para os municípios do estado de Rondônia, com base na padronização dos dados e na combinação dos indicadores correlacionados; e
- Elaborar *rankings* comparativos da condição financeira dos municípios rondonienses, a fim de identificar entes municipais que necessitam melhorar suas finanças para subsidiar políticas públicas de prevenção e correção de fragilidades.

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa, contribuições teóricas e metodológicas, relevância e impacto, contribuições sociais e de gestão

Este estudo justifica-se por basear-se na necessidade de mensurar a condição financeira dos municípios do Estado de Rondônia, elemento essencial para aprimorar a tomada de decisões dos gestores públicos, com a finalidade de melhorar a saúde financeira dos municípios. Esse tema é especialmente relevante no atual cenário de deterioração fiscal dos municípios. Dessa forma, tanto pesquisadores quanto gestores municipais poderão ter uma visão mais clara da situação financeira governamental e identificar problemas ocultos ou emergentes antes que se tornem críticos, obtendo assim suporte para o planejamento orçamentário e tomando decisões que fortaleçam ações relevantes para a sustentabilidade financeira dos governos.

Nesse sentido, é importante destacar que um governo é visto como financeiramente saudável quando dispõe de recursos suficientes para atender seus compromissos (Leiser; Mills, 2019). Caso contrário, enfrentará stress fiscal.

No plano teórico, o estudo contribui para o avanço da literatura sobre finanças públicas locais ao integrar conceitos de solvência fiscal (Groves; Godsey; Shulman, 1981; Wang; Dennis; Tu, 2007) com a realidade institucional e econômica de municípios rondonienses. Ao sistematizar indicadores específicos e avaliar suas correlações, o trabalho promove um refinamento conceitual das dimensões que compõem a condição financeira, especialmente em contextos marcados por fragilidade institucional e limitações de receita.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa propõe um modelo de avaliação, pautado na seleção, respaldada por literatura especializada, de indicadores, e na

aplicação de técnicas estatísticas para verificar a consistência interna e a validade da medida. O uso de um índice composto, a ser construído com base em dados financeiros padronizados, representa uma inovação ao buscar simplicidade sem abrir mão da robustez analítica. Esse equilíbrio metodológico é especialmente importante para gestores públicos que carecem de ferramentas acessíveis e confiáveis para monitorar e planejar a situação fiscal dos municípios sob sua responsabilidade (Kloha; Weissert; Kleine, 2005).

A relevância prática e o impacto da pesquisa estendem-se ao campo da gestão pública municipal. Ao permitir a identificação de municípios em situação crítica de forma antecipada, o índice proposto pode auxiliar na tomada de decisão mais informada e preventiva, evitando o agravamento de crises fiscais e garantindo maior sustentabilidade à prestação de serviços públicos.

Finalmente, sob a perspectiva social, o fortalecimento da capacidade de gestão fiscal nos municípios rondonienses tem o potencial de impactar positivamente a vida dos cidadãos, especialmente nos municípios de menor porte, onde o desequilíbrio fiscal tende a comprometer diretamente áreas sensíveis como saúde, educação e infraestrutura básica. Ao contribuir para a melhoria da alocação de recursos e da eficiência na gestão pública, o modelo proposto pode ser compreendido como uma ferramenta de suporte à construção de políticas públicas mais equitativas e eficazes, alinhando-se aos princípios da administração pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo visa apresentar à sustentação teórica em relação ao fenômeno objeto de estudo desta investigação e as limitações do uso de indicadores financeiros na gestão pública.

2.1 Teoria da Condição Financeira Governamental

A apuração e divulgação da condição financeira são conduzidas internamente pelas administrações públicas em suas atividades de gestão fiscal e financeira. Esse processo visa primordialmente acompanhar a própria solidez fiscal (Jacob; Hendrick, 2013). Tanto a *European Commission* (2011) quanto o *International Public Sector Accounting Standards* (IPSASB, 2017) ressaltaram a relevância das demonstrações contábeis para a avaliação da perenidade financeira, considerando-as fundamentais para o entendimento da condição das finanças governamentais.

Ao longo de diversas décadas de investigação, a condição financeira transcendeu uma área de estudo meramente focada na observação e aferição de um fenômeno (estudo de indicadores financeiros). Nesse sentido, evoluiu para caracterizar múltiplos atributos dos fenômenos observados, abrangendo a definição de distintas dimensões da condição financeira e seus fatores determinantes. Esse desenvolvimento culminou na criação de arcabouços que se consolidaram como modelos teóricos com relações de causa e efeito. Atualmente, esses modelos contribuem significativamente para a explicação e previsão da condição financeira dos entes subnacionais. Esse processo, detalhado no próximo subtópico, alinha-se à evolução característica da formação de uma teoria (Christensen, 2006), denominada Teoria da Condição Financeira.

2.1.1 Fundamentos da Teoria da Condição Financeira

A partir da década de 2000, a literatura internacional, órgãos reguladores, normatizadores e agências de rating globais, como a *Moody's* e a *S&P*, dedicaram atenção considerável a modelos destinados a mensurar a condição financeira e antecipar crises fiscais em governos subnacionais (Bolívar; Subires, 2018). Segundo a *Advisory Commission on Intergovernmental Relations* (ACIR, 1973) e os autores Kloha, Weissert e Kleine (2005) esse interesse surgiu primariamente na década de 1970 nos Estados Unidos, período em que diversas municipalidades, incluindo Nova

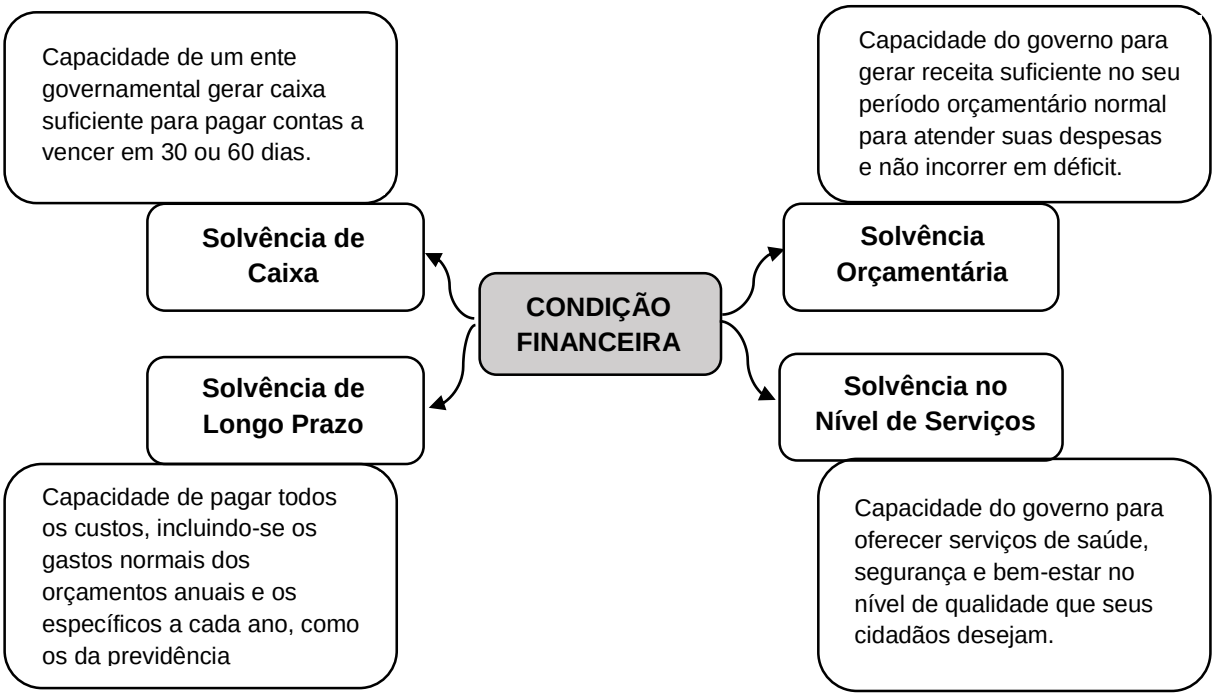
York e Cleveland, enfrentavam severas dificuldades financeiras. Naquela época, estados como Nova York, Ohio e Pensilvânia iniciaram o desenvolvimento de legislações que definiam seus papéis no monitoramento da situação fiscal de governos locais, abordando temas como o estresse fiscal. Como ilustração, destaca-se o relatório da ACIR que já buscava examinar a definição, o histórico e a previsão de emergências fiscais com o objetivo de subsidiar a análise da condição financeira das cidades.

Conforme apontado por Lima e Diniz (2016), a década de 1970 marcou o surgimento da base teórica inicial da condição financeira governamental. Após um período inicial que se estendeu até o começo da década de 1980, a produção de estudos diminuiu, retomando com maior vigor no final dessa década, impulsionada pelas adversidades financeiras enfrentadas por cidades como Miami, Pittsburgh e Filadélfia (Kloha; Weissert; Kleine, 2005).

Nesse período, conforme relatam Lima e Diniz (2016), houve um desenvolvimento de pesquisas focadas na criação de modelos e indicadores para mensurar a condição financeira governamental. Exemplos notáveis incluem os trabalhos de Berne e Schramm (1986), Brown (1993), Bowman e Calia (1997) e CICA (1997). Posteriormente, a partir dos anos 2000, as investigações foram continuadas por outros pesquisadores, como Mead (2001), Honadle (2003), Dennis (2004), Hendrick (2004), Kloha, Weissert e Kleine, 2005, Wang, Dennis e Tu (2007), e Zafra-Gómez, López-Hernández e Hernández-Bastida (2009b).

Um dos estudos precursores mais relevantes neste campo foi conduzido por Groves e Godsey (1980), em colaboração com a *International City/County Managers Association* (ICMA), e posteriormente reafirmado em Groves, Valente e Nollenberger (2003). Os autores estabelecem a condição financeira governamental com base em quatro dimensões distintas de solvência: solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços, conforme a figura 1.

Figura 1 – Dimensões de solvência da condição financeira.



Fonte: Adaptado de Groves, Valente e Nollenberger (2003).

As solvências de caixa, orçamentária e de longo prazo referem-se, respectivamente, aos aspectos financeiro-orçamentários de curtíssimo (30 a 60 dias), curto (até 12 meses) e longo prazo (a partir de 12 meses), que se conectam à capacidade do ente público de honrar suas obrigações financeiras. A solvência do nível de serviços, por sua vez, diz respeito à competência do governo em manter a qualidade na oferta de serviços públicos esperados pela população.

É fundamental destacar a relevância da solvência do nível de serviços. Uma potencial redução na qualidade ou quantidade dos serviços governamentais para diminuir despesas e, consequentemente, aprimorar os níveis de solvência financeiro-orçamentária, impacta negativamente a condição financeira no que tange aos serviços oferecidos à comunidade. Embora sua associação com o construto da condição financeira seja compreendida, sua mensuração prática ainda é inicial.

Ao examinar o histórico, percebe-se a convergência entre a concepção de condição financeira apresentada por Berne e Schramm (1986) e as solvências de caixa, orçamentária e de longo prazo delineadas no modelo de Groves e Godsey (1980). Os primeiros autores definem a condição financeira como a possibilidade de uma administração pública conseguir honrar seus compromissos financeiros perante credores, consumidores, funcionários, contribuintes, fornecedores, entre outros atores. Essa probabilidade é diretamente influenciada pelo equilíbrio entre a

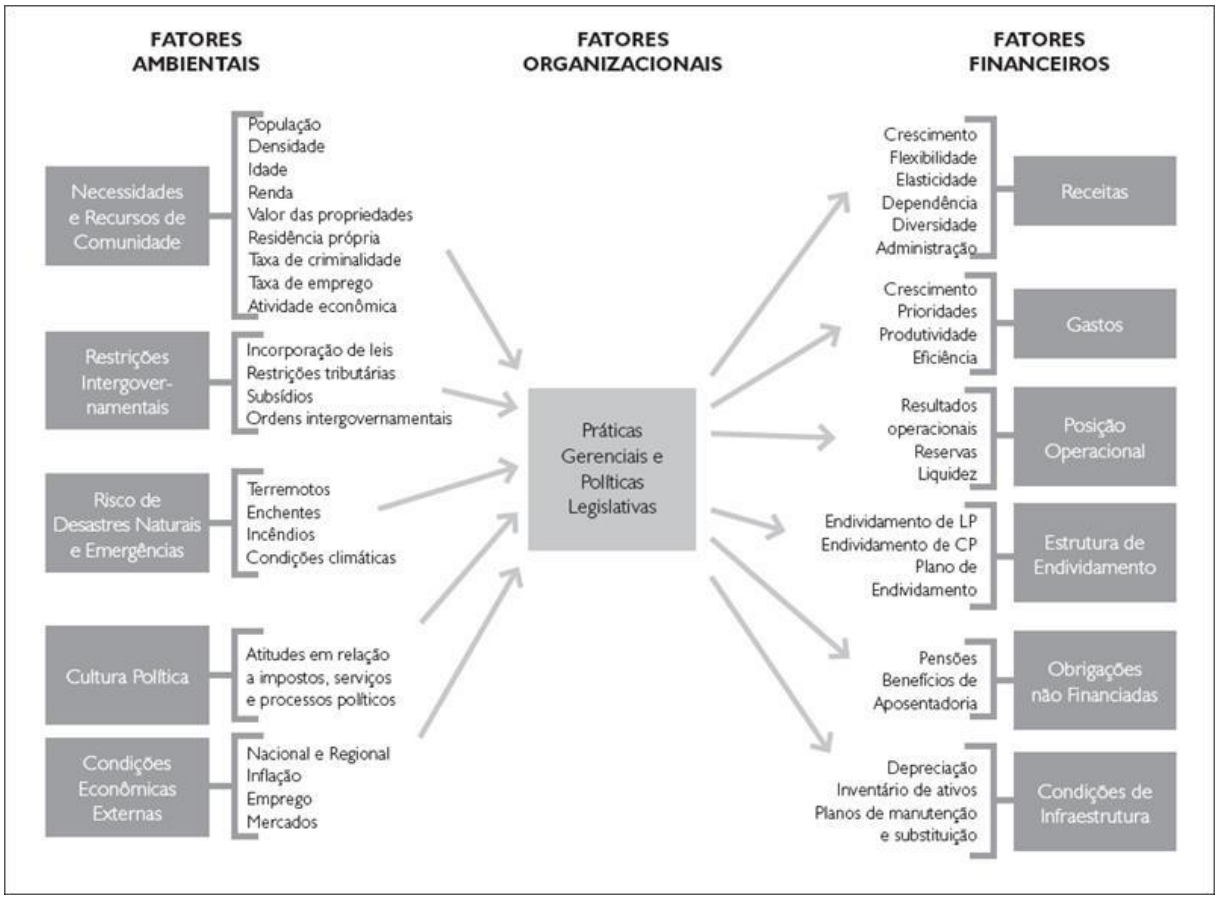
disponibilidade de recursos e as despesas necessárias em qualquer momento, isto é, quanto mais os recursos disponíveis superarem as demandas de gastos, maior será a possibilidade de um governo cumprir suas obrigações financeiras e, consequentemente, melhor será sua condição financeira.

Scorsone, Levine e Justice (2013) igualmente indicam que receitas e despesas são fatores que influenciam a saúde fiscal das administrações públicas. Para esses pesquisadores, um sistema de receitas bem estruturado e apropriado determina a capacidade do governo subnacional de enfrentar a pressão por gastos e, consequentemente, evitar o agravamento do estresse fiscal. Os autores também enfatizam que a saúde fiscal resulta da maneira como os governos gerenciam suas receitas e suas decisões de gastos dentro de um ambiente econômico e social que, em grande parte, escapa ao seu controle.

Gorina, Maher e Joffe (2017) consideram a estrutura de Groves, Valente e Nollenberger (2003), a mais abrangente e funcional para o acompanhamento da condição financeira. Conforme ilustrado na figura 2, essa estrutura integra três categorias de elementos que constituem a condição financeira governamental:

I. Fatores Ambientais: Correspondem a elementos sobre os quais a administração pública detém pouco ou nenhum controle. Isso inclui a conjuntura econômica externa, as restrições intergovernamentais, as características socioeconômicas da comunidade, o risco de desastres naturais e emergenciais e a cultura política.
II. Fatores Organizacionais: Englobam as práticas e políticas inerentes a gestão.
III. Fatores Financeiros: São o reflexo das decisões organizacionais em relação aos recursos e oportunidades ambientais disponíveis. Manifestam-se por meio de indicadores de receitas, despesas, posição operacional, passivos de longo prazo e a manutenção de ativos.

Figura 2 – Modelo da Condição Financeira de Groves, Valente e Nollenberger (2003)



Fonte: Tradução de Lima e Diniz (2016) do modelo de Groves, Valente e Nollenberger (2003).

Groves, Valente e Nollenberger (2003) enfatizam que a questão central que embasa a análise dos fatores ambientais é, se os referidos fatores geram recursos suficientes para suprir as demandas que originam. Quanto aos fatores organizacionais, o objetivo é apurar se as práticas de gestão e as políticas governamentais capacitam a administração pública a responder adequadamente às alterações no ambiente.

Estudos teóricos acerca da condição financeira de governos subnacionais apontam sua conexão simultânea com fatores internos e externos (Gardini; Grossi, 2018). Para Lima e Diniz (2016), esses fatores precisam ser compreendidos e incorporados em um governo subnacional com estrutura para que se possa mensurar, prever e explicar a condição financeira das administrações públicas.

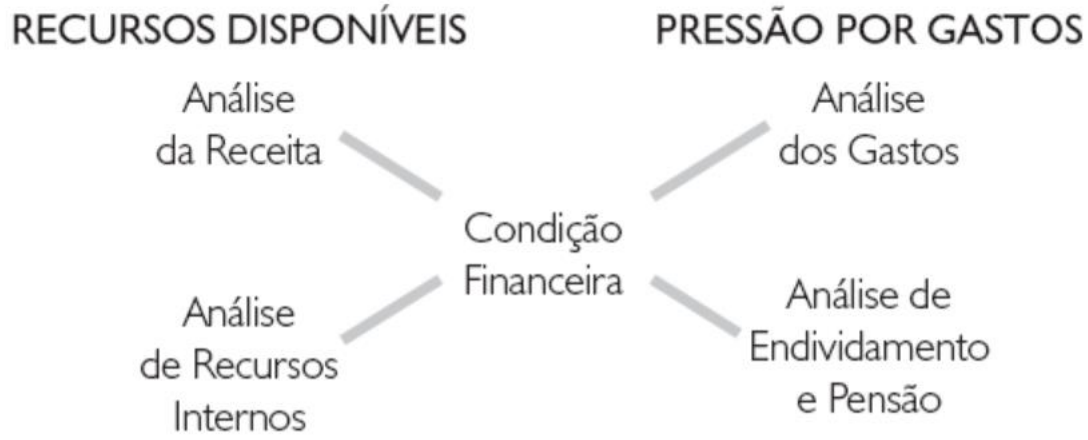
Conforme Gardini e Grossi (2018), os fatores externos englobam as condições demográficas e socioeconômicas do ambiente em que os governos regionais e locais operam, tais como, variações demográficas, demandas estruturais por serviços, comportamento do consumidor, mudanças econômicas, renda da população, taxa de

desemprego e localização geográfica. Por outro lado, os fatores internos correspondem às condições políticas e gerenciais que estão sob o controle da entidade pública, tais como, ideologia política, força política, governança e regras fiscais, gestão fiscal e política, gerenciamento orçamentário e práticas contábeis, manutenção adequada de instrumentos contábeis, cultura de gestores e funcionários, prevenção de incompetência e corrupção, transparência e outros.

Fundamentando-se no modelo de Groves, Valente e Nollenberger (2003), a condição financeira é representada pelas métricas dos fatores financeiros, que são, por sua vez, resultantes das influências exercidas pelos fatores ambientais e organizacionais. Assim, a mensuração da condição financeira constitui uma composição de indicadores financeiros que sintetizam as solvências de caixa, orçamentária, de longo prazo e do nível de serviços. Desse modo, os indicadores dos fatores ambientais e organizacionais atuam de forma complementar para explicar e predizer os fatores financeiros.

Por outro lado, o modelo de Berne e Schramm (1986) enfatiza apenas os fatores financeiros, visto que estes são o cerne da mensuração da condição financeira, consoante ilustrado na figura 3.

Figura 3 – Modelo da Condição Financeira de Berne e Schramm (1986)



Fonte: Tradução de Lima e Diniz (2016) do modelo de Berne e Schramm (1986).

Berne e Schramm (1986) propuseram que os dois componentes de seu modelo, recursos disponíveis e pressão por gastos, estão conectados a quatro elementos, conforme sintetizado por Lima e Diniz (2016):

I. Os recursos externos disponíveis são avaliados por meio da análise da receita, determinando a capacidade dos governos de ampliar a

arrecadação de suas fontes. A análise da receita também evidencia o potencial da base econômica, os recursos que podem ser explorados, a habilidade das administrações públicas em gerar receitas e a receita efetivamente gerada.

II. Os recursos internos disponíveis podem ser mensurados pela análise das reservas financeiras, que determina a liquidez dos governos em função das disponibilidades, dos resultados patrimoniais (superávits e déficits) e do nível de diversos ativos e obrigações de curto prazo.

III. A pressão por gastos correntes pode ser avaliada por meio da análise das despesas, com o propósito de determinar a necessidade da comunidade por bens e serviços públicos, bem como as condições para sua produção e oferta à população.

IV. A pressão por gastos decorrentes de compromissos assumidos no passado pode ser investigada com a análise da dívida e do regime previdenciário dos servidores, visando determinar a pressão imposta pelo endividamento e pelos benefícios concedidos a título de aposentadorias e pensões, além de avaliar a capacidade do governo de contrair novas dívidas e manter o sistema previdenciário.

Os autores supracitados ofereceram um panorama da literatura acerca da condição financeira governamental, adaptando-a à realidade brasileira. Para isso, os autores salientam que a maioria dos modelos de condição financeira se baseia em um alicerce comum de sete elementos: recursos e demandas da comunidade, solvência orçamentária, arrecadação, despesas, endividamento, sistema previdenciário e solvência de caixa.

Percebe-se, assim, convergências entre as proposições de Groves, Valente e Nollenberger (2003), Berne e Schramm (1986) e Lima e Diniz (2016). Todos os componentes que descrevem a condição financeira são, em sua essência, representantes dos fatores financeiros.

Nesse sentido, Wang, Dennis e Tu (2007) corroboram que a mensuração da condição financeira deve ser embasada em indicadores financeiros e não em métricas ambientais socioeconômicas não-financeiras. Os autores argumentam que, embora fatores ambientais como crescimento populacional, emprego ou pobreza influenciem

a condição financeira, os referidos fatores não a retratam diretamente, mas sim são elementos que contribuem para sua elucidação.

2.1.2 Modelos e estudos de análise da Condição Financeira

Observa-se, na literatura, a existência de trabalhos seminais que serviram de base para o desenvolvimento de diversos modelos analíticos adotados em pesquisas posteriores. Entre esses estudos fundacionais, destacam-se, notadamente, os trabalhos de Groves e Godsey (1980; 1981), Berne e Schramm (1986) e Brown (1993).

Dentre as principais vertentes analíticas sobre a avaliação da condição financeira no setor público, destaca-se a abordagem desenvolvida por Groves e Godsey, em parceria com a *International City Management Association* (ICMA). Essa linha de pesquisa originou-se na década de 1980, com a publicação do livro *Evaluating Financial Condition: A Handbook for Local Government*, cuja proposta conceitual foi posteriormente sistematizada em formato de artigo acadêmico, contribuindo para a difusão do tema no meio científico. Ao longo dos anos, o modelo foi sendo aprimorado, culminando em sua consolidação na quarta edição da obra, publicada em 2003, que incorporou avanços teóricos e práticos relevantes à análise da sustentabilidade fiscal de governos locais (Groves; Valente; Nollenberger, 2003).

O modelo desenvolvido por esses autores, conhecido como *Financial Trend Monitoring System* (FTMS), ou Sistema de Monitoramento de Tendências Financeiras, é estruturado a partir de 11 fatores, de natureza financeira e ambiental, operacionalizados por meio de 42 indicadores, dos quais 27 são estritamente financeiros e 15 referem-se a variáveis contextuais, que permitem mensurar 9 dos fatores identificados. O modelo reconhece, ainda, a importância das práticas de gestão e das decisões legislativas como mediadores dos efeitos ambientais sobre o desempenho financeiro municipal. Essa estrutura analítica tem como objetivo principal identificar os determinantes da condição financeira, reunindo dados econômicos, demográficos e fiscais, permitindo, assim, representar graficamente os indicadores ao longo de um período de três a cinco anos. Tal abordagem possibilita o acompanhamento das variações nas finanças públicas e fornece sinais antecipados de possíveis desequilíbrios fiscais (Lima; Diniz, 2016).

A partir da consolidação desse referencial, a literatura passou a incorporar outras propostas metodológicas, entre as quais se destaca o modelo empírico apresentado por Wang, Dennis e Tu (2007), que visa à mensuração da condição

financeira de governos subnacionais. Esses autores retomam as quatro dimensões de solvência originalmente propostas por Groves, Godsey e Shulman (1981) e posteriormente reafirmadas em Groves, Godsey Valente e Nollenberger (2003), operacionalizando-as por meio de onze indicadores. Esses indicadores são calculados com base em dados extraídos dos relatórios contábeis e financeiros dos entes governamentais, conforme as diretrizes estabelecidas pela Declaração nº 34 do *Governmental Accounting Standards Board* (GASB), como observado em Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2018).

Verifica-se que Wang, Dennis e Tu (2007) realizaram a seleção dos indicadores com base em critérios discricionários, destacando que buscaram identificar aqueles que, a seu juízo, eram os mais utilizados e reconhecidos como válidos tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos profissionais que operam com demonstrações financeiras governamentais. A partir desse conjunto de variáveis, os autores estruturaram um Índice de Condição Financeira (ICF), cuja confiabilidade interna foi avaliada por meio do coeficiente *Alfa de Cronbach*, instrumento estatístico amplamente utilizado para esse fim.

Constata-se, ainda, que os pesquisadores demonstraram cuidado metodológico no tratamento das variáveis selecionadas. Para assegurar a coerência na interpretação dos resultados, foram realizados testes com a inversão das variáveis que apresentavam conotação negativa, além de terem sido aplicadas técnicas de padronização, como o uso da média de escores padronizados (*Z-scores*), a fim de viabilizar a construção de uma medida indexada que permita comparações consistentes da situação fiscal entre diferentes entes subnacionais.

No mesmo sentido, contribuições adicionais foram apresentadas por Zafra-Gómez, Lopez-Hernandez e Hernandez-Bastida (2009a), que adotaram abordagem semelhante, orientada pela tipologia de solvências proposta por Wang, Dennis e Tu (2007). Essa perspectiva também dialoga com as formulações teóricas de Greenberg e Hiller (1995) e da *Canadian Institute of Chartered Accountants* – CICA (1997), que fundamentam a definição de condição financeira em múltiplas dimensões de solvência.

Essas dimensões incluem a solvência de caixa, a solvência orçamentária, desdobrada nos componentes de sustentabilidade, flexibilidade e vulnerabilidade fiscal, e a solvência do nível de serviços, todas reconhecidas como essenciais para

avaliar a capacidade de um governo manter sua saúde fiscal ao longo do tempo (Cuadrado-Ballesteros; Bisogno, 2018).

Esses autores ainda afirmam que uma linha alternativa de investigação foi inaugurada com o trabalho de Brown (1993), o qual introduziu uma proposta inovadora de sistema de pontuação voltado à classificação da situação fiscal de aproximadamente 750 cidades de pequeno porte nos Estados Unidos. Visando superar as limitações associadas ao uso exclusivo de indicadores percentuais, Brown (1993), em colaboração com a *Government Finance Officers Association* (GFOA), desenvolveu uma abordagem voltada à mensuração da condição fiscal que prezasse pela simplicidade de aplicação e clareza interpretativa.

Para isso, o autor formulou o denominado teste de dez pontos da condição financeira, estruturado a partir de dez indicadores que visam representar cinco dimensões distintas da saúde fiscal: receita disponível, despesa pública, desempenho operacional, volume de endividamento acumulado e passivos previdenciários não cobertos. Conforme indicado na tabela 7 do estudo original de Brown (1993), essas categorias analíticas coincidem com aquelas delineadas anteriormente por Groves e Godsey Valente (1980; 1981).

O modelo proposto por Brown (1993) se fundamenta no princípio da comparação relativa entre entes subnacionais. Para tanto, os resultados obtidos a partir dos indicadores são organizados em quartis, a fim de permitir a classificação dos governos conforme sua posição dentro do conjunto amostral. Atribui-se, assim, escores que variam de -1 a 2, conforme o desempenho do ente em relação aos quartis estabelecidos. Valores situados no quartil superior recebem pontuações mais elevadas, ao passo que os situados nos níveis inferiores recebem notas negativas. A pontuação final resulta da soma dos escores dos dez indicadores, oscilando entre -10 (pior situação fiscal) e 20 (melhor desempenho), refletindo, portanto, uma mensuração relativa da saúde fiscal, e não uma avaliação absoluta ou isolada.

A simplicidade operacional do teste de Brown (1993) contribuiu para sua ampla disseminação entre profissionais da área, uma vez que os dados utilizados para o cálculo dos índices são de fácil obtenção e estão presentes nas demonstrações contábeis públicas elaboradas pelos governos locais (Honadle; Costa; Cigler, 2004; Mead, 2013). No entanto, essa mesma característica impõe certas restrições à ferramenta. Entre os aspectos limitantes, destaca-se a possibilidade de que um município seja classificado como fiscalmente vulnerável simplesmente por apresentar

desempenho inferior aos demais da amostra, mesmo estando, em termos absolutos, em condição financeira satisfatória (Cuadrado-Ballesteros; Bisogno, 2018).

Kleine, Kloha e Weissert (2003) apresentaram uma adaptação do modelo proposto por Brown (1993), reduzindo o número de indicadores para nove, proposta esta posteriormente reafirmada pelos mesmos autores em um estudo aplicado ao contexto do estado de Michigan (Kloha; Weissert; Kleine, 2005). A nova abordagem adotou uma mensuração de natureza dicotômica, atribuindo pontuações padronizadas aos indicadores com valores iguais a zero ou um, de acordo com o desempenho do ente federativo — sendo que pontuações mais elevadas indicam deterioração da condição fiscal naquele exercício. Assim, a lógica subjacente ao modelo estabelece que quanto maior a pontuação agregada de um governo local, pior sua situação financeira.

Outras reformulações do teste de Brown também foram desenvolvidas por diversos autores, entre os quais se destacam Maher e Nollenberger (2009) e Cohen *et al.* (2012). Os primeiros autores revisitaram criticamente o teste dos dez pontos em artigo publicado na mesma revista da *Government Finance Officers Association (GFOA)*, reconhecendo a operacionalidade e simplicidade do instrumento, especialmente quanto à aplicabilidade para entes governamentais com estruturas populacionais comparáveis. Contudo, os autores também identificaram algumas limitações na proposta original, como a utilização de dados referentes apenas ao ano de 1989 para validação empírica, o que impede a avaliação da evolução temporal da situação fiscal (Maher *et al.*, 2018). Como resposta a essas lacunas, os pesquisadores sugeriram modificações na seleção dos indicadores, passando a utilizar variáveis relativas a receitas, despesas, posição fiscal, endividamento e obrigações previdenciárias não financiadas. Dessa forma, como indicado por Lima e Diniz (2016), foi elaborado um modelo próprio, em que três dos indicadores anteriormente utilizados foram substituídos por outros considerados mais representativos, além da exclusão da pontuação agregada como medida única da condição financeira.

No contexto brasileiro, iniciativas voltadas especificamente à aferição da condição financeira de governos locais ainda são incipientes. As únicas experiências institucionalizadas têm origem no Governo Federal com a CAPAG e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo com o IVF.

A do Governo Federal está direcionada à verificação da capacidade de pagamento (CAPAG) dos entes subnacionais, com vistas à concessão de garantias

da União para operações de crédito. Desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em parceria com o Banco Mundial, com o propósito de avaliar o risco fiscal e a solvência de estados, municípios e do Distrito Federal, utilizando critérios que, embora não tenham como objetivo direto a mensuração da condição financeira, aproximam-se de tal finalidade ao analisar variáveis relacionadas à liquidez, endividamento e poupança corrente (Brasil, 2012; 2023b).

Por sua vez, a verificação da vulnerabilidade fiscal (IVF) realizada pelo TCE-ES tem por objetivo mensurar e demonstrar o nível de exposição das finanças públicas municipais à materialização de eventos adversos, denominados riscos fiscais, os quais possuem potencial para afetar negativamente a trajetória das contas governamentais. Tais impactos podem comprometer o cumprimento de metas fiscais previamente definidas ou, na ausência de parâmetros claros ou consistentes, prejudicar a sustentabilidade fiscal do ente federado. O IVF considera, em sua composição, variáveis como a diferença entre receitas e despesas de caráter recorrente, a disponibilidade de ativos financeiros, o montante da dívida consolidada bruta (indicador do grau de endividamento) e a situação atuarial do regime previdenciário. A cada um desses elementos é atribuída uma classificação ordinal, baixa, média ou alta vulnerabilidade, conforme o desempenho observado. A partir da combinação dessas classificações individuais, obtém-se um resultado agregado que expressa, sob a ótica das finanças públicas, o grau de suscetibilidade do município à ocorrência de choques fiscais, tais como quedas abruptas de receitas ou ativos financeiros, bem como aumentos inesperados de despesas ou passivos (TCE-ES, 2023).

2.2 Limitações dos indicadores financeiros na gestão pública

A literatura especializada tem evidenciado que os indicadores financeiros utilizados na gestão pública brasileira enfrentam limitações significativas, tanto em sua capacidade de refletir a realidade fiscal quanto em sua utilidade para orientar decisões estratégicas. Inicialmente, Azevedo, Varela e Suzart (2024) destacam que o ciclo de gestão das finanças públicas (*Public Financial Management* – PFM) tem se tornado cada vez mais complexo, incorporando novas funções como controle fiscal, transparência, sustentabilidade e desempenho. No entanto, os indicadores financeiros tradicionais, centrados em fluxos de caixa e resultados contábeis, não conseguem capturar essa complexidade, especialmente diante de arranjos inovadores como

Parcerias Público-Privadas (PPPs) e instrumentos financeiros específicos do setor público. Essa limitação compromete a capacidade desses indicadores de refletirem adequadamente o contexto institucional e os desafios contemporâneos da administração pública.

Complementando essa perspectiva, Santos e Sumiya (2020) evidenciam que a conformidade de registro de gestão, mecanismo preventivo de controle interno, é frequentemente executada de forma fragilizada nas instituições públicas. A ausência de capacitações práticas, a elevada rotatividade de servidores e a comunicação deficiente entre setores comprometem a qualidade dos registros contábeis e orçamentários que alimentam os indicadores financeiros. Como consequência, os dados utilizados para construir esses indicadores podem não refletir a realidade da execução orçamentária e patrimonial, tornando-os menos confiáveis para fins de avaliação e planejamento.

Além disso, Linhares, Simonassi e Nojosa (2012), por meio de modelos econométricos com dados em painel, demonstram que os municípios brasileiros apresentam forte dependência de transferências intergovernamentais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O estudo confirma a presença do efeito *flypaper*, segundo o qual aumentos nas transferências elevam os gastos, mas sua redução não implica necessariamente em corte de despesas. Essa dinâmica revela que os indicadores financeiros podem mascarar a verdadeira situação fiscal dos municípios, ao não refletirem adequadamente a rigidez orçamentária e a dependência externa, mesmo após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Outros autores corroboram essa constatação. Pansani, Serrano e Ferreira (2020) explicam que o efeito *flypaper* distorce a percepção dos contribuintes sobre o custo dos serviços públicos, pois os gastos aumentam mais do que proporcionalmente em relação às transferências recebidas. Ferreira e Serrano (2022), ao desenvolverem um índice específico para mensurar esse efeito, identificam que ele é mais intenso em municípios maiores e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, comprometendo a autonomia fiscal e a eficiência da gestão local. Lima Filho, Dal-Comuni e Lima (2023), por sua vez, apontam que o aumento das transferências tende a reduzir o esforço arrecadatório dos municípios, fenômeno que denominam “preguiça fiscal”, reforçando a crítica de que os indicadores financeiros tradicionais não captam a eficiência relativa na arrecadação.

Adicionalmente, os estudos convergem ao apontar que os indicadores financeiros não são capazes de captar o sincronismo fiscal observado em contextos mais recentes. Linhares, Simonassi e Nojosa (2012) mostram que, após a LRF, houve uma mudança no padrão de causalidade entre receitas e despesas, com decisões sendo tomadas de forma conjunta. No entanto, os indicadores convencionais, construídos com base em dados agregados e sem considerar defasagens temporais, não conseguem representar essa interdependência, o que limita sua utilidade para formulação de políticas públicas eficazes.

Outro aspecto relevante é o uso cerimonial dos indicadores financeiros. Santos e Sumiya (2020) apontam que a conformidade de registro de gestão é pouco compreendida por servidores, alunos e pela sociedade em geral. Essa falta de entendimento sobre os mecanismos que sustentam os indicadores contribui para seu uso como mera formalidade, sem impacto real na tomada de decisão. A ausência de canais de comunicação entre os responsáveis pela conformidade dificulta a padronização e a melhoria contínua dos processos, agravando ainda mais essa limitação. Lopes *et al.* (2018) reforçam que, embora a conformidade de registro de gestão seja essencial para garantir a fidedignidade dos dados registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sua efetividade depende diretamente da capacitação dos servidores e da padronização dos procedimentos, aspectos frequentemente negligenciados.

Por fim, Azevedo, Varela e Suzart (2024) e Santos e Sumiya (2020) ressaltam que a execução dos procedimentos que alimentam os indicadores financeiros exige conhecimento técnico específico, especialmente sobre os sistemas operacionais utilizados pelas entidades públicas e a legislação vigente. A falta de capacitação, aliada à elevada rotatividade de servidores, compromete a consistência dos dados registrados. Como consequência, os indicadores financeiros podem refletir mais as limitações operacionais da instituição do que sua real condição fiscal ou patrimonial.

Apesar das limitações amplamente reconhecidas, como a dificuldade de captar variáveis qualitativas, interdependências fiscais e aspectos contextuais, os indicadores financeiros continuam sendo instrumentos fundamentais para a gestão pública. Segundo Ribeiro, Macedo e Marques (2012), o uso de medidas de desempenho financeiro ainda é o procedimento mais comum, com diversos estudos que comprovam sua eficiência. Da mesma forma, o Guia Metodológico para Indicadores do Ministério do Planejamento (2018) destaca que os indicadores são

indispensáveis para subsidiar decisões, monitorar políticas públicas e promover a aprendizagem organizacional. Além disso, Tavares e Tavares (2018) demonstram que os indicadores extraídos das demonstrações contábeis públicas permitem aos gestores avaliar o desempenho municipal de forma simplificada e coerente, contribuindo para decisões mais informadas. Portanto, reconhecer as limitações desses instrumentos não implica em desqualificá-los, mas sim em aprimorá-los. Neste sentido, a proposta de um novo indicador nesta dissertação busca justamente avançar na construção de métricas mais consistentes, sem perder de vista a transparência metodológica e o compromisso com a melhoria da gestão pública.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se a descrição do procedimento de delineamento metodológico, bem como das etapas de obtenção e processamento dos dados referentes à fase empírica do estudo.

3.1 Tipologia e caracterização da pesquisa

Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), este tipo de pesquisa tem por objetivo “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”.

Quanto aos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo, pois tem por propósito delinear as particularidades da população e identificar correlações entre variáveis. Tais investigações podem, ainda, ser estruturadas com o objetivo de detectar eventuais correlações entre variáveis (Gil, 2025). Ressalte-se, ainda, que a “pesquisa descritiva é importante para a ciência, pois a descrição é geralmente o primeiro e essencial passo para caminharmos em direção à compreensão do fenômeno” (Volpato, 2015, p. 5).

A abordagem é quantitativa, considerando a coleta de dados financeiros e fiscais em demonstrativos financeiros e o uso de métodos estatísticos para a realização da investigação (Prodanov; Freitas, 2013). Além disso, para dar suporte a pesquisa foi utilizada revisão integrativa da literatura para levantamento de modelos baseados nas métricas estabelecidas, tendo em vista ser uma fase ancorada em uma perspectiva interpretativa e construtivista, utilizando como fonte de dados materiais textuais, como documentos e observações (Siena *et al.*, 2024)

Quanto aos procedimentos, identifica-se como documental, uma vez que a coleta deu-se por intermédio do portal do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), que disponibiliza toda a documentação contábil relativa às entidades municipais e estaduais. A escolha por coletar as Demonstrações Contábeis por meio dessa plataforma específica deve-se à sua facilidade de acesso e, adicionalmente, ao fato de o site contemplar todos os documentos consolidados por ano, além de contar com regras contábeis de consistência dos dados quando do seu envio mensal pelos entes. Além disso, os dados de população serão provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim, as bases de dados

utilizadas na pesquisa são originárias de fontes oficiais, o que assegura a confiabilidade e a representatividade dos resultados.

A presente investigação abrange a totalidade dos Municípios rondonienses, isto é, as 52 (cinquenta e duas) cidades que serão submetidas ao processo de análise. Tal abrangência configura o trabalho como um estudo censitário. Salienta-se que esse tipo de estudo é caracterizado como um "procedimento que visa levantar informações padronizadas de todos os elementos do universo de pesquisa" (Marques *et al.*, 2006, p. 52). Ressalta-se que selecionar municípios pertencentes a um mesmo estado contribui para a ampliação da comparabilidade dos resultados (Petro, 1998; Coe, 1999; Hendrick, 2004), uma vez que tal escolha assegura uma “uniformidade política e geográfica”, o que torna mais plausível que esses municípios apresentem similaridades em termos de cultura política, padrões de custo de vida e métodos contábeis (Coe, 1999).

A opção por investigar os Municípios rondonienses foi motivada, sobretudo, pelo fato de que, no intervalo temporal compreendido entre 2017 e 2022, exibiram uma média de 70% classificados com gestão fiscal em nível crítico ou em dificuldade no tocante ao Índice de Autonomia de Gestão Fiscal (IAGF) apurada pela FIRJAN. Adicionalmente, não há pesquisa com proposta similar aos municípios do Estado de Rondônia. Essa informação consolidou a decisão de realizar uma proposta de índice geral às referidas unidades federativas rondonienses.

No que concerne ao período de coleta desses demonstrativos, compreendeu o período entre julho e agosto de 2025. Essa janela temporal justifica-se pelo fato de abril ser o prazo-limite para a divulgação das demonstrações contábeis referentes ao ano anterior, e no caso específico dos dados de 2024, o prazo foi de até abril de 2025.

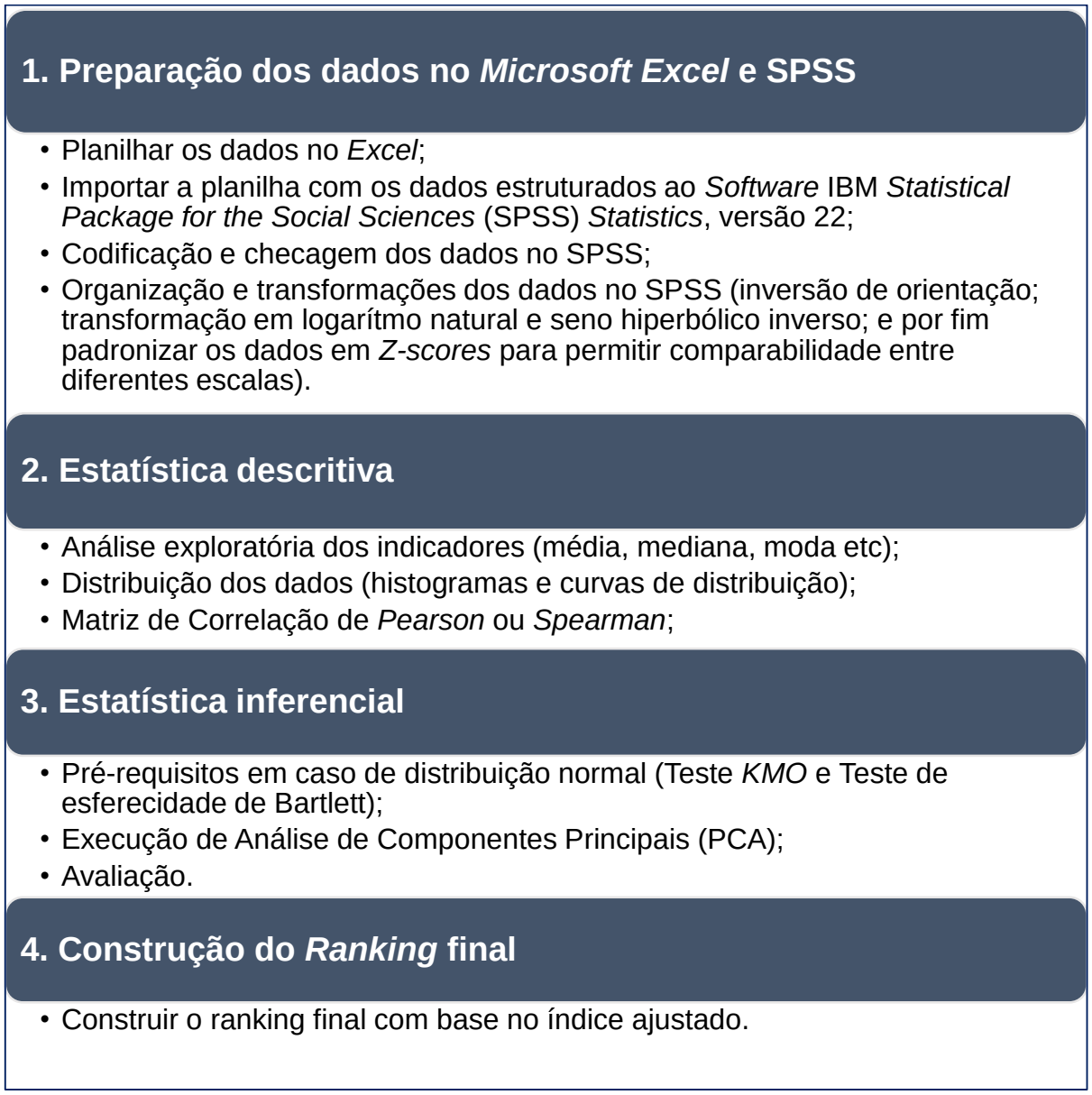
No que se refere à definição temporal, esta compreendeu 5 (cinco) exercícios financeiros, quais sejam, 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024. Os referidos anos civis compreende duas gestões municipais (2017-2020 e 2021-2024). Observa-se que serão expurgadas do período de análise os anos de 2020, 2021 e 2022, período este marcado pela Pandemia da Covid-19 que por meio da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 (Brasil, 2020) a União entregou recursos de seu orçamento, na forma de auxílio financeiro, aos demais entes federativos, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus *SARS-CoV-2*, em razão do impacto econômico de queda de arrecadação e outras questões, assim, decidiu-se não incluir na análise para evitar distorções nos valores de execução contábil-orçamentária,

entendimento corroborado com Crispim, Alberton e Ott (2024) que excluíram de sua pesquisa os anos de 2020 e 2021.

Quanto a estatística utilizada, primeiramente valeu-se da descritiva para compreender os dados e em seguida da estatística inferencial. A construção do Índice de Condição Financeira (ICF) será desenvolvida em quatro etapas. Inicialmente, os dados serão organizados no *Microsoft Excel*, importados para o *Software* IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) *Statistics*, versão 22 e preparados com inversão de orientação no que for necessário, transformação em logaritmo natural ou outros métodos e padronizados em *Z-scores*. A análise estatística descritiva será realizada por meio de medidas de tendência central, distribuição dos dados e correlações de *Pearson* ou *Spearman*, dependendo da distribuição dos dados, se normal ou não. Na sequência, será aplicada a estatística inferencial que iniciará com testes de KMO e Bartlett, em caso de utilizar Correlação de *Pearson*, em seguida, a execução da análise de componentes principais. Por fim, será construído o ranking final com base no índice ajustado.

O referido processo da estatística a ser executado está detalhado a seguir na figura 4.

Figura 4 – Processo estruturado de execução da estatística



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Para tratamento e análise dos dados optou-se pelo *Software* IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) *Statistics*, versão 22, cujos resultados serão expostos na seção de resultados.

3.2 Definição das variáveis e validação da pesquisa

Para alcançar o objetivo geral previamente estabelecido, definiram-se como critérios para a seleção das variáveis, modelos empregados na análise da condição financeira de entidades públicas. Nesse sentido, buscou-se identificar modelos que se ajustassem à realidade brasileira, considerando que, no âmbito da contabilidade

pública, existem relatórios específicos de cada nação. Portanto, antes de escolhê-los, foi necessário verificar se os dados requeridos pelos mencionados modelos são apresentados nos relatórios dos estados brasileiros.

Esse processo de busca seguiu uma metodologia em três etapas, conforme proposto por Conforto, Amaral e Silva (2011). Na primeira etapa, foram definidos os parâmetros, por exemplo, informações do problema de pesquisa, objetivos, bases de dados, descritores de busca, critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, realizou-se a busca e seleção dos artigos nas bases de dados ou periódicos. Por fim, os artigos selecionados foram analisados, permitindo a construção dos principais aspectos e a resposta a questão de pesquisa.

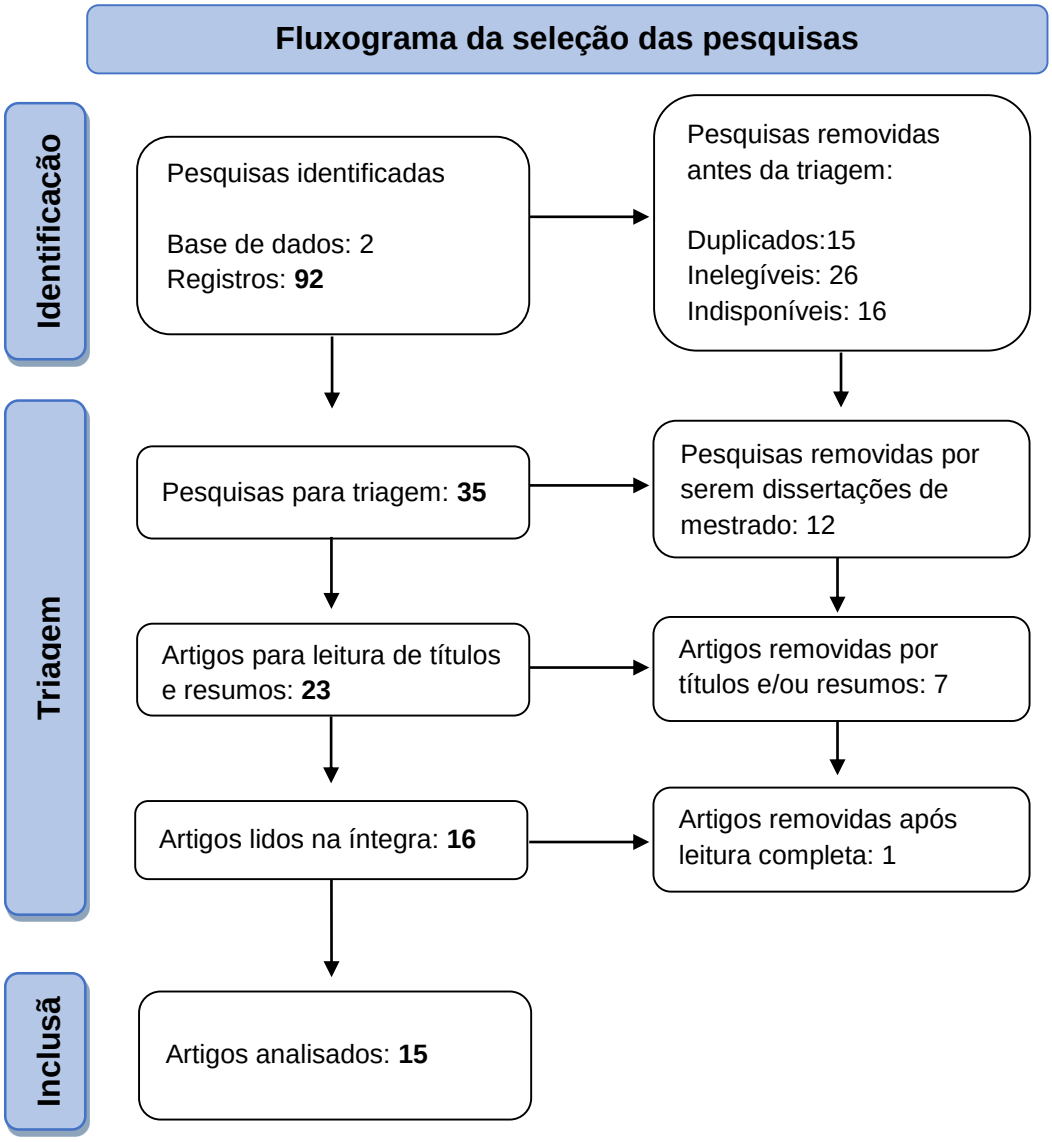
A definição das bases de dados e das palavras-chave foi realizada após uma busca exploratória. Assim, as bases de dados nacionais Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Google Scholar* foram escolhidas por apresentarem resultados relevantes, e serem amplamente reconhecidas por oferecer acesso a uma grande variedade de artigos acadêmicos. Assim, foi pesquisada nas referidas bases de dados, filtrando os títulos, resumos e palavras-chave, os descritores: (("condição financeira municipal") AND (“condição financeira governamental")).

A seleção dos artigos para compor este estudo seguiu critérios rigorosos. Foram incluídos somente aqueles que abordassem a temática da avaliação da condição financeira, especificamente no contexto governamental brasileiro. Além disso, os artigos deveriam apresentar, de forma detalhada, indicadores e as estatísticas utilizadas, bem como estar publicados na íntegra e em língua portuguesa. Estudos que não se enquadraram nesses critérios, ou que não oferecessem uma análise da condição financeira governamental, foram descartados da amostra final. Identificou-se, de início, 34 estudos na base da Capes e 58 no *Google Scholar*.

Após a coleta inicial dos artigos, realizou-se uma triagem com base nas diretrizes do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). Essa metodologia, amplamente reconhecida na comunidade científica, proporcionou transparência e sistematização ao processo de revisão. A elaboração de um fluxograma PRISMA permitiu documentar, de forma clara e concisa, o número total de estudos identificados, os motivos de exclusão em cada etapa da triagem e, por fim, os artigos selecionados para análise completa, proporcionando rastreabilidade e a reprodutibilidade dos resultados da pesquisa (Page *et al.*, 2022).

A seguir, a figura 5, evidencia o processo de seleção das pesquisas por meio do Protocolo PRISMA, com o fluxograma:

Figura 5 – Fluxograma PRISMA para coleta de dados



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Após a observância do protocolo de busca dos artigos, procedeu-se à leitura crítica e analítica, a qual revelou que, na avaliação da condição de entes públicos, é recomendável a utilização de indicadores que abranjam quatro categorias: Solvência de Caixa, Solvência Orçamentária, Solvência de Longo Prazo e Solvência do Nível de Serviço (Groves; Godsey, 1980). Esse achado levou à escolha dos indicadores propostos por Wang, Dennis e Tu (2007) como os mais adequados para a análise do contexto brasileiro, cujo detalhamento será apresentado a seguir.

- **Indicadores de Solvência de Caixa ou Liquidez de Curto Prazo:** Esses

indicadores visam verificar a capacidade do governo de obter recursos financeiros em um período de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias para honrar suas dívidas (Groves; Godsey, 1980; Carmeli, 2002; Maher; Nollenberger, 2009). Consequentemente, relacionam-se diretamente com a liquidez e a gestão eficaz do caixa, uma vez que demonstram a habilidade de uma entidade em gerar recursos financeiros para quitar seu passivo circulante (Wang; Dennis; Tu, 2007).

- **Indicadores de Solvência Orçamentária:** Também designados como Equilíbrio Fiscal, esses indicadores investigam se o governo consegue gerar recursos financeiros suficientes durante a execução orçamentária para cumprir suas despesas sem incorrer em déficit (Groves; Godsey, 1980; Carmeli, 2002; Maher; Nollenberger, 2009). Em suma, referem-se à aptidão de uma entidade para obter as receitas necessárias ao financiamento de seus níveis de serviços atuais ou desejados (Wang; Dennis; Tu, 2007). Para esta investigação, tais indicadores são relevantes por permitirem verificar o nível de despesas que os Municípios estão incorrendo em comparação com suas receitas.
- **Indicadores de Solvência de Longo Prazo:** Conhecidos também como Equilíbrio de Longo Prazo, esses indicadores têm como propósito apurar a capacidade do governo de saldar todos os seus custos, tanto os previstos quanto os extraordinários (Groves; Godsey, 1980; Carmeli, 2002; Maher; Nollenberger, 2009). Assim, levam em consideração os impactos das obrigações de longo prazo, a partir de 12 (doze) meses após a data das demonstrações contábeis, em relação aos recursos futuros (Wang; Dennis; Tu, 2007). No contexto desta pesquisa, essa categoria de indicadores é significativa, pois busca verificar as implicações da condição financeira na habilidade do ente público de cumprir suas obrigações no futuro. Contabilmente
- **Indicadores de Solvência do Nível de Serviço:** Estes indicadores avaliam se o governo é capaz de prover serviços de saúde e bem-estar de qualidade à população, atendendo, portanto, às demandas sociais de forma eficiente (Groves; Godsey, 1980; Carmeli, 2002; Maher; Nollenberger, 2009), no patamar exigido ou desejado pelos cidadãos (Wang; Dennis; Tu, 2007).

Foi com base nessas diretrizes que os indicadores foram selecionados para esta pesquisa. Dando continuidade a esse processo, inicialmente, procurou-se na

literatura nacional por estudos que tivessem empregado tais indicadores. Esse caminho levou à localização do livro de Lima e Diniz (2016), obra que congrega um conjunto de estudos de diversos países que utilizaram indicadores para analisar financeiramente as entidades governamentais, sendo os indicadores de Wang, Dennis e Tu (2007).

Ao examinar cada um dos indicadores sugeridos por Wang, Dennis e Tu (2007) de forma individualizada, percebeu-se que o Índice de Ativos Líquidos, pertencente à rubrica de Solvência de Longo Prazo, exigia informações tipicamente presentes em relatórios norte-americanos, as quais não possuíam uma correspondência exata em contas contábeis brasileiras. Em virtude dessa lacuna, optou-se por considerar o Patrimônio Líquido, também denominado "Ativos Onerosos" ou "Capital Próprio", como equivalente a "Ativos Líquidos Restritos e Não Restritos", o que levou à necessária adaptação desse indicador.

Adicionalmente, o indicador *Superávit* (*Déficit*) *per capita*, inserido na categoria de Solvência Orçamentária, não sofreu modificações em sua configuração, mas sua designação foi alterada para Resultados da Execução Orçamentária. Tal mudança se deu em função da natureza das informações que ele é capaz de inferir para o contexto brasileiro. Desse modo, os 11 (onze) indicadores empregados nesta investigação são sumarizados no quadro 1.

Quadro 1 – Modelo de avaliação da condição financeira

(Continua)

Categoria	Indicador	Fórmula	Autores/Modelo
Solvência de Caixa	Posição de Caixa	$\frac{(CEC + ICP)^1}{Obrigações\ de\ Curto\ Prazo}$	Groves, Godsey e Shulman (1981); Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015).
	Liquidez Imediata	$\frac{(CEC + ICP + Recebíveis)^1}{Obrigações\ de\ Curto\ Prazo}$	Wang, Dennis e Tu (2007).
	Liquidez Corrente	$\frac{Ativos\ de\ Curto\ Prazo}{Obrigações\ de\ Curto\ Prazo}$	Groves, Valente e Nollenberger (2003); Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015); Turley, Robbins e Mcnena (2015); Carmeli (2002).
Solvência orçamentária	Posição Operacional	$\frac{Receita\ Total}{Despesa\ Total}$	Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Maher e Nollenberger (2009).
	Resultados da Execução Orçamentária	$\frac{Total\ de\ Superávit\ (Déficit)}{População}$	Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015); Turley, Robbins e Mcnena (2015); Carmeli (2002).

Categoria	Indicador	Fórmula	Autores/Modelo
Solvência de Longo Prazo	Ativos Líquidos	$\frac{ALRNR^{1}}{Ativos\ Totais}$	Wang, Dennis e Tu (2007).
	Obrigações de Longo Prazo	$\frac{Obrigações\ de\ Longo\ Prazo}{Ativos\ Totais}$	Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015).
	Obrigações de Longo Prazo *per capita*	$\frac{Obrigações\ de\ Longo\ Prazo}{População}$	Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015); Cabaleiro, Buch e Vaamonde (2012).
Solvência do Nível de Serviços	Tributos *per capita*	$\frac{Total\ da\ Receita\ Tributária}{População}$	Wang, Dennis e Tu (2007).
	Receita *per capita*	$\frac{Total\ da\ Receita}{População}$	Berne e Schramm (1986); Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Sohl *et al.* (2009).
	Gastos *per capita*	$\frac{Total\ dos\ Gastos}{População}$	Wang, Dennis e Tu (2007); Maher e Nollenberger (2009); Kavanagh (2007).

Fonte: Adaptado de Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Maher e Nollenberger (2009); Lima e Diniz (2016).
[1]CEC = Caixa e Equivalentes de Caixa | ICP = Investimentos de Curto Prazo | ALRNR = Ativos Líquidos Restritos e Não Restritos.

Convém salientar, a despeito de ter sido escolhido o modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), observa-se que vários de seus indicadores, outros autores também os utilizam e já utilizaram em suas pesquisas, o que demonstra um modelo aceitável para este estudo.

No quadro 2, observa-se os objetivos de cada indicador e a qual demonstrativo contábil é utilizado para a busca de informações dos indicadores.

Quadro 2 – Descrição dos indicadores

(Continua)

Categoria	Indicador	Objetivo	Fonte
Solvência de Caixa	Posição de Caixa	Identificar a disponibilidade de recursos de curto prazo para quitar as obrigações de curto prazo.	Balanço Patrimonial
	Liquidez Imediata	Identificar a disponibilidade de quitar as obrigações de forma imediata, considerando os recursos de curto prazo.	Balanço Patrimonial
	Liquidez Corrente	Identificar o quanto o ente tem de ativos de curto prazo em relação às suas obrigações de curto prazo.	Balanço Patrimonial
Solvência orçamentária	Posição Operacional	Identificar a representação da receita total em relação à despesa total (cobertura de despesas)	Balanço Orçamentário (Anexo 1) RREO
	Resultados da Execução Orçamentária	Identificar a representatividade do resultado da gestão por habitante.	Balanço Orçamentário (Anexo 1) RREO

Categoria	Indicador	Objetivo	Fonte
Solvência de Longo Prazo	Ativos Líquidos	Identificar o quanto o ente possui de capital próprio em relação aos ativos. Quando o índice se apresenta mais elevado, implica em uma melhor posição para pagar as obrigações de longo prazo.	Balanço Patrimonial – DCA
	Obrigações de Longo Prazo	Identificar o quanto o ente possui de obrigações de longo prazo em comparação com o total de ativos	Balanço Patrimonial – DCA
	Obrigações de Longo Prazo *per capita*	Identifica o quanto o ente possui de obrigações de longo prazo por número de habitantes.	Balanço Patrimonial - DCA
Solvência do Nível de Serviços	Tributos *per capita*	Indica a capacidade de arrecadação própria do município em relação ao número de habitantes. Valores mais altos sugerem maior autonomia fiscal e potencial para financiar serviços públicos, desde que não represente uma carga tributária excessiva que comprometa a equidade ou a sustentabilidade social.	Balanço Orçamentário (Anexo 1) RREO e IBGE
	Receita *per capita*	Identifica o total de receitas arrecadadas em relação ao número de habitantes.	Balanço Orçamentário (Anexo 1) RREO
	Gastos *per capita*	Identifica o quanto o ente realizou de gasto por habitante.	Balanço Orçamentário (Anexo 1) RREO

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016).
Nota: RREO = Relatório Resumido de Execução Orçamentária | DCA = Declaração de Contas Anuais.

Após a adequação e o refinamento dos indicadores, deu-se prosseguimento à compilação dos dados.

Simultaneamente, deu-se início à coleta de dados atinentes aos indicadores que são objeto deste estudo. Visto que o SICONFI possibilitou o acesso aos relatórios dos anos selecionados. Previamente, foi imperativo proceder à análise das terminologias contábeis e orçamentárias apresentadas pelos indicadores de Wang, Dennis e Tu (2007) e cotejá-las com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária (ECNRO) aplicados às entidades federativas brasileiras, com o fito de determinar as contas equivalentes aos dados solicitados por tais indicadores, consoante o quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Nomenclatura do Índice *versus* PCASP e ECNRO

(Continua)

Demonstração	Indicador	Nomenclatura no Índice	PCASP/ECNRO 2017	PCASP/ECNRO 2018-2024
Balanço Patrimonial (DCA)	Posição de Caixa	Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC)	1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC)	-
		Investimentos a Curto Prazo (ICP)	1.1.4. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (IATCP)	-
		Obrigações de Curto Prazo (OCP)	2.1. Passivo Circulante (PC)	-
	Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC)	1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC)	-
		Investimentos a Curto Prazo (ICP)	1.1.4. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (IATCP)	-
		Recebíveis	1.1.2. Créditos a Curto Prazo (CCP)	-
			1.1.3. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (DCVCP)	-
		Obrigações de Curto Prazo (OCP)	2.1. Passivo Circulante (PC)	-
	Liquidez Corrente	Ativos de Curto Prazo (ACP)	1.1. Ativo Circulante (AC)	-
		Obrigações de Curto Prazo (OCP)	2.1. Passivo Circulante (PC)	-
	Ativos Líquidos	Ativos Líquidos Restritos e Não Restritos (ALRNR)	2.3. Patrimônio Líquido (PL)	-
		Ativos Totais	1. Ativo	-
	Obrigações de Longo Prazo	Obrigações de Longo Prazo (OLP)	2.2. Passivo Não Circulante (PNC)	-
		Ativos Totais	1. Ativo	-
	Obrigações de Longo Prazo *per capita*	Obrigações de Longo Prazo (OLP)	2.2. Passivo Não Circulante (PNC)	-
Balanço Orçamentário (RREO)	Posição Operacional	Receita Total	Receitas (Exceto Intraorçamentárias) - Realizada	-
		Despesa Total	Despesas (Exceto Intraorçamentárias) – Empenhada	-
	Resultados da Execução Orçamentária	Total de *Superávit* (*Déficit*) = Total da Receita menos Total da Despesa	Receitas (Exceto Intraorçamentárias) - Realizada	-
			Despesas (Exceto Intraorçamentárias) – Empenhada	-
	Tributos *per capita*	Receita Tributária	1.1 Receita Tributária	1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
	Receita *per capita*	Receita Total	Receitas (Exceto Intraorçamentárias) - Realizada	-
	Gastos *per capita*	Despesa Total	Despesas (Exceto Intraorçamentárias) – Empenhada	-

Fonte: elaboração pelo autor (2025).
Nota: DCA = Declaração das Contas Anuais.

Além da exposição apresentada no quadro 3, torna-se imprescindível justificar a razão pela qual determinadas contas contábeis foram selecionadas para a análise para representar a terminologia do índice. Entre elas, destacam-se: Recebíveis, utilizados na mensuração do Indicador de Liquidez Imediata; a Despesa Total, que fundamenta a apuração dos indicadores de Posição Operacional, Resultado da Execução Orçamentária e Gastos *per capita*; e a Receita Total, que subsidia o cálculo dos indicadores de Posição Operacional, Resultado da Execução Orçamentária e Receita *per capita*.

No que se refere aos Recebíveis, adotou-se as contas contábeis que abrangessem todos os direitos a serem recebidos pela entidade pública no curto prazo, registrados sob a classificação de Créditos a Curto Prazo e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (PCASP 2017-2024). Conforme dispõe o referido Plano de Contas, essas contas englobam “valores a receber decorrentes do fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, bem como operações de empréstimos e financiamentos concedidos, passíveis de realização em até 12 meses a partir da data das demonstrações” e “valores a receber por demais transações realizáveis a curto prazo”, respectivamente (Brasil, 2017b; 2018b; 2019b; 2023c; 2024b).

No que se refere à Despesa Total ou Gasto Total, adotou-se como parâmetro a Despesa (Exceto Intraorçamentárias) Empenhada apresentada no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentário (RREO) do 6º bimestre de cada exercício de referência. A despesa empenhada é considerada o estágio inicial da execução da despesa pública que caracteriza-se como o “ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição” (Brasil, 1964). Assim, corresponde ao valor do crédito orçamentário, inclusive o adicional, que é formalmente comprometido para determinada finalidade ou consumo. Cabe destacar que a disciplina legal sobre o tema encontra respaldo no artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

No que tange à Receita Total, adotou-se como referência a Receita (Exceto Intraorçamentárias) Realizada evidenciada no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentário (RREO) do 6º bimestre de cada exercício de referência. Consideram-se realizadas as receitas arrecadadas diretamente pelo

órgão, ou por meio de outras instituições, por exemplo, rede bancária (Brasil, 2025). Cabe destacar que a disciplina legal sobre o tema encontra respaldo no artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

A partir do exercício de 2018, conforme o Ementário de Classificação por Natureza da Receita Orçamentária (ECNRO), houve uma alteração na nomenclatura da natureza da receita referente à Receita Tributária. Até 2017, essa receita era registrada sob o título “Receita Tributária”; entretanto, nas edições posteriores do Ementário, passou a ser denominada “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” (Brasil, 2017a; 2018a; 2019a; 2023a; 2024a). Essa mudança decorre da Portaria Interministerial STN/SOF nº 05, de 25 de agosto de 2015, que, em seus artigos 1º, 2º e 3º, inciso II, estabelece a nova estrutura de codificação da receita pública, com efeitos aplicáveis a partir do exercício financeiro de 2018 (Brasil, 2015).

Por fim, tanto para as despesas quanto para as receitas, foram desconsiderados os valores intraorçamentários, por se tratarem de transações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades vinculadas ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social. Essas transações representam duplicidades e, portanto, não devem ser incluídas nas análises. Essa orientação está prevista na 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (Brasil, 2025), que, inclusive, determina a exclusão das receitas intraorçamentárias na apuração da Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é amplamente utilizada como base para os cálculos fiscais relacionados ao endividamento, aos gastos com pessoal e a outros limites legais.

Destaca-se que o indicador “Resultado da Execução Orçamentária”, pertencente à categoria de Solvência Orçamentária, exigiu a utilização de informações referentes ao contingente populacional de cada Município, obtidas por meio do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cumpre ressaltar que o referido órgão disponibiliza apenas estimativas populacionais do Brasil, discriminadas por município, unidade federativa, região ou para o país como um todo, razão pela qual não foi viável empregar o número exato da população no cálculo do indicador, em virtude das limitações de disponibilidade dos dados.

Concluída a obtenção dos relatórios e planilhas necessários à pesquisa, procedeu-se à coleta dos dados requeridos para a construção dos indicadores, com o auxílio do *Microsoft Excel*. Na sequência, realizou-se o tratamento das informações, a

partir do qual foi estruturado que posteriormente os dados foram importados ao *software* estatístico utilizado.

3.3 Abordagem empírica

Após a seleção dos onze indicadores financeiros municipais e a obtenção dos dados correspondentes, procedeu-se à etapa de tratamento estatístico das variáveis. Inicialmente, aplicou-se a inversão de sinal nos indicadores cujos valores mais elevados representavam pior condição financeira (IND7, IND8 e IND11), a fim de garantir coerência direcional entre todas as variáveis, de modo que valores mais altos passassem a indicar melhor situação fiscal. Em seguida, foram realizadas transformações logarítmicas (Ln) e por seno hiperbólico inverso (IHS) em variáveis com distribuição assimétrica, conforme a natureza dos dados, e todas as variáveis foram padronizadas por meio do escore z (Z-score), visando à uniformização das escalas e à mitigação de efeitos de magnitude.

O quadro 4 apresenta a orientação adotada para cada indicador no cálculo do Índice de Condição Financeira Municipal (ICF), especificando a interpretação do sinal e o tratamento estatístico aplicado. Essa sistematização foi essencial para garantir coerência direcional entre os indicadores, permitindo que valores mais elevados representem, em todos os casos, melhor condição financeira.

Quadro 4 – Orientação dos indicadores no cálculo do ICF

(Continua)

Categoria	Indicador	Interpretação original do sinal (melhor = ...)	Tratamento adotado
Solvência de Caixa	(IND1) Posição de Caixa	Melhor situação financeira imediata	Mantido (não invertido)
	(IND2) Liquidez Imediata	Maior liquidez, melhor condição	Mantido (não invertido)
	(IND3) Liquidez Corrente	Maior liquidez corrente, melhor condição	Mantido (não invertido)
Solvência orçamentária	(IND4) Posição Operacional	Resultado maior = melhor solvência	Mantido (não invertido)
	(IND5) Resultados da Execução Orçamentária	Superávit maior = melhor solvência orçamentária	Mantido (não invertido)
Solvência de Longo Prazo	(IND6) Ativos Líquidos	Maior patrimônio líquido = melhor solvência	Mantido (não invertido)
	(IND7) Obrigações de Longo Prazo	Maior dívida de LP = pior solvência	Invertido

Categoria	Indicador	Interpretação original do sinal (melhor = ...)	Tratamento adotado
	(IND8) Obrigações de Longo Prazo *per capita*	Maior dívida/habitante = pior solvência	Invertido
Solvência do Nível de Serviços	(IND9) Tributos *per capita*	Maior carga tributária/habitante = maior solvência de serviços	Mantido (não invertido)
	(IND10) Receita *per capita*	Maior receita/habitante = maior capacidade de financiar serviços	Mantido (não invertido)
	(IND11) Gastos *per capita*	Maior gasto/habitante = pior equilíbrio fiscal ou gestão pública.	Invertido

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).
Nota: a inversão foi aplicada aos indicadores cujos valores mais elevados representam **pior condição financeira** (IND7, IND8 e IND11), de modo a garantir coerência direcional entre todas as variáveis. Assim, após a inversão, em todos os casos, **maior valor significa melhor condição financeira municipal**.

Como se observa, os indicadores IND7, IND8 e IND11 foram invertidos, pois originalmente expressavam situações em que valores mais altos indicavam pior desempenho fiscal. A padronização metodológica adotada assegura que todos os indicadores contribuam de forma harmônica para a construção do índice, respeitando a lógica substantiva da análise e facilitando a interpretação dos resultados.

Na sequência, foram apresentadas as estatísticas descritivas, com o intuito de proporcionar uma compreensão preliminar da estrutura dos dados. Para avaliar a aderência à distribuição normal, aplicaram-se os testes de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e *Shapiro-Wilk* (S-W), com nível de significância de 5%. Os resultados indicaram que os dados não seguiam distribuição normal, o que justificou a adoção da correlação de *Spearman* para examinar o grau de associação entre as variáveis, por ser uma medida não paramétrica robusta a violações da normalidade. Todas as análises foram conduzidas com o auxílio do *software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22.

Diante da impossibilidade de mensuração direta do conceito de condição financeira municipal, optou-se pela aplicação da técnica estatística multivariada denominada Análise de Componentes Principais (ACP), amplamente reconhecida por sua capacidade de identificar estruturas latentes em conjuntos de variáveis correlacionadas. Segundo Betarelli Júnior (2016), a ACP não requer a suposição de normalidade multivariada, nem a adoção de modelos causais, sendo apropriada para revelar padrões subjacentes por meio de combinações lineares não correlacionadas. Essa robustez é corroborada por Anjos (2018) e Azevedo (2021), que destacam que a ACP se baseia na estrutura de variância e covariância dos dados, sendo resistente a assimetrias e adequada mesmo quando os dados não seguem distribuição normal.

A ACP foi operacionalizada com base na matriz de correlação de *Spearman*, conforme recomendação de Fávero e Belfiore (2017), que ressaltam que a normalidade multivariada não é condição necessária para a extração de componentes principais. A técnica permitiu a redução da dimensionalidade dos dados, agrupando os indicadores em fatores latentes que explicam a maior parte da variabilidade observada. Essa abordagem é considerada a mais recorrente na literatura para construção de índices compostos, conforme Cabaleiro, Buch e Vaamonde (2012), por superar limitações associadas à atribuição arbitrária de pesos às variáveis, promovendo maior rigor estatístico e objetividade na avaliação da condição financeira dos entes públicos.

Portanto, a aplicação da ACP neste estudo é metodologicamente válida, mesmo diante da ausência de normalidade multivariada nos dados. A técnica se mostra adequada para os objetivos propostos, especialmente por sua capacidade de sintetizar informações complexas em componentes interpretáveis e úteis para a construção de um índice de condição financeira municipal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estatística Descritiva

No processo de preparação dos dados para a estimação do modelo, realizou-se um tratamento prévio das variáveis para assegurar a robustez da análise. Conforme argumenta Wooldridge (2019), a transformação de dados é um procedimento amplamente adotado em análises econométricas, pois permite representar relações não lineares e reduzir a dispersão dos valores, conferindo maior robustez às estimativas diante de valores atípicos.

Inicialmente, procedeu-se à inversão da orientação dos indicadores 7, 8 e 11, para manter a coerência interpretativa de que valores mais altos representam uma melhor condição financeira, assim como Gaglianone e Areosa (2016). Em seguida, para os indicadores que assumem valores estritamente positivos (1, 2, 3, 4, 9 e 10), foi aplicada a tradicional transformação de Logaritmo Neperiano ou Natural (Ln) para mitigar a assimetria de suas distribuições.

Contudo, os demais indicadores (5, 6, 7, 8 e 11) não puderam ser log-transformados por conterem valores nulos ou negativos. Esta limitação é conhecida, pois, conforme destacado por Gujarati e Porter (2011), o logaritmo natural não é definido para números negativos. Adicionalmente, Assis *et al.* (2023, p. 63) reforçam que valores iguais a zero também não podem ser diretamente transformados em logaritmo, uma vez que “como o logaritmo de zero não tem significado, os valores zero não podem ser modificados diretamente por esta transformação”.

Dessa forma, para solucionar essa questão metodológica e preservar a consistência estatística do modelo, optou-se por aplicar a transformação de Seno Hiperbólico Inverso (IHS) aos demais indicadores. Proposta por Burbidge, Magee e Robb (1988), a transformação IHS é uma alternativa metodologicamente sólida, pois se comporta de maneira quase idêntica ao logaritmo para valores positivos elevados, mas tem a vantagem de ser definida para todo o conjunto de números reais, incluindo o zero e os negativos. A utilização desta técnica permitiu, portanto, a padronização de todas as variáveis de forma consistente, alinhando-se às boas práticas recomendadas pela literatura especializada (Bellemare; Wichman, 2020).

Além disso, em seguida todas as variáveis passaram por padronização, por meio do *score-Z* (Z-*score*), que passou a apresentar média igual a zero e desvio padrão unitário. Esse procedimento foi adotado para tornar os indicadores

comparáveis entre si, considerando que cada um possui unidades de medida e amplitudes originais distintas. Conforme destaca o *Handbook on Constructing Composite Indicators da Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2008), a busca pela normalização é essencial quando se pretende agregar indicadores com escalas diferentes, evitando que variáveis com maiores magnitudes dominem a composição do índice.

Após a realização das transformações mencionadas, a tabela 1 apresenta as medidas descritivas das variáveis analisadas para os municípios de Rondônia, relativas aos exercícios financeiros de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024. Para cada variável, são expostos o número de observações, os valores extremos (mínimo e máximo), a média, o desvio-padrão e a variância, o que possibilita uma análise preliminar do comportamento e da distribuição dos dados.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

(Continua)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Variância
Zscore(LN_IND1_POSCX)	260	-1,76538	5,22222	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(LN_IND2_LIQIM)	260	-1,79762	5,41188	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	260	-1,74318	5,39676	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(LN_IND4_POSOP)	260	-2,40369	3,13075	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(IHS_IND5_REO)	260	-2,16543	0,99552	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	260	-4,36168	1,01489	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	260	-3,21089	1,11233	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	260	-1,28388	2,52944	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	260	-2,36031	2,15270	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(LN_IND10_RECpC)	260	-1,66563	3,05210	0,00000	1,00000	1,000
Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPp)	260	-3,09379	1,72670	0,00000	1,00000	1,000
N válido (de lista)	260	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).

Esta análise preliminar permite caracterizar a distribuição dos dados e identificar possíveis valores extremos, preparando o conjunto de indicadores para etapas posteriores de agregação em um índice composto.

A heterogeneidade revelada pela análise descritiva transcende a mera constatação estatística e aponta para uma segmentação de fato entre os municípios rondonienses. De um lado, a existência de *Z-scores* superiores a 5, como observado

em *Z-score*(LN_IND2_LIQIM), sinaliza a presença de gestões municipais que alcançaram um nível de excelência em liquidez, possivelmente por meio de um controle de gastos rigoroso e uma arrecadação eficiente. De outro, escores inferiores a -4, como em *Z-score*(IHS_IND6_ATLIQ), indicam situações de grave vulnerabilidade fiscal, onde a insuficiência de ativos líquidos para cobrir as obrigações pode comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.

A padronização dos dados por meio do *Z-score* permite tratar essas disparidades de forma sistemática, assegurando comparabilidade entre os indicadores e fortalecendo a robustez metodológica na construção do Índice de Condição Financeira Municipal. Essa abordagem está alinhada às boas práticas internacionais de análise comparativa, conforme recomendações da OECD (2008), promovendo maior precisão na avaliação da sustentabilidade fiscal local.

Posteriormente, foram aplicados os testes de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e *Shapiro-Wilk* (S-W), com o propósito de avaliar a conformidade dos dados empíricos à distribuição normal. Os resultados obtidos indicaram rejeição da hipótese nula de normalidade ($p < 0,05$), evidenciando que os dados não seguem uma distribuição normal, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Testes de normalidade

	***Kolmogorov-Smirnov*[a]**			***Shapiro-Wilk***		
	Estatística	**df**	**Sig.**	**Estatística**	**df**	**Sig.**
Zscore(LN_IND1_POSCX)	0,115	260	0,000	0,905	260	0,000
Zscore(LN_IND2_LIQIM)	0,115	260	0,000	0,901	260	0,000
Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	0,120	260	0,000	0,901	260	0,000
Zscore(LN_IND4_POSOP)	0,040	260	0,200*	0,994	260	0,379
Zscore(IHS_IND5_REO)	0,303	260	0,000	0,723	260	0,000
Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	0,155	260	0,000	0,863	260	0,000
Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	0,170	260	0,000	0,900	260	0,000
Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	0,161	260	0,000	0,869	260	0,000
Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	0,082	260	0,000	0,975	260	0,000
Zscore(LN_IND10_RECpC)	0,117	260	0,000	0,956	260	0,000
Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPp)	0,106	260	0,000	0,959	260	0,000

Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).
*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.
a. Correlação de Significância de *Lilliefors*.

A rejeição da hipótese de normalidade, evidenciada pelos testes de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e *Shapiro-Wilk* (S-W), motivou a adoção do coeficiente de

correlação de *Spearman* em substituição ao coeficiente de *Pearson*. Os resultados obtidos demonstraram que, com exceção da variável *Z-score*(LN_IND4_POSOP), todas as demais apresentaram valores de significância inferiores a 0,05, o que implica na rejeição da hipótese nula (H_0) de aderência à distribuição normal. Ainda que tenham sido aplicadas transformações matemáticas, como o logaritmo natural (Ln) e o seno hiperbólico inverso (IHS), a maioria das variáveis manteve-se com distribuição não normal. Tal persistência justifica a utilização de técnicas estatísticas robustas à violação do pressuposto de normalidade, bem como a adoção de abordagens não paramétricas nas análises subsequentes.

Nesse contexto, a correlação de *Spearman* foi empregada nas análises posteriores por se tratar de uma técnica não paramétrica apropriada para dados que não seguem a distribuição normal, conforme preconizado pela literatura especializada (Ribeiro; Macedo; Marques, 2012; Melo *et al.*, 2020; Ferreira; Barros, 2021; Silva, M.; Silva, V.; Sousa, 2022; Silva; Vaz, 2022). A escolha por esse coeficiente fundamenta-se na natureza dos dados utilizados na presente investigação, os quais, além de não apresentarem aderência à normalidade, revelam a presença de escores extremos. Segundo Field (2020), em situações em que os dados apresentam valores atípicos, não são normalmente distribuídos, recomenda-se a utilização de coeficientes de correlação baseados em postos, como *p* ou *rô de Spearman*. Essa técnica não paramétrica minimiza os efeitos das violações dos pressupostos clássicos ao converter os dados em postos, reduzindo, assim, a influência de *outliers*. Ademais, o coeficiente de *Spearman*, representado por r_s, aplica a equação de *Pearson* aos postos obtidos, constituindo, portanto, uma alternativa metodológica robusta e adequada para os dados analisados nesta pesquisa.

Ante o exposto, a tabela 3 apresenta os coeficientes de correlação de *Spearman* entre os indicadores utilizados na construção do Índice de Condição Financeira Municipal. É um teste estatístico adequado para variáveis que não apresentam distribuição normal e para relações monotônicas, sejam elas lineares ou não (Miot, 2018; Mukaka, 2012; Dancey; Reidy, 2019). Esse método não paramétrico baseia-se na ordenação dos valores e mede a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis, sendo amplamente utilizado em pesquisas aplicadas nas ciências sociais e econômicas, especialmente quando se trabalha com dados financeiros municipais.

Tabela 3 – Correlação de *Spearman*

(Continua)

		IND1_POSCX	IND2_LIQIM	IND3_LIQCOR	IND4_POSOP	IND5_REO	IND6_ATLIQ	IND7_OLP	IND8_OLPpC	IND9_TRIBpC	IND10_RECpC	IND11_DESPpC
Correlação de *Spearman*	*Zscore*(LN_IND1_POSCX)	-										
	Zscore(LN_IND2_LIQIM)	0,996**	-									
	Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	0,996**	0,999**	-								
	Zscore(LN_IND4_POSOP)	0,243**	0,248**	0,242**	-							
	Zscore(IHS_IND5_REO)	0,266**	0,266**	0,262**	0,905**	-						
	Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	0,032	0,022	0,027	-0,483**	-0,459**	-					
	Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	-0,061	-0,071	-0,067	-0,503**	-0,477**	0,987**	-				
	Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	-0,139*	-0,149*	-0,145*	-0,511**	-0,555**	0,920**	0,937**	-			
	Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	0,094	0,092	0,093	-0,143*	0,051	0,009	0,015	-0,117	-		
	Zscore(LN_IND10_RECpC)	0,243**	0,234**	0,234**	-0,063	0,216**	0,119	0,124*	-0,098	0,702**	-	
	Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPpC)	-0,199**	-0,190**	-0,191**	0,210**	-0,085	-0,187**	-0,193**	0,025	-0,705**	-0,987**	-
Sig. (1 extremidade)	*Zscore*(LN_IND1_POSCX)	-										
	Zscore(LN_IND2_LIQIM)	0,000	-									
	Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	0,000	0,000	-								
	Zscore(LN_IND4_POSOP)	0,000	0,000	0,000	-							
	Zscore(IHS_IND5_REO)	0,000	0,000	0,000	0,000	-						
	Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	0,613	0,725	0,668	0,000	0,000	-					
	Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	0,329	0,251	0,280	0,000	0,000	0,000	-				
	Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	0,025	0,016	0,019	0,000	0,000	0,000	0,000	-			
	Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	0,131	0,139	0,134	0,021	0,416	0,888	0,816	0,059	-		
	Zscore(LN_IND10_RECpC)	0,000	0,000	0,000	0,313	0,000	0,056	0,046	0,115	0,000	-	
	Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPpC)	0,001	0,002	0,002	0,001	0,174	0,002	0,002	0,683	0,000	0,000	-
N	*Zscore*(LN_IND1_POSCX)	-										

	IND1_POSCX	IND2_LIQIM	IND3_LIQCOR	IND4_POSOP	IND5_REO	IND6_ATLIQ	IND7_OLP	IND8_OLPpC	IND9_TRIBpC	IND10_RECpC	IND11_DESPpC
Zscore(LN_IND2_LIQIM)	260	-									
Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	260	260	-								
Zscore(LN_IND4_POSOP)	260	260	260	-							
Zscore(IHS_IND5_REO)	260	260	260	260	-						
Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	260	260	260	260	260	-					
Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	260	260	260	260	260	260	-				
Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	260	260	260	260	260	260	260	-			
Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	260	260	260	260	260	260	260	260	-		
Zscore(LN_IND10_RECpC)	260	260	260	260	260	260	260	260	260	-	
Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPpC)	260	260	260	260	260	260	260	260	260	260	-

Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).
Nota 1: ** a correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).
Nota 2: * a correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).
Nota 3: Os nomes dos indicadores na linha de título da tabela foram simplificados e não incluem as transformações aplicadas, devido à limitação de espaço.

Os resultados apontam, incialmente, correlações extremamente elevadas entre os indicadores de liquidez; Posição de Caixa (IND1_POSCX), Liquidez Imediata (IND2_LIQIM) e Liquidez Corrente (IND3_LIQCOR); com coeficientes próximos de 1,000, evidenciando uma redundância estatística entre eles. Embora sejam conceitualmente distintos, esses indicadores capturam essencialmente a mesma dimensão financeira, o que justifica sua tendência de agrupamento em um único fator nas análises fatoriais e reforça a adequação da Análise Fatorial por Componentes Principais.

Especificamente, observou-se que a Posição de Caixa apresenta forte associação com a Liquidez Imediata (0,996) e com a Liquidez Corrente (0,996), enquanto a Liquidez Imediata também se correlaciona com a Liquidez Corrente em 99% (0,999). Esses achados estão em consonância com o estudo de Wang, Dennis e Tu (2007), que também identificaram elevada associação entre esses três indicadores de solvência de caixa, demonstrando que entidades com desempenho positivo em um deles tendem a apresentar bons resultados nos demais. De forma complementar, Stone *et al.* (2015) também observaram correlações superiores a 0,70 entre esses mesmos indicadores ao analisarem a condição de liquidez da cidade de Detroit, em Michigan, o que reforça a interdependência entre essas métricas e a consistência dos resultados obtidos nesta pesquisa.

No contexto da solvência orçamentária, observou-se uma forte correlação positiva entre a Posição Operacional (IND4_POSOP) e o Resultado Orçamentário *per capita* (IND5_REO), com coeficiente de 0,905 (91%) e significância estatística ($p < 0,001$), o que confirma a coerência conceitual da dimensão, já que ambos os indicadores refletem a capacidade do ente público de equilibrar receitas e despesas correntes. Esse resultado é consistente com o estudo de Wang, Dennis e Tu (2007), que identificaram correlação de 96% entre essas variáveis, e é reforçado por Johnson, Kioko e Hildreth (2012), os quais destacam que a Posição Operacional é capaz de indicar se o governo operou com *superávit*, *déficit* ou equilíbrio orçamentário em determinado período, sendo, portanto, uma medida que expressa o custo total de funcionamento da administração pública. A presença de *déficit*, por sua vez, é associada a maior risco de crédito, o que evidencia a relevância desse indicador para a análise da saúde fiscal municipal.

No âmbito da solvência de longo prazo, os resultados desta pesquisa revelam correlações altamente significativas entre os indicadores IND6_ATLIQ (Ativo Líquido),

IND7_OLP (Obrigações de Longo Prazo) e IND8_OLPpC (Obrigações de Longo Prazo per capita). Observa-se uma correlação positiva muito forte entre IND6_ATLIQ e IND7_OLP ($\rho = 0,987$; $p < 0,01$), bem como entre IND6_ATLIQ e IND8_OLPpC ($\rho = 0,920$; $p < 0,01$). No entanto, considerando que os sinais dos indicadores 7 e 8 foram invertidos previamente, essas correlações positivas representam, na realidade, relações negativas entre os indicadores originais. Isso significa que municípios com maior ativo líquido tendem a apresentar menores níveis de endividamento de longo prazo, tanto em termos absolutos quanto *per capita*.

Essa associação é corroborada por estudos como o de Silva *et. al* (2023), que demonstram que municípios com maior saldo corrente e receitas próprias tendem a apresentar menor grau de endividamento, evidenciando uma gestão financeira mais equilibrada. Além disso, os achados são confirmados pelos resultados de Wang, Dennis e Tu (2007), que identificaram correlações negativas entre esses mesmos indicadores, sugerindo que, em seu contexto, entidades com maior solidez patrimonial tendem a manter níveis mais baixos de endividamento.

No que se refere à solvência do nível de serviços, a análise dos indicadores IND9_TRIBpC, IND10_RECpC e IND11_DESPpC revela correlações estatisticamente significativas que reforçam a interdependência entre arrecadação tributária, receita total e despesa pública nos municípios. A forte correlação positiva entre tributos *per capita* e receitas *per capita* ($\rho = 0,702$; $p < 0,01$) indica que a capacidade de arrecadação própria é um fator determinante para o volume de receitas disponíveis. Essa relação é corroborada por Pereira e Ávila (2023), que demonstram que arrecadações próprias contribuem diretamente para o desenvolvimento municipal e sustentam maior capacidade de gasto. Além disso, a correlação entre receitas e despesas per capita ($\rho = -0,987$; $p < 0,01$, considerando a inversão do indicador de despesa) confirma que o aumento da arrecadação está associado à ampliação da execução orçamentária, como evidenciado por estudos sobre causalidade fiscal no Brasil, que mostram cointegração entre receitas e despesas públicas (Salomão Neto; Silva, 2023).

Esses achados também estão alinhadas com os resultados de Wang, Dennis e Tu (2007), que identificaram correlações positivas entre esses mesmos indicadores, especialmente entre receita e despesa *per capita* ($r = 0,971$), e entre tributos *per capita* com receita ($r = 0,463$) e despesa ($r = 0,544$). Clark (2015) também observou correlação positiva entre receita e despesa *per capita* ($r = 0,9270$), embora tenha

identificado associações mais fracas entre tributos *per capita* e receita *per capita* (r = 0,6079) e despesa *per capita* (r = 0,6079). Portanto, embora os sinais e magnitudes das correlações variem entre os estudos, todos reconhecem a existência de relações entre os elementos que compõem a solvência do nível de serviços, o que reforça a relevância desses indicadores na avaliação da capacidade fiscal municipal, ainda que os contextos regionais e institucionais influenciem significativamente os padrões observados. Esses achados reforçam a validade empírica da estrutura do Índice de Condição Financeira Municipal e sua capacidade de refletir a dinâmica fiscal dos entes locais, confirmando a pertinência das quatro dimensões de solvência propostas.

Por fim, antes de seguir ao próximo tópico, ressalta-se que a aplicação dos testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e de esfericidade de *Bartlett* é tradicionalmente recomendada para matrizes de correlação de *Pearson*, as quais pressupõem dados contínuos, normalmente distribuídos e relações lineares entre variáveis (Hair *et al.*, 2009). No entanto, considerando que os dados utilizados nesta pesquisa não atendem ao pressuposto de normalidade e foram analisados por meio da correlação de *Spearman*, técnica não paramétrica baseada em postos, a aplicação desses testes torna-se metodologicamente inadequada. Field (2019) adverte que, em contextos de violação da normalidade, a transformação dos dados em postos altera a estrutura da matriz de correlação, comprometendo a validade dos testes de adequação clássicos. Diante disso, optou-se por não aplicar os testes de *KMO* e *Bartlett*.

Além disso, é comum que se discuta sobre a necessidade de que a análise fatorial seja aplicada a variáveis que apresentem normalidade multivariada dos dados, para que haja consistência na determinação dos scores fatoriais. Entretanto, é importante destacar que essa suposição é bastante rígida e necessária apenas para alguns métodos de extração, como o de máxima verossimilhança. A maioria dos métodos, incluindo a análise por componentes principais, mostra-se robusta frente à violação da normalidade, conforme argumentam Gorsuch (1983) e Fávero e Belfiore (2017). Assim, a escolha metodológica adotada nesta pesquisa se alinha às boas práticas estatísticas aplicadas em contextos empíricos, especialmente quando se trabalha com dados financeiros municipais que, por natureza, tendem a apresentar distribuição não normal.

4.2 Determinação dos fatores por componentes principais, avaliação do ajuste geral e rotação dos fatores

Na presente pesquisa, optou-se pelo uso da extração de fatores por meio do método de componentes principais, em detrimento da análise por fatores comuns. Essa decisão se fundamenta no objetivo central da investigação, que é resumir a maior quantidade possível da variância total dos indicadores financeiros em um número reduzido de fatores, permitindo a construção de um índice sintético mais robusto e de fácil interpretação.

Conforme destacam Hair Jr. *et al.* (2009), a análise de componentes principais é indicada quando o interesse reside na redução de dados e na retenção do máximo de informação disponível no conjunto original de variáveis, uma vez que esse procedimento considera a variância total (comum, específica e de erro) para compor a matriz fatorial.

Além disso, esse método é amplamente utilizado em pesquisas aplicadas, constituindo o procedimento padrão na maioria dos softwares estatísticos, e tende a apresentar resultados muito semelhantes aos obtidos pela análise de fatores comuns. Cabe ressaltar que, no campo das ciências sociais, onde os dados geralmente apresentam maior imprecisão, soluções fatoriais que expliquem cerca de 60% da variância total já são consideradas satisfatórias, sendo que, neste estudo, os resultados superaram esse patamar, reforçando a adequação do método adotado.

A escolha da quantidade de fatores a serem retidos na análise fatorial frequentemente se baseia no critério da raiz latente, também conhecido como critério de Kaiser, que considera apenas os fatores com autovalores superiores a 1. Esse método, amplamente utilizado na extração por componentes principais, parte do pressuposto de que tais fatores explicam uma parcela significativa da variância total das variáveis originais (Hair Jr. *et al.*, 2009; Fávero; Belfiore, 2017). Além desse critério, o *scree test* também é empregado para determinar o número adequado de fatores, ao identificar o ponto de inflexão na curva de autovalores, indicando os fatores que contribuem substancialmente para a variância comum explicada (Hair Jr. *et al.*, 2009).

A seguir, na tabela 4, observa-se as comunalidades que representa a quantia total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise.

Tabela 4 - Comunalidades

	Inicial	Extração
Zscore(LN_IND1_POSCX)	1,000	0,997
Zscore(LN_IND2_LIQIM)	1,000	0,999
Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	1,000	0,999
Zscore(LN_IND4_POSOP)	1,000	0,912
Zscore(IHS_IND5_REO)	1,000	0,922
Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	1,000	0,926
Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	1,000	0,967
Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	1,000	0,768
Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	1,000	0,767
Zscore(LN_IND10_RECpC)	1,000	0,951
Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPpC)	1,000	0,952

Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).
Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

A tabela 4 apresenta os valores de comunalidade extraída para os 11 indicadores financeiros municipais incluídos na análise fatorial. Observa-se que todos os indicadores apresentam comunalidades superiores a 0,75, com destaque para variáveis como (IND1_POSCX) e (IND2_LIQIM), cujas comunalidades atingem 0,997 e 0,999, respectivamente.

Segundo Hair *et al.* (2009), embora exista um debate metodológico entre os defensores da análise de componentes principais (ACP) e da análise de fatores comuns, a literatura empírica tem demonstrado que os resultados obtidos por ambas as abordagens tendem a ser equivalentes quando as comunalidades excedem 0,60 para a maioria das variáveis. Nesse contexto, os elevados valores de comunalidade observados corroboram a adequação da estrutura fatorial extraída, mesmo com a utilização da ACP.

Além disso, Hair *et al.* (2009) destacam que, em aplicações práticas, especialmente nas ciências sociais, é aceitável considerar soluções fatoriais que expliquem ao menos 60% da variância total. No presente estudo, os quatro componentes principais retidos explicam conjuntamente 92,36% da variância, consoante tabelas a seguir, o que reforça a robustez e a representatividade da estrutura fatorial adotada.

Tabela 5 – Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somas de extração de carregamentos ao quadrado			Somas rotativas de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	3,655	33,226	33,226	3,655	33,226	33,226	3,022	27,476	27,476
2	3,258	29,614	62,841	3,258	29,614	62,841	2,720	24,728	52,204
3	2,221	20,194	83,035	2,221	20,194	83,035	2,625	23,863	76,067
4	1,026	9,328	92,363	1,026	9,328	92,363	1,792	16,295	92,363
5	0,365	3,314	95,677						
6	0,298	2,712	98,388						
7	0,165	1,497	99,886						
8	0,009	0,077	99,963						
9	0,004	0,034	99,997						
10	0,001	0,003	100,000						
11	0,000	0,000	100,000						

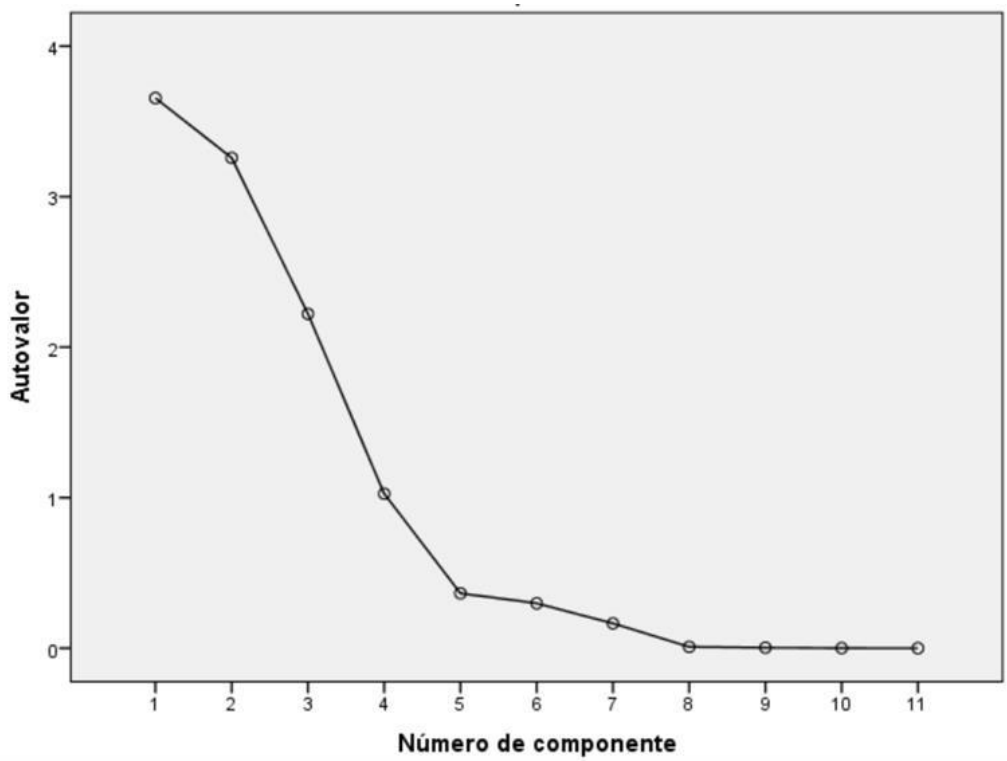
Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).
Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

A tabela 5 apresenta os valores próprios iniciais (*eigenvalues*), as respectivas porcentagens de variância explicada por cada componente e a variância acumulada. Foram extraídos inicialmente 11 componentes, correspondentes ao número de variáveis incluídas na análise. No entanto, conforme o critério da raiz latente proposto por Kaiser, apenas os quatro primeiros componentes, cujos autovalores são superiores a 1, foram retidos para interpretação. Esses quatro componentes explicam conjuntamente 92,36% da variância total dos dados, o que é considerado excelente em estudos com múltiplos indicadores financeiros, especialmente nas ciências sociais, onde soluções que explicam acima de 60% da variância já são consideradas satisfatórias (Hair *et al.*, 2009; Fávero; Belfiore, 2017).

Ainda, a referida tabela apresenta os resultados após a aplicação da rotação Varimax com normalização de Kaiser. Essa técnica redistribui a variância entre os componentes, proporcionando uma estrutura mais equilibrada e interpretável. Após a rotação, os quatro componentes retidos continuam explicando conjuntamente 92,36% da variância total, com uma melhor distribuição entre eles: o primeiro componente explica 27,47%, o segundo 24,73%, o terceiro 23,86% e o quarto 16,30%. Essa redistribuição facilita a identificação dos agrupamentos de variáveis e contribui para a clareza na interpretação dos fatores latentes (Hair *et al.*, 2009).

Complementando a análise da variância total explicada, a figura 6 apresenta o *scree plot* (gráfico de sedimentação), que permite uma visualização gráfica dos autovalores associados a cada componente extraído. Essa representação gráfica é amplamente utilizada como critério empírico para a definição do número ideal de componentes a serem retidos, conforme sugerido por Cattell (1966) e reforçado por Hair *et al.* (2009).

Figura 6 – Scree test



Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).

O gráfico de sedimentação (*scree plot*) evidencia uma inflexão acentuada após o quarto componente, indicando que os componentes subsequentes explicam proporções marginais da variância total. Esse padrão gráfico corrobora a decisão de retenção de quatro componentes principais, conforme o critério de Cattell (1966), que recomenda a identificação do ponto de inflexão como limite para a extração de fatores relevantes. A convergência entre os critérios empírico (*scree plot*) e estatístico (autovalores superiores a 1) reforça a consistência da estrutura fatorial adotada.

Após a definição do número ideal de componentes com base nos critérios estatísticos e gráficos (autovalores superiores a 1 e inflexão no *scree plot*), procede-se à etapa de rotação dos fatores. A rotação Varimax com normalização de Kaiser foi aplicada com o objetivo de redistribuir a variância entre os componentes, maximizando a carga de cada variável em um único fator e minimizando sua carga nos demais. Essa técnica é amplamente recomendada em estudos exploratórios por facilitar a interpretação dos componentes extraídos (Hair *et al.*, 2009; Fávero; Belfiore, 2017).

Tabela 6 – Matriz de componente rotativa[a]

	Componente			
	1	**2**	**3**	**4**
Zscore(LN_IND1_POSCX)	0,990	-0,005	0,078	0,100
Zscore(LN_IND2_LIQIM)	0,992	-0,013	0,068	0,102
Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	0,992	-0,011	0,066	0,098
Zscore(LN_IND4_POSOP)	0,175	-0,310	-0,089	0,882
Zscore(IHS_IND5_REO)	0,103	-0,236	-0,067	0,923
Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	0,053	0,949	0,024	-0,151
Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	-0,020	0,962	0,047	-0,199
Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	-0,056	0,844	0,042	-0,224
Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	-0,011	-0,085	0,866	-0,098
Zscore(LN_IND10_RECpC)	0,126	0,084	0,963	0,038
Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPp)	-0,097	-0,129	-0,957	0,099

Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).
Método de Extração: Análise de Componente Principal.
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.
a. Rotação convergida em 5 iterações.
Hair Jr. *et al*. (2009) em seu livro na página 135 não apresenta as cargas fatoriais menores que 0,40. Nesta pesquisa foi decidido evidenciar todos os valores.

A tabela 6 apresenta a matriz de componentes rotacionados, obtida por meio da rotação ortogonal Varimax com normalização de Kaiser, que convergiu em cinco iterações. Essa rotação redistribui a variância entre os componentes, facilitando a interpretação dos fatores extraídos sem comprometer a variância explicada (Hair *et al.*, 2009).

O componente 1 agrupa os indicadores IND1_POSCX, IND2_LIQIM e IND3_LIQCOR, relacionados à liquidez e posição de caixa, refletindo a capacidade de o município honrar compromissos de curto prazo. O componente 2 concentra os indicadores IND6_ATLIQ, IND7_OLP e IND8_OLPpC, compondo uma dimensão de sustentabilidade financeira frente às obrigações legais, com forte associação à liquidez estrutural e passivos pendentes.

O componente 3 concentra os indicadores IND9_TRIBpC, IND10_RECpC e IND11_DESPpC, representando uma dimensão fiscal e orçamentária, relacionada à estrutura de receitas e despesas *per capita*. O componente 4 está associado aos indicadores IND4_POSOP e IND5_REO, refletindo a eficiência operacional e resultado orçamentário. Observa-se ainda uma carga negativa de IND8_OLPpC, sugerindo que maiores obrigações legais per capita podem comprometer o desempenho operacional.

Segundo Hair Jr. *et al.* (2009), cargas fatoriais superiores a 0,50 são consideradas significativas, e valores acima de 0,70 indicam forte associação entre a variável e o fator. A estrutura fatorial obtida demonstra coerência estatística e conceitual, reforçando a validade da solução adotada para representar dimensões latentes da condição financeira municipal.

Após a extração e rotação dos componentes principais, o próximo passo consiste na geração dos escores fatoriais, que representam numericamente a posição de cada município em relação aos fatores identificados. Para isso, o *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22, calcula os coeficientes de pontuação dos componentes, que são os pesos atribuídos a cada variável na composição dos escores. Esses coeficientes são fundamentais para a construção do indicador composto de condição financeira municipal, pois permitem sintetizar múltiplas dimensões em uma métrica única e comparável (Hair *et al.*, 2009; Fávero; Belfiore, 2017).

Tabela 7 – Matriz de coeficiente de pontuação de componente

	Componente			
	1	**2**	**3**	**4**
Zscore(LN_IND1_POSCX)	0,342	-0,009	-0,027	-0,058
Zscore(LN_IND2_LIQIM)	0,343	-0,012	-0,030	-0,060
Zscore(LN_IND3_LIQCOR)	0,343	-0,012	-0,031	-0,063
Zscore(LN_IND4_POSOP)	-0,045	0,093	0,024	0,562
Zscore(IHS_IND5_REO)	-0,081	0,141	-0,040	0,626
Zscore(IHS_IND6_ATLIQ)	0,008	0,403	-0,019	0,140
Zscore(IHS_Inv_IND7_OLP)	-0,014	0,398	-0,009	0,118
Zscore(IHS_Inv_IND8_OLPpC)	-0,019	0,337	-0,009	0,071
Zscore(LN_IND9_TRIBpC)	-0,044	-0,079	0,341	-0,032
Zscore(LN_IND10_RECpC)	0,026	0,031	0,379	0,107
Zscore(IHS_Inv_IND11_DESPp)	-0,018	-0,016	-0,368	-0,018

Fonte: Elaborado pelo autor no *Software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22 (2025).
Método de Extração: Análise de Componente Principal.
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.
Pontuações de componente.

A tabela 7 apresenta os coeficientes de pontuação dos componentes principais, que indicam o peso relativo de cada indicador financeiro na composição dos escores fatoriais. Os indicadores IND1_POSCX, IND2_LIQIM e IND3_LIQCOR apresentam os maiores coeficientes no componente 1 (0,342; 0,343; 0,343), reforçando sua contribuição para a dimensão de liquidez e posição de caixa.

Os indicadores IND6_ATLIQ, IND7_OLP e IND8_OLPpC concentram os maiores coeficientes no componente 2 (0,403; 0,398; 0,337), representando a sustentabilidade financeira frente às obrigações legais. Já os indicadores IND9_TRIBpC, IND10_RECpC e IND11_DESPpC apresentam os maiores pesos no componente 3 (0,341; 0,379; -0,368), associados à estrutura fiscal e orçamentária.

Por fim, os indicadores IND4_POSOP e IND5_REO têm maior influência no componente 4 (0,562; 0,626), refletindo a eficiência operacional e resultado orçamentário. Os coeficientes negativos observados em alguns componentes indicam contribuição inversa à respectiva dimensão, o que pode sinalizar desequilíbrios ou compensações entre aspectos financeiros.

Segundo Hair Jr. *et al.* (2009), os escores fatoriais calculados por regressão mantêm a correlação com os fatores originais e são apropriados para uso em análises subsequentes, como a construção de índices compostos. A utilização desses escores como base para o indicador proposto garante consistência estatística e permite comparações entre municípios de forma objetiva e padronizada.

4.3 Elaboração e resultado do Índice de Condição Financeira

Após a realização de todo o procedimento estatístico, prosseguiu-se para a etapa de desenvolvimento do Índice de Condição Financeira (ICF). A construção do indicador agregado fundamentou-se na ponderação dos escores fatoriais pelos respectivos percentuais de variância explicada, conforme orientações metodológicas de Hair Jr. *et al.* (2009), que reconhecem os escores fatoriais como a forma mais adequada de representar os fatores em análises subsequentes. Damásio (2012) também ressalta a relevância da variância explicada como critério essencial na análise fatorial, validando seu uso como base para ponderações em índices integrados. A aplicação dessa técnica é igualmente exemplificada por Fávero e Belfiore (2017), ao elaborarem *rankings* a partir da soma ponderada de escores fatoriais.

Em seguida, os valores resultantes foram transformados para uma escala de 0 a 100. Essa prática é comum em indicadores compostos, como o Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), que utiliza esse procedimento para facilitar a comunicação dos resultados (TCE-ES, 2023). Ressalta-se que, antes do reescalonamento, os valores do ICF encontravam-se entre -1,65 e 1,31.

Na sequência, procedeu-se à classificação dos municípios em faixas de condição financeira com base nos percentis do ICF reescalado, respeitando a distribuição empírica dos dados. Essa estratégia evita distorções provenientes de cortes arbitrários e assegura maior equilíbrio entre os grupos, possibilitando comparações estatisticamente mais robustas. A literatura recomenda a utilização de percentis quando não existem critérios normativos para definição de faixas (Hair Jr. *et al.*, 2009; Fávero; Belfiore, 2017). Assim, os municípios foram organizados em três categorias: baixa, média e alta condição financeira, considerando como ponto de corte ≤ 49,10 para baixa, > 49,10 e ≤ 63,50 para média, e > 63,50 para alta. Essa abordagem favorece análises comparativas entre os entes municipais e facilita a identificação de padrões, bem como a definição de prioridades de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da gestão fiscal local.

A tabela 8 apresenta os valores do ICF obtidos para cada município rondoniense nos anos de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024, já reescalonados na faixa de 0 a 100. Os resultados possibilitam comparar a evolução longitudinal da condição financeira de cada ente municipal, bem como identificar variações e tendências no desempenho fiscal ao longo dos anos analisados.

Tabela 8 – Índice de Condição Financeira (ICF) atingido por cada município por ano

Município	2017	2018	2019	2023	2024
Alta Floresta D'Oeste	37,63	62,15	53,35	55,40	69,05
Alto Alegre dos Parecis	36,89	38,47	64,93	77,21	68,34
Alto Paraíso	50,99	60,73	48,20	57,78	73,77
Alvorada D'Oeste	48,71	47,84	52,81	58,15	70,20
Ariquemes	51,98	48,06	56,48	55,03	41,13
Buritis	45,64	49,76	38,67	51,62	47,67
Cabixi	48,04	70,56	60,63	68,39	81,84
Cacaulândia	40,34	59,16	57,90	80,56	86,08
Cacoal	39,50	51,08	45,31	48,87	67,03
Campo Novo de Rondônia	27,18	40,48	96,52	64,85	64,11
Candeias do Jamari	31,00	40,48	33,75	39,55	44,69
Castanheiras	53,57	59,96	51,43	72,88	69,88
Cerejeiras	60,31	64,59	64,14	81,62	66,81
Chupinguaia	68,50	64,43	66,56	62,78	78,57
Colorado do Oeste	33,42	56,36	43,56	52,88	64,31

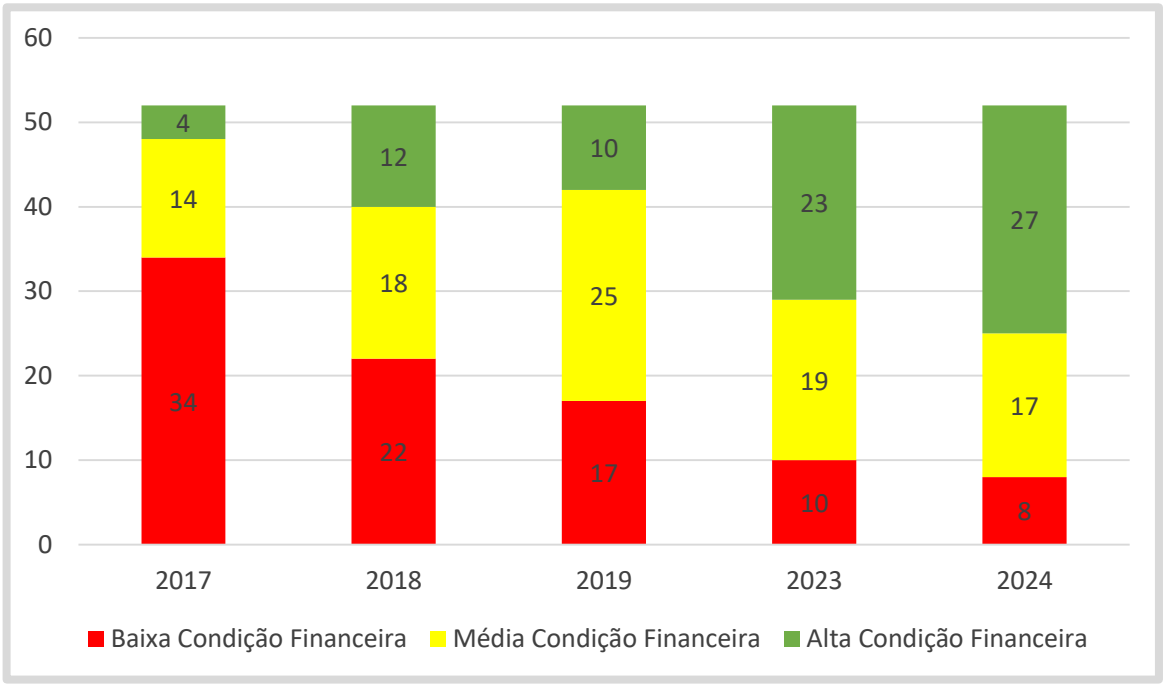
Município	2017	2018	2019	2023	2024
Corumbiara	62,94	67,36	49,94	66,57	86,34
Costa Marques	43,72	51,29	32,34	66,34	74,23
Cujubim	45,04	49,78	47,38	56,29	49,01
Espigão D'Oeste	61,13	60,13	54,14	48,26	55,78
Governador Jorge Teixeira	39,30	53,98	56,17	47,95	58,10
Guajará-Mirim	0,07	11,66	10,23	27,92	34,99
Itapuã do Oeste	26,41	65,89	59,48	74,50	62,58
Jaru	41,99	45,32	45,06	56,00	63,38
Ji-Paraná	46,59	46,89	50,32	50,45	50,80
Machadinho D'Oeste	23,68	37,74	48,15	34,87	55,19
Ministro Andreazza	44,58	59,90	60,09	81,09	76,56
Mirante da Serra	48,72	55,10	53,37	63,03	48,82
Monte Negro	39,33	49,11	41,05	50,43	70,91
Nova Brasilândia D'Oeste	51,59	35,99	53,98	59,73	52,33
Nova Mamoré	49,52	40,23	45,18	67,47	65,76
Nova União	82,01	77,28	81,41	63,52	60,94
Novo Horizonte do Oeste	20,41	44,54	46,69	57,03	58,60
Ouro Preto do Oeste	38,87	36,03	54,99	50,61	29,71
Parecis	39,19	49,83	54,83	65,50	73,85
Pimenta Bueno	45,44	45,45	64,14	59,98	59,53
Pimenteiras do Oeste	73,85	81,27	69,65	66,77	87,71
Porto Velho	48,68	39,50	48,94	17,91	38,68
Presidente Médici	35,87	38,97	45,62	59,58	49,50
Primavera de Rondônia	57,74	83,42	55,55	90,02	61,86
Rio Crespo	39,09	57,38	42,71	59,62	91,35
Rolim de Moura	24,79	41,97	46,10	48,67	50,93
Santa Luzia D'Oeste	57,86	63,91	72,51	79,28	78,89
São Felipe D'Oeste	56,14	69,70	61,18	99,87	90,02
São Francisco do Guaporé	62,07	65,82	59,59	74,74	75,00
São Miguel do Guaporé	47,00	46,67	54,13	46,75	64,46
Seringueiras	54,87	61,43	72,60	64,00	82,92
Teixeirópolis	76,61	75,44	94,99	93,70	82,38
Theobroma	26,77	39,32	55,94	66,62	76,31
Urupá	62,52	51,16	54,40	83,05	60,81
Vale do Anari	35,29	46,07	55,47	71,42	61,08

Município	2017	2018	2019	2023	2024
Vale do Paraíso	41,79	47,87	51,55	38,65	50,08
Vilhena	48,67	47,50	56,10	55,42	50,20

Fonte: elaborado pelo autor (2025).
Nota: ≤ 49,10 = Baixa | 49,10 > e ≤ 63,50 = Média | > 63,50 = Alta

Para complementar a análise, a figura 7 sintetiza a quantidade de municípios classificados em cada nível de condição financeira em cada ano do período analisado. Essa visão geral permite visualizar a distribuição dos municípios entre as três faixas e identificar mudanças na composição relativa dos grupos ao longo do tempo, evidenciando avanços ou retrocessos coletivos na saúde fiscal municipal.

Figura 7 - Quantidade de municípios por nível de condição financeira – 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A análise do gráfico evidencia variações relevantes na distribuição dos municípios entre as faixas de baixa, média e alta condição financeira ao longo do período estudado. Nota-se, por exemplo, a redução gradual do número de municípios com baixa condição financeira e o consequente aumento da participação daqueles classificados nas faixas média e alta, o que sugere avanços coletivos na gestão fiscal municipal em determinados anos.

Esses resultados decorrem diretamente da estrutura estatística subjacente ao Índice de Condição Financeira Municipal (ICF). Conforme descrito anteriormente, a

construção do índice baseou-se na aplicação da Análise de Componentes Principais (ACP) aos onze indicadores padronizados, resultando na extração de quatro fatores latentes que, em conjunto, explicaram 92,36% da variância total dos dados, valor considerado excelente segundo Hair Jr. *et al.* (2009).

Após a rotação Varimax com normalização de Kaiser, obteve-se uma distribuição mais equilibrada das cargas fatoriais, o que possibilitou sua interpretação substantiva: o F1 respondeu por 27,47% da variância, o F2 por 24,73%, o F3 por 23,86% e o F4 por 16,30%.

Segundo Hair Jr. *et al.* (2009), nas ciências sociais, é comum considerar satisfatória uma solução fatorial que explique cerca de 60% da variância total, dado o caráter mais impreciso das informações nessas áreas. Portanto, a explicação de 92,36% obtida neste estudo não apenas supera esse patamar, como também se aproxima do critério utilizado em ciências naturais, onde se busca atingir 95% da variância explicada. Isso reforça a robustez estatística da solução adotada.

Além disso, Hair Jr. *et al.* (2009) destaca que uma variante do critério de percentagem de variância envolve a seleção de fatores suficientes para atingir uma comunalidade pré-especificada para cada variável. Embora este estudo tenha priorizado a variância total explicada, a estrutura fatorial obtida também garantiu níveis adequados de comunalidade, assegurando que os fatores extraídos representassem de forma substantiva os indicadores originais.

O F1 (aspectos financeiros) reuniu principalmente os indicadores IND1_POSCX, IND2_LIQIM e IND3_LIQCOR, com cargas elevadas (0,990; 0,992; 0,992, respectivamente), refletindo a dimensão de liquidez e posição de caixa. O F2 (aspectos de endividamento e patrimônio) concentrou os maiores pesos nos indicadores IND6_ATLIQ, IND7_OLP e IND8_OLPpC (0,853; 0,851; 0,838), relacionados à sustentabilidade patrimonial e exposição a obrigações de longo prazo. O F3 (aspectos socioeconômicos e fiscais) apresentou maiores cargas nos indicadores IND9_TRIBpC, IND10_RECpC e IND11_DESPpC (0,862; 0,890; 0,872), representando a capacidade fiscal e o esforço arrecadatório. Por fim, o F4 (aspectos orçamentários e fiscais) foi composto pelos indicadores IND4_POSOP e IND5_REO (0,882; 0,923), associados ao resultado orçamentário e desempenho operacional.

Essa estrutura possibilitou sintetizar, de forma parcimoniosa, os múltiplos aspectos da saúde fiscal municipal em um índice único, objetivo e comparável, preservando a contribuição relativa de cada dimensão latente. A robustez estatística

do procedimento adotado reforça que o ICF representa de maneira fidedigna as condições financeiras dos municípios rondonienses, constituindo-se em uma ferramenta útil para análises comparativas e para subsidiar decisões de gestão pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação propôs-se a um desafio de elevada relevância teórica e prática: desenvolver um índice multidimensional para mensurar a condição financeira dos 52 municípios do estado de Rondônia. Partindo da premissa de que a saúde fiscal é um pilar para a sustentabilidade das finanças públicas e para a garantia da oferta de serviços essenciais ao cidadão, esta pesquisa buscou preencher uma lacuna na literatura nacional ao construir uma ferramenta diagnóstica adaptada a um contexto regional específico, marcado por heterogeneidades estruturais e desafios fiscais acentuados. O resultado culminou na criação do Índice de Condição Financeira (ICF), uma métrica robusta e de elevada parcimônia estatística.

Ao longo do percurso investigativo, confirmou-se a complexidade envolvida na mensuração da solidez financeira de entes públicos, o que exigiu rigor metodológico em todas as etapas da pesquisa, desde a seleção dos indicadores até a construção do índice. O objetivo geral, de propor um índice agregado para mensurar a condição financeira dos municípios do estado de Rondônia, com base em técnicas estatísticas multivariadas, foi plenamente alcançado. A elaboração e aplicação do ICF, conforme detalhado no capítulo 4, demonstraram sua eficácia em sintetizar, em uma única métrica, a realidade fiscal multifacetada dos municípios.

Para atingir esse resultado, os objetivos específicos foram cumpridos de forma sistemática. A seleção dos indicadores financeiros foi embasada em uma revisão teórica aprofundada, que fundamentou a escolha do modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), estruturado em quatro dimensões de solvência: de caixa, orçamentária, de longo prazo e do nível de serviços. Foram selecionados 11 indicadores, cuja adequação ao contexto contábil brasileiro foi cuidadosamente verificada e validada. Em seguida, aplicaram-se técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, com destaque para o teste correlação de *Spearman*, que justificou o uso da Análise de Componentes Principais (ACP) como método central para a extração dos fatores latentes.

A construção do ICF foi realizada a partir da ponderação dos escores fatoriais pela variância explicada por cada componente, assegurando objetividade e rigor estatístico. Essa abordagem está alinhada às melhores práticas internacionais para a criação de indicadores compostos, conforme orientações da OECD (2008), e encontra respaldo em experiências nacionais, como o Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) do

TCE-ES. A etapa final consistiu na elaboração de rankings comparativos, que permitiram classificar os municípios rondonienses segundo sua condição financeira, facilitando a visualização de padrões e a identificação de fragilidades estruturais.

Os resultados obtidos conferem elevada solidez à proposta metodológica. A ACP permitiu extrair quatro componentes que, em conjunto, explicaram 92,36% da variância total dos dados, superando com folga o patamar de 60% geralmente considerado satisfatório em pesquisas nas ciências sociais (Hair *et al.*, 2009). Essa consistência estatística reforça a confiabilidade do índice proposto e sua capacidade de representar adequadamente a realidade fiscal dos municípios.

A análise dos *rankings* (tabela 8) revela que um número expressivo de municípios permanece classificado na faixa de baixa condição financeira, o que corrobora, por uma via independente, os dados da FIRJAN (2023), que apontavam cerca de 70% dos municípios rondonienses em situação fiscal crítica ou de dificuldade entre 2017 e 2022. Embora o ICF utilize uma metodologia distinta e mais abrangente, os resultados convergem para o diagnóstico de fragilidade fiscal estrutural na região.

A contribuição deste estudo se desdobra em três vertentes complementares. A primeira, contribuição teórica, na qual a pesquisa valida empiricamente, para um contexto subnacional brasileiro, um modelo analítico de ampla aceitação internacional. Tal validação é essencial, pois, como aponta a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em suas publicações sobre Capacidade de Pagamento (CAPAG), a análise da saúde fiscal de estados e municípios é um tema central para a estabilidade macroeconômica do país (Brasil, 2023b). Este trabalho adiciona uma nova camada de análise a esse debate, com foco regional.

Uma segunda, contribuição metodológica, na qual a dissertação oferece um roteiro metodológico detalhado e replicável. A aplicação da ACP para ponderação de indicadores, por exemplo, é uma abordagem alinhada a estudos avançados na área, como o de Barros e Nossa (2022), que também propuseram um índice financeiro para municípios brasileiros utilizando técnica similar. Isso demonstra que a metodologia empregada está na fronteira do conhecimento sobre o tema no Brasil.

E por fim, terceira, contribuição social e gerencial, no qual o ICF é uma ferramenta de diagnóstico que dialoga diretamente com as necessidades de gestores públicos e órgãos de controle. O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), por exemplo, já utiliza um indicador próprio (o IVF) para monitorar riscos fiscais. O ICF para Rondônia pode servir a um propósito semelhante, oferecendo aos

gestores locais um panorama comparativo que pode "subsidiar políticas públicas de prevenção e correção de fragilidades", um dos objetivos específicos deste trabalho.

Ademais, a despeito do rigor empregado, este estudo possui limitações. Primeiramente, a dificuldade de replicação dos escores fatoriais é uma característica inerente à técnica utilizada (Hair et al., 2009). Em segundo lugar, a análise documental, embora baseada em fontes oficiais como o SICONFI, não captura a totalidade das práticas de gestão que influenciam os resultados fiscais. Essas limitações não comprometem a validade do índice, mas indicam caminhos para aprofundamentos futuros.

Com base nessas reflexões, emergem sugestões para pesquisas subsequentes. Uma primeira possibilidade seria investigar, por meio de modelos econométricos, os determinantes da posição dos municípios no ranking do ICF, considerando variáveis como dependência de transferências, porte populacional e ciclo político. Essa abordagem permitiria avançar da descrição para a explicação causal. Além disso, recomenda-se a expansão da metodologia para os demais estados da Região Norte, que compartilham desafios socioeconômicos e fiscais semelhantes, possibilitando uma análise comparativa regional mais ampla. Por fim, futuros estudos poderiam incorporar indicadores de governança, como os resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), apurado pelos Tribunais de Contas, agregando uma dimensão qualitativa à avaliação da saúde fiscal.

Em suma, esta dissertação cumpriu com êxito seu propósito de desenvolver uma metodologia inovadora para avaliar a condição financeira dos municípios rondonienses. Espera-se que o Índice de Condição Financeira aqui proposto não se restrinja ao universo acadêmico, mas que se consolide como um instrumento efetivo para o aprimoramento da gestão pública, fomentando um ciclo virtuoso de sustentabilidade fiscal, eficiência alocativa e bem-estar social no estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE LETRAS DE RONDÔNIA (ACLER). **A criação dos municípios de Rondônia e a Lei Federal nº 6.448/1977**. Porto Velho: ACLER, 2023. Disponível em: https://www.acler.com.br/artigos/359/3. Acesso em: 16 ago. 2025.

ADVISORY COMMISSION ON INTERGOVERNMENTAL RELATIONS (ACIR). **City Financial Emergencies**: The Intergovernmental Dimension. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1973.

ANJOS, A. **Slide da aula sobre Análise de Componentes Principais**. Sensometria 2. Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~aanjos/SENSOMETRIA/slides/ACP.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

ARAÚJO, R. A. M.; LEITE, K. K. M.; LEITE FILHO, P. A. M. Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, *[S.l.]*, v. 38, n. 3, p. 01-18, 18 out. 2019.

ASSIS, J. P.; LIMA, I. R. P.; FRANÇA, J. A.; SOUSA, R. P.; LINHARES, P. C. F.; CUSTÓDIO, T. N.; SOUSA, R. P.; RODRIGUES, W. M. **Transformação de dados aplicada à Estatística**. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2023.

AZEVEDO, C. **Slide da aula sobre Análise de Componentes Principais Parte 1**. Análise Multivariável. Universidade Estadual de Campinas, 2021. Disponível em: https://www.ime.unicamp.br/~%20cnaber/aula_ACP_Ana_Multi_P1_2S_2021.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025

AZEVEDO, R. R.; VARELA, P. S.; SUZART, J. A. S. Complexidades emergentes em contabilidade e orçamento público: reflexões para uma agenda de pesquisa**. Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 35, n. 96, e9047, 2024.

BARROS, E. F.; NOSSA, S. N. Índice da Condição Financeira Municipal: uma proposta de índice para análise dos municípios brasileiros socioeconomicamente homogêneos. In: ENCONTRO DA ANPAD – EnANPAD, 46., 2022, online. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022.

BELLEMARE, M. F.; WICHMAN, C. J. Elasticities and the Inverse Hyperbolic Sine Transformation. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, [*S.l.*], v. 82, n. 1, p. 50-61, 2020.

BERNE, R.; SCHRAMM, R. **The financial analysis of governments**. Old Bridge, US: Prentice Hall, 1986.

BETARELLI JUNIOR, A. A. **Conteúdo 2 da aula sobre Análise de Componentes Principais (ACP)**. Análise Multivariada I. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: https://www2.ufjf.br/lates/files/2016/12/Conte%C3%BAdo-2-%E2%80%93-N_An%C3%A1lise-de-Componentes-Principais-ACP.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

BOLÍVAR, M. P. R.; SUBIRES, M. D. L. **Financial Sustainability and Intergenerational Equity in Local Governments**. Advances in Electronic Government, Digital Divide, and Regional Development. IGI Global, 2018.

BOWMAN, W.; CALIA, R. **Evaluating Local Government Financial Health**: Financial Indicators for Cook, DuPage, Kane, Lake, McHenry, & Will Counties. Executive Summary. Civic Federation, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173, de 17 de maio de 2020**. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.448, de 11 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6448.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria Interministerial nº 05, de 25 de agosto de 2015**. Altera o Anexo I e os arts. 2º e 4º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001. Brasília: STN/SOF, 2015. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2006/programacao-orcamentaria-e-financeira/portarias_ministeriaias_interministeriais/Portaria_interministerial_338_de_260406.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária**. Brasília: STN, 2017a. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/edicoes-anteriores-ementario-da-receita-orcamentaria/edicao_anterior_ementario-da-classificacao-por-natureza-de-receita-tabela-de-codigos. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária**. Brasília: STN, 2018a.

Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/edicoes-anteriores-ementario-da-receita-orcamentaria/edicao_anterior_ementario-da-classificacao-por-natureza-de-receita-tabela-de-codigos. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária**. Brasília: STN, 2019a. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/edicoes-anteriores-ementario-da-receita-orcamentaria/edicao_anterior_ementario-da-classificacao-por-natureza-de-receita-tabela-de-codigos. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária**. Brasília: STN, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/edicoes-anteriores-ementario-da-receita-orcamentaria/edicao_anterior_ementario-da-classificacao-por-natureza-de-receita-tabela-de-codigos. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária**. Brasília: STN, 2024a. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/atualizacao-dos-arquivos-dos-classificadores-orcamentarios-para-publicacao/2024/26. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF**: 14ª edição. Brasília: STN, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf. Acesso em: 25 jul. 2025

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Modelo de análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG)**: instituído pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 10 de setembro de 2012, 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. **Modelo de análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG)**: instituído pela Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023, 2023b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP**: versão 2017. Brasília: STN, 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-1. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP**: versão 2018. Brasília: STN, 2018b. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-1. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP**: versão 2019. Brasília: STN, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-1. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP**: versão 2023. Brasília: STN, 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-1. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP**: versão 2024. Brasília: STN, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-1. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SPAE. **Guia Metodológico para indicadores**: Orientações Básicas Aplicadas à Metodologia do Plano Plurianual PPA 2016-2019. 3. ed. Brasília: MP, 2018c.

BROWN, K. W. The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. **Government Finance Review**, Chicago, v. 9, n. 6, p. 21-26, dez.1993.

BURBIDGE, J. B.; MAGEE, L.; ROBB, A. L. Alternative Transformations to Handle Extreme Values of the Dependent Variable. **Journal of the American Statistical Association**, [*S.l.*], v. 83, n. 401, p. 123-127, 1988.

CABALEIRO, R.; BUCH, E.; VAAMONDE, A. Developing a Method to Assessing the Municipal Financial Health. **The American Review of Public Administration**, [*S.l.*], v. 43, n. 6, p. 729–751, jul.2012.

CANADIAN INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS. **Research report**: indicators of government financial condition. Toronto: CICA, 1997.

CARMELI, A. A conceptual and practical framework of measuring performance of local authorities in financial terms: analysing the case of Israel. **Local Government Studies**, [*S.l.*], v. 28, n. 1, p. 21-36, 2002.

CASAL, R. C.; GÓMEZ, E. B. Impact of Size and Geographic Location on the Financial Condition of Spanish Municipalities. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, *[S.l.]*, v. 7, n. 34, p. 22-39, out.2011.

CATTELL, R. B. The Scree Test For The Number Of Factors. **Multivariate Behavioral Research**, [*S.l.*], v. 1, n. 2, p. 245–276, 1966. DOI: https://doi.org/10.1207/s15327906mbr0102_10.

CHRISTENSEN, C. M. The ongoing process of building a theory of disruption. **Journal of Product innovation management**, *[S.l.]*, v. 23, n. 1, p. 39-55, jan.2006.

CLARK, B. Y. Evaluating the Validity and Reliability of the Financial Condition Index for Local Governments. **Public Budgeting & Finance**, *[S.l.]*, v. 35, n. 2, p. 66-88, jun.2015. DOI: https://doi.org/10.1111/pbaf.12063.

COE, C. Local Government Benchmarking: Lessons from Two Major Multigovernment Efforts. **Public Administration Review**, [*S.l.*], v. 59 n. 2, p. 23–110, 1999.

COHEN, S.; DOUMPOS, M.; NEOFYTOU, E.; ZOPOUNIDIS, C. Assessing financial distress where bankruptcy is not an option: An alternative approach for local municipalities. **European Journal of Operational Research**, *[S.l.]*, v. 218, n. 1, p. 270-279. 2012.

CONFORTO, E. C; AMARAL, D. C; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO – CBGDP, 8., 2011, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CRISPIM, G.; ALBERTON, L.; OTT, E. Modelo de avaliação de desempenho para mensurar a eficácia dos gastos públicos na educação estadual. **Desafio Online**, Campo Grande, v.12, n.1, jan./abr.2024.

CUADRADO-BALLESTEROS, B.; BISOGNO, M. Efficiency as a determinant of financial condition: an assessment of italian and spanish local governments. **International Public Management Journal**, [*S.l.*], p. 1-32. 2018.

CUADRADO-BALLESTEROS, B.; SANTIS, S.; CITRO, F.; BISOGNO, M. Does financial health influence the re-election of local governments?. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**. [*S.l.*], v. 31, n. 3, p. 345-363, 2019.

CUNHA, E. T.; MOSER, L. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**, Porto Velho, ano X, n. 14, p. 124-151, 2010. Disponível em: http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/938/922. Acesso em: 16 ago. 2025.

DAMÁSIO, B. F. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Revista Avaliação Psicológica**, [*S.l.*], v. 11, n. 2, p. 213-228, 2012.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 7. ed. Tradução técnica de Lori Viali. Porto Alegre: Penso, 2019.

DENNIS, L. **Determinants Of Financial Condition**: A Study Of U.S. Cities. Electronic Theses and Dissertations. Doctoral Dissertation, University of Central Florida. 2004.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES. **Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF)**. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES. Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos – NATR. **Informe NATR nº 1/2023**: Indicador de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) dos municípios capixabas – 2022. Vitória: TCE-ES, maio.2023. Disponível em: https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/formidable/130/Informativo-NATR-1-2023-IVF-2022.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **Stability and Growth Pact**. Strasbourg: European Commission, 2011.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e STATA®. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Aálises e Rankings - IFGF Série Histórica**. Firjan. 2023. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifgf/analises-e-rankings/. Acesso em 5 jun 2025.

FERREIRA, A. C.; BARROS, R. T. V. Panorama dos gastos públicos municipais com os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, [*S.l.*], v.26, n.4, p. 659-668, jul./ago.2021.

FERREIRA, L. O. G.; SERRANO, A. L. M. Os efeitos das transferências nos estados e municípios brasileiros: A construção de um Índice *Flypaper*. **Revista Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, v. 01, p. 1-39, 2022.

FIELD, A. **Descobrindo a estatística usando o SPSS**. Tradução de Lori Viali. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

GAGLIANONE, W. P., AREOSA, W. D. Financial Conditions Indicator for Brazil. **Working Paper Series**, Brasília, n. 435, p. 1-45, Banco Central: IADB, 2016.

GALARIOTIS, E. C.; ALEXIS, G.; DOUMPOS, M.; ZOPOUNIDIS, C. A novel multi-attribute benchmarking approach for assessing the financial performance of local governments: Empirical evidence from France. **European Journal of Operational Research**, *[S.l.]*, v. 248, n. 1, p. 301-317, jan.2016.

GARDINI, S.; GROSSI, G. What Is Known and What Should Be Known About Factors Affecting Financial Sustainability in the Public Sector: A Literature Review. In **Financial Sustainability and Intergenerational Equity in Local Governments**, [*S.l.*], p. 179-205. IGI Global. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2025.

GORINA, E.; MAHER, C.; JOFFE, M. Local fiscal distress: measurement and prediction. **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 38, n. 1, p. 72-94, 2017.

GORSUCH, R. L. **Factor analysis**. 2. ed. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1983.

GREENBERG, J.; HILLER, D. Indicators of financial condition for governments. Artigo apresentado na 5ª **Conference of Comparative International Governmental Accounting Research**, Paris, França. 1995.

GROVES, S. M.; GODSEY, W. M. **Evaluating local government financial condition**. New York: International City Management Association – ICMA, 1980.

GROVES, S. M.; GODSEY, W. M.; SHULMAN, M. A. Financial Indicators for Local Government. **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 1, n. 2, p. 5–19, 1981.

GROVES, S. M.; VALENTE, M. G.; NOLLENBERGER, K. **Evaluating financial condition**. A handbook for local government. 4. ed. Washington D.C.: The International City/ County Management Association – ICMA, 2003.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Tradução de Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G. L. Rosa. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R, L. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HENDRICK, R. Assessing and Measuring the Fiscal Heath of Local Governments: Focus on Chicago Suburban Municipalities. **Urban Affairs Review**, *[S.l.]*, v. 40, n. 1, p. 78-114, set.2004.

HONADLE, B. W. The States' role in U.S. local government fiscal crises: A theoretical model and results of a national survey. **International Journal of Public Administration**, *[S.l.]*, v. 26, n. 13, p. 1431-1472, nov.2003.

HONADLE, B. W.; COSTA, J. M.; CIGLER, B. A. **Fiscal Health for Local Governments**: An Introduction to Concepts. Practical Analisys and Strategies, San Diego California USA. 2004.

INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Recommended Practice Guideline 1** - Reporting on the Long-Term Sustainability of an Entity's Finances. New York: IFAC, 2017.

JACOB, B.; HENDRICK, R. **Fiscal health and sustainability concepts and measures**. Handbook of Local Government Fiscal Health, p. 8-42, 2013.

JOHNSON, C. L.; KIOKO, S. N.; HILDRETH, W. B. Government-wide financial statements and credit risk. **Public Financial Publications**, [*S.l.*], v. 32, n. 1, p. 80–104, 2012.

KAVANAGH, S.C. **Financing the Future**: Long-Term Financial Planning for Local Government, Chicago: Government Finance Officers Association (GFOA). 2007.

KLEINE, R.; KLOHA, P.; WEISSERT, C. S. Monitoring local government fiscal health: Michigan's new 10 point scale of fiscal distress. **Government Finance Review**, [*S.l.*], v. 19, n. 3, p. 18-18. 2003.

KLOHA, P.; WEISSERT, C. S.; KLEINE, R. Developing and testing a composite model to predict local fiscal distress. **Public Administration Review**, *[S.l.]*, v. 65, n. 3, p. 313-323, maio.2005.

LEISER, S.; MILLS, S. Saúde fiscal do governo local: comparando autoavaliações com medidas convencionais. **Orçamento e Finanças Públicas**, *[S.l.]*, v. 39, ed. 3, p. 75-96, 2019. DOI: https://doi.org/10.1111/pbaf.12226.

LIMA, S. C. D.; DINIZ, J. A**. Contabilidade pública**: Análise Financeira Governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA FILHO, S. S.; DAL-COMUNI, S. S. L.; LIMA, F. F. O Efeito Flypaper e a Preguiça Fiscal: Uma Análise da Eficiência de Arrecadação Municipal em Relação às Transferências Voluntárias Recebidas. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 26, n.1, p. 92-120, jan./abr.2023.

LINHARES, F. C.; SIMONASSI, A. G.; NOJOSA, G. M. A Dinâmica do Equilíbrio Financeiro Municipal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista EconomiA**, Brasília, v.13, n. 3b, p. 735-758, set./dez.2012.

LOPES, O. M.; FERREIRA, H. C. S.; GONÇALVES, A. M.; SANTOS, M. E.; SOUSA, S. S. P.; TELES, N. P.; NISTAL, L. E. P. A Importância da Conformidade de Registro de Gestão na Administração Pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [*S.l.*], v. 01, ed. 04, p. 130-143, abr.2018.

MAHER, C. S.; LIAO, W. J.; LIAO, Y.; OH, J. W. **Developing a Fiscal Condition Monitoring Approach for Nebraska Local Governments**. Preprint. Fundos providos pela Pew Charitable Trusts. 2018.

MAHER, C. S.; NOLLENBERGER, K. Revisiting Kenneth Brown's "10-Point Test." **Government Finance Review**, [*S.l.*], v. 25, n. 5, p. 61-66, jan.2009.

MARQUES, H. R.; MANFROI, J.; CASTILHO, M. A.; NOAL, M. L. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

MCDONALD, B. D.; LARSON, S. E. Implicações do Coronavírus na Receita de Imposto sobre Vendas e na Saúde Fiscal do Governo Local. **Jornal de Assuntos Públicos e Sem Fins Lucrativos**, [*S.l.*], v. 6, n. 3, p. 377–400, 2020. DOI: https://doi.org/10.20899/JPNA.6.3.377-400.

MEAD, D. M. **An analyst's guide to government financial statements**. Norwalk, CT: Governmental Accounting Standards Board, jan.2001.

MEAD, D. The Development of External Financial Reporting and Its Relationship to the Assessment of Fiscal Health and Stress. **In Handbook of Local Government Fiscal Health**, p. 77–124. Burlington, MA: Jones and Bartlett Learning. 2013.

MELO, A. T.; LIMA, A. C. S.; SILVA, V. COSTA, C. E. S. Impactos da retração econômica nos indicadores da Condição Financeira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Razão Contábil e Finanças - RRCF**, Fortaleza, v.11, n. 2, jul./dez. 2020.

MIOT, H. A. Análise de correlação em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, [*S. l.*], v. 17, n. 4, p. 275-279, out.dez/2018.

MUKAKA, M. M. Statistics corner: A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research. **Malawi Medical Journal**, Bethesda, v. 24, n. 3, p. 69–71, 2012.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Handbook on Constructing Composite Indicators**: Methodology and User Guide. Paris: OECD Publishing, 2008. DOI: https://doi.org/10.1787/9789264043466-en

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; SHAMSEER, L.; TETZLAFF, J. M.; AKI, E. A.; BRENNAN, S. E.; CHOU, R.; GLANVILLE, J.; GRIMSHAW, J. M.; HRÓBJARTSSON, A.; LALU, M. M.; LI, T.; LODER, E. W.; MAYO-WILSON, E.; MCDONALD, S.; MCGUINNESS, L. A.; STEWART, L. A.; THOMAS, J.; TRICCO, A. C.; WELCH, V. A.; WHITING, P.; MOHER, D. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Rev Panam Salud Publica**, [*S.l.*], v. 46, 2022. DOI: https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112.

PANSANI, D. A.; SERRANO, A. L. M.; FERREIRA, L. O. G. Análise de Evidências e Causas do Efeito *Flypaper* e da Ilusão Fiscal nos Estados e Municípios Brasileiros. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, [*S.l.*], vol. 12, n. 3, jul./set.2020.

PEREIRA, C. A.; ÁVILA, L. A. C. A Influência das Receitas Tributárias Municipais e dos Gastos com Saúde e Educação na Qualidade da Gestão Municipal no Estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 30., 2023, Natal. **Anais** [...]. Natal: ABC, 2023.

PETRO, J. Fiscal indicators reports and ratio analysis: Benchmarking Ohio municipalities and school districts. **Government Finance Review**, [*S.l.*], v. 14, n. 5, p. 17-21, 1998.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Manual de Metodologia Científica**. Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, M. G. C.; MACEDO, M. A. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [*S.l.*], v. 6, n. 15, p. 60-79, 2012. DOI: https://doi.org/10.11606/rco.v6i16.52657.

SALOMÃO NETO, B. A.; SILVA, C. G. Assimetrias e causalidades entre Receitas e despesas públicas no Brasil. **Estúdios Económicos**, Bahía Blanca, Argentina, v. 40, n. 80, p. 191-221, 2023.

SANTOS, J. M. A.; SUMIYA, L. A. Desafios da conformidade de registro de gestão: o caso do Instituto Federal de Sergipe. **Revista INTERFACE**, Natal, v. 17, n. Especial, p. 6-34, nov.2020.

SCORSONE, E. A.; LEVINE, H.; JUSTICE, J. B. **Introduction**. Handbook of Local Government Fiscal Health, Jones & Bartlett Learning, p. 1-7, 2013.

SIENA, O.; BRAGA, A. A.; OLIVEIRA, C. M.; CARVALHO, E. M. **Metodologia da pesquisa científica e elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2024.

SILVA, J. C.; VAZ, A. C. N. Desenvolvimento Socioeconômico sob a ótica da Gestão Fiscal: uma análise multivariada nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Gestão Pública**, [*S.l.*], v. 1, n. 1, 2022.

SILVA, M. A. B.; SILVA, V. C.; SOUSA, E. P. Avaliação do Programa Garantia Safra nos municípios baianos sob a ótica da efetividade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - EIGEDIN, 6., 2022, Naviraí. **Anais** [...]. Naviraí: UFMS, 2022.

SILVA, W. G.; SANTOS, J. S.; SILVA, A. B.; MENEZES, L. M. S.; MENDES, A. R. Análise da relação entre os indicadores da gestão financeira e endividamento público nas maiores cidades brasileiras. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – EBAP, 10., 2023, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: SBAP, 2023.

SOHL, S.; PEDDLE, M.T.; THURMAIER, K.; WOOD, C. H.; KUHN, G. (2009). Measuring the Financial Position of Municipalities: Numbers Do Not Speak for Themselves, **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 29, n. 3, p. 74-96, 2009.

STONE, S. B.; SINGLA, A.; COMEAUX, J.; KIRSCHNER, C. A Comparison of Financial Indicators: The Case of Detroit. **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 35, n. 4, p. 90-111, dez.2015. DOI: https://doi.org/10.1111/pbaf.12079.

TAVARES, F. B. R.; TAVARES, M. B. Gestão Pública: **Análise de Indicadores Econômico-Financeiros no Desempenho Municipal**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2018.

TURLEY, G.; ROBBINS, G.; MCNENA, S. A framework to measure the financial performance of local governments. **Local Government Studies**, [*S.l.*], v. 41, n. 3, p. 1-20, jan.2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/03003930.2014.991865.

VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [*S.l.*], v. 9, n. 1, 2015. DOI: 10.29397/reciis.v9i1.932.

WANG, X. H.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: A Study of U.S. States. **Public Budgeting and Finance**, *[S.l.]*, v. 27, n. 2, p. 1-21, 2007.

WOLMAN, H. Urban Fiscal Stress. **Urban Affairs Quarterly**, *[S.l.]*, v. 27, n. 3, p. 470-482, 1992.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: uma abordagem moderna. Tradução Priscilla Rodrigues da Silva Lopes e Livia Marina Koeppl. Revisão técnica Heloisa Pinna Bernardo. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2019.

ZAFRA-GÓMEZ, J. L.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M.; HERNÁNDEZ-BASTIDA, A. Developing an alert system for local governments in financial crisis. **Public Money & Management**, [*S.l.*], v. 29, n. 3, p. 175-181, 2009a.

ZAFRA-GÓMEZ, J. L.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M.; HERNÁNDEZ-BASTIDA, A. Evaluating financial performance in local government: maximizing the benchmarking value. **International Review of Administrative Science**, *[S.l.]*, v. 75, n. 1, p. 151-167, 2009b.

APÊNDICE A – PLANILHAS DE TABULAÇÃO DOS CÁLCULOS DOS INDICADORES POR MUNICÍPIO E ANO

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2017				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	7594475,83	0,00	1025709,95	7,40
Alto Alegre dos Parecis	5448780,47	0,00	1088015,14	5,01
Alto Paraíso	9469231,57	0,00	1288622,05	7,35
Alvorada D'Oeste	7689749,30	33095467,09	2776285,39	14,69
Ariquemes	26227954,05	137194624,63	8931416,99	18,30
Buritis	10865106,86	52606229,50	4634157,28	13,70
Cabixi	5397627,79	0,00	571735,53	9,44
Cacaulândia	2889969,34	13237534,08	1885622,19	8,55
Cacoal	27752849,82	0,00	4047931,46	6,86
Campo Novo de Rondônia	2942717,08	10871421,91	2753491,04	5,02
Candeias do Jamari	7388999,54	0,00	2478343,43	2,98
Castanheiras	4728896,62	0,00	402738,67	11,74
Cerejeiras	8230715,43	0,00	284972,05	28,88
Chupinguaia	6352499,80	0,00	226061,05	28,10
Colorado do Oeste	5944817,96	0,00	2616955,30	2,27
Corumbiara	6809388,47	0,00	366291,79	18,59
Costa Marques	6540904,32	0,00	2595130,07	2,52
Cujubim	4673157,74	24030868,42	1343725,73	21,36
Espigão D'Oeste	11092114,12	48068474,52	404867,50	146,12
Governador Jorge Teixeira	9158025,49	7579396,32	1081458,39	15,48
Guajará-Mirim	24402490,56	19079243,54	26211508,45	1,66
Itapuã do Oeste	3880781,61	0,00	2857704,73	1,36
Jaru	8360080,08	79402621,53	9964403,43	8,81
Ji-Paraná	38347706,56	143615459,74	11289435,07	16,12
Machadinho D'Oeste	12926945,75	32925080,61	4931111,16	9,30
Ministro Andreazza	2521981,49	0,00	1182182,05	2,13
Mirante da Serra	16173521,59	0,00	1008901,87	16,03
Monte Negro	18213957,20	0,00	1359507,99	13,40
Nova Brasilândia D'Oeste	5266786,11	0,00	37109,27	141,93
Nova Mamoré	6677424,88	25664096,21	857375,90	37,72
Nova União	18531168,69	0,00	5102,79	3631,58
Novo Horizonte do Oeste	2700677,59	10660569,78	2708694,18	4,93
Ouro Preto do Oeste	13106188,36	66382068,75	3117782,54	25,50
Parecis	2163000,35	0,00	602378,11	3,59
Pimenta Bueno	16213766,88	0,00	1151606,37	14,08

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2017				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Pimenteiras do Oeste	3809861,07	0,00	234668,26	16,24
Porto Velho	201745920,74	566634116,67	23394606,80	32,84
Presidente Médici	7801413,38	0,00	4582694,32	1,70
Primavera de Rondônia	2541393,03	0,00	205034,19	12,39
Rio Crespo	2300094,23	0,00	1924978,66	1,19
Rolim de Moura	16553731,27	35650,52	13552745,47	1,22
Santa Luzia D'Oeste	5833699,39	0,00	567523,52	10,28
São Felipe D'Oeste	1865236,64	0,00	404511,01	4,61
São Francisco do Guaporé	6569633,19	24742990,20	285584,15	109,64
São Miguel do Guaporé	11019074,38	3603754,72	1816692,03	8,05
Seringueiras	3433455,25	3863358,39	91692,25	79,58
Teixeirópolis	7343426,19	0,00	134716,20	54,51
Theobroma	3293184,45	311473,48	1161995,38	3,10
Urupá	4036721,49	0,00	64405,24	62,68
Vale do Anari	4283915,44	3441544,26	2194169,70	3,52
Vale do Paraíso	5077574,63	11498723,09	2420353,62	6,85
Vilhena	32358705,18	0,00	2204097,07	14,68

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2017							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Alta Floresta D'Oeste	7594475,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1025709,95	7,40
Alto Alegre dos Parecis	5448780,47	0,00	179744,72	23600,00	203344,72	1088015,14	5,19
Alto Paraíso	9469231,57	0,00	255373,49	394572,46	649945,95	1288622,05	7,85
Alvorada D'Oeste	7689749,30	33095467,09	1079628,48	630313,42	1709941,90	2776285,39	15,31
Ariquemes	26227954,05	137194624,63	2767945,03	3629029,70	6396974,73	8931416,99	19,01
Buritis	10865106,86	52606229,50	292765,64	859978,45	1152744,09	4634157,28	13,95
Cabixi	5397627,79	0,00	0,00	50,00	50,00	571735,53	9,44
Cacaulândia	2889969,34	13237534,08	43643,97	1479,77	45123,74	1885622,19	8,58
Cacoal	27752849,82	0,00	0,00	16702,49	16702,49	4047931,46	6,86
Campo Novo de Rondônia	2942717,08	10871421,91	104095,78	384491,44	488587,22	2753491,04	5,19
Candeias do Jamari	7388999,54	0,00	0,00	85515,00	85515,00	2478343,43	3,02
Castanheiras	4728896,62	0,00	0,03	32866,17	32866,20	402738,67	11,82
Cerejeiras	8230715,43	0,00	0,00	127,69	127,69	284972,05	28,88
Chupinguaia	6352499,80	0,00	87808,99	307331,08	395140,07	226061,05	29,85
Colorado do Oeste	5944817,96	0,00	585178,74	0,00	585178,74	2616955,30	2,50
Corumbiara	6809388,47	0,00	0,00	0,00	0,00	366291,79	18,59
Costa Marques	6540904,32	0,00	3017318,78	270182,17	3287500,95	2595130,07	3,79
Cujubim	4673157,74	24030868,42	291689,98	4046,50	295736,48	1343725,73	21,58
Espigão D'Oeste	11092114,12	48068474,52	350485,50	240,30	350725,80	404867,50	146,99
Governador Jorge Teixeira	9158025,49	7579396,32	2170698,16	0,00	2170698,16	1081458,39	17,48
Guajará-Mirim	24402490,56	19079243,54	1708079,09	19785,50	1727864,59	26211508,45	1,72
Itapuã do Oeste	3880781,61	0,00	154264,20	1977,43	156241,63	2857704,73	1,41
Jaru	8360080,08	79402621,53	946520,99	2328445,27	3274966,26	9964403,43	9,14
Ji-Paraná	38347706,56	143615459,74	21097172,14	924445,62	22021617,76	11289435,07	18,07
Machadinho D'Oeste	12926945,75	32925080,61	0,00	65026,35	65026,35	4931111,16	9,31

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2017							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Ministro Andreazza	2521981,49	0,00	0,00	-2072,97	-2072,97	1182182,05	2,13
Mirante da Serra	16173521,59	0,00	30532,38	7240983,99	7271516,37	1008901,87	23,24
Monte Negro	18213957,20	0,00	1965206,00	2000,00	1967206,00	1359507,99	14,84
Nova Brasilândia D'Oeste	5266786,11	0,00	0,00	0,00	0,00	37109,27	141,93
Nova Mamoré	6677424,88	25664096,21	1796527,90	24425,47	1820953,37	857375,90	39,85
Nova União	18531168,69	0,00	3479255,82	12648,78	3491904,60	5102,79	4315,89
Novo Horizonte do Oeste	2700677,59	10660569,78	83529,24	719504,02	803033,26	2708694,18	5,23
Ouro Preto do Oeste	13106188,36	66382068,75	1002577,25	1236201,18	2238778,43	3117782,54	26,21
Parecis	2163000,35	0,00	13666,73	14180,00	27846,73	602378,11	3,64
Pimenta Bueno	16213766,88	0,00	3478264,66	67279,66	3545544,32	1151606,37	17,16
Pimenteiras do Oeste	3809861,07	0,00	169125,19	114254,18	283379,37	234668,26	17,44
Porto Velho	201745920,74	566634116,67	354608,41	106718441,79	107073050,20	23394606,80	37,42
Presidente Médici	7801413,38	0,00	259678,33	3490184,79	3749863,12	4582694,32	2,52
Primavera de Rondônia	2541393,03	0,00	0,00	14473,19	14473,19	205034,19	12,47
Rio Crespo	2300094,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1924978,66	1,19
Rolim de Moura	16553731,27	35650,52	2014593,60	389136,58	2403730,18	13552745,47	1,40
Santa Luzia D'Oeste	5833699,39	0,00	0,00	36557,45	36557,45	567523,52	10,34
São Felipe D'Oeste	1865236,64	0,00	0,00	0,00	0,00	404511,01	4,61
São Francisco do Guaporé	6569633,19	24742990,20	1276415,20	0,00	1276415,20	285584,15	114,11
São Miguel do Guaporé	11019074,38	3603754,72	0,00	0,00	0,00	1816692,03	8,05
Seringueiras	3433455,25	3863358,39	0,00	41858,67	41858,67	91692,25	80,04
Teixeirópolis	7343426,19	0,00	0,00	0,00	0,00	134716,20	54,51
Theobroma	3293184,45	311473,48	0,00	608791,84	608791,84	1161995,38	3,63
Urupá	4036721,49	0,00	0,00	0,00	0,00	64405,24	62,68
Vale do Anari	4283915,44	3441544,26	0,00	5806,00	5806,00	2194169,70	3,52

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2017							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Vale do Paraíso	5077574,63	11498723,09	73966,38	1809,78	75776,16	2420353,62	6,88
Vilhena	32358705,18	0,00	3250801,00	44260,56	3295061,56	2204097,07	16,18

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**1.1. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	8326805,52	1025709,95	8,12
Alto Alegre dos Parecis	5721344,27	1088015,14	5,26
Alto Paraíso	10159621,62	1288622,05	7,88
Alvorada D'Oeste	42627657,18	2776285,39	15,35
Ariquemes	171460346,32	8931416,99	19,20
Buritis	64890223,08	4634157,28	14,00
Cabixi	6269917,77	571735,53	10,97
Cacaulândia	16985944,04	1885622,19	9,01
Cacoal	31543586,72	4047931,46	7,79
Campo Novo de Rondônia	14415139,58	2753491,04	5,24
Candeias do Jamari	7474514,54	2478343,43	3,02
Castanheiras	4945276,55	402738,67	12,28
Cerejeiras	8655504,07	284972,05	30,37
Chupinguaia	6752826,77	226061,05	29,87
Colorado do Oeste	6611383,83	2616955,30	2,53
Corumbiara	6932871,51	366291,79	18,93
Costa Marques	9845964,76	2595130,07	3,79
Cujubim	29185876,50	1343725,73	21,72
Espigão D'Oeste	59579538,52	404867,50	147,16
Governador Jorge Teixeira	18920535,98	1081458,39	17,50
Guajará-Mirim	46791470,22	26211508,45	1,79
Itapuã do Oeste	4037023,24	2857704,73	1,41
Jaru	91361867,69	9964403,43	9,17
Ji-Paraná	205386629,48	11289435,07	18,19
Machadinho D'Oeste	46218915,76	4931111,16	9,37
Ministro Andreazza	2545836,43	1182182,05	2,15
Mirante da Serra	23452853,83	1008901,87	23,25
Monte Negro	20188818,36	1359507,99	14,85
Nova Brasilândia D'Oeste	6649357,25	37109,27	179,18
Nova Mamoré	34241115,10	857375,90	39,94
Nova União	22031432,05	5102,79	4317,53
Novo Horizonte do Oeste	14249681,36	2708694,18	5,26
Ouro Preto do Oeste	81844494,28	3117782,54	26,25
Parecis	2201332,27	602378,11	3,65
Pimenta Bueno	20385352,88	1151606,37	17,70
Pimenteiras do Oeste	4243336,97	234668,26	18,08
Porto Velho	882667374,28	23394606,80	37,73
Presidente Médici	12136151,45	4582694,32	2,65
Primavera de Rondônia	2652332,10	205034,19	12,94
Rio Crespo	2310820,37	1924978,66	1,20
Rolim de Moura	19866992,42	13552745,47	1,47

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**1.1. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Santa Luzia D'Oeste	5898334,13	567523,52	10,39
São Felipe D'Oeste	2025502,58	404511,01	5,01
São Francisco do Guaporé	32720186,64	285584,15	114,57
São Miguel do Guaporé	15806841,51	1816692,03	8,70
Seringueiras	7653036,12	91692,25	83,46
Teixeirópolis	7418415,04	134716,20	55,07
Theobroma	4759704,49	1161995,38	4,10
Urupá	4802381,63	64405,24	74,57
Vale do Anari	7761897,07	2194169,70	3,54
Vale do Paraíso	16677132,08	2420353,62	6,89
Vilhena	36239884,38	2204097,07	16,44

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	55665051,14	63500282,64	0,88
Alto Alegre dos Parecis	31308856,80	31943320,62	0,98
Alto Paraíso	33715157,44	30952286,01	1,09
Alvorada D'Oeste	36874620,04	31235738,52	1,18
Ariquemes	210930691,63	189737843,43	1,11
Buritis	72850853,65	63973649,77	1,14
Cabixi	18757766,24	19269951,72	0,97
Cacaulândia	18832460,04	18858759,83	1,00
Cacoal	166048477,84	172804943,61	0,96
Campo Novo de Rondônia	36829666,62	34435622,52	1,07
Candeias do Jamari	45035523,56	45313468,24	0,99
Castanheiras	16043722,31	11716571,87	1,37
Cerejeiras	42844470,60	42293048,48	1,01
Chupinguaia	34468802,32	33243146,01	1,04
Colorado do Oeste	35397174,65	37280759,45	0,95
Corumbiara	26994640,33	25701310,33	1,05
Costa Marques	29924721,03	24663355,60	1,21
Cujubim	43093480,04	40370094,37	1,07
Espigão D'Oeste	60940980,06	52844059,13	1,15
Governador Jorge Teixeira	27225825,52	26541869,65	1,03
Guajará-Mirim	75412162,65	72410515,57	1,04
Itapuã do Oeste	22641622,04	26256228,65	0,86
Jaru	102539859,44	87324339,22	1,17

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Ji-Paraná	236371235,90	218570658,30	1,08
Machadinho D'Oeste	73759059,45	75280717,22	0,98
Ministro Andreazza	21384207,70	21015456,13	1,02
Mirante da Serra	23910337,45	20986115,07	1,14
Monte Negro	33053719,85	31864495,12	1,04
Nova Brasilândia D'Oeste	38857209,53	37158140,47	1,05
Nova Mamoré	52525507,36	45838716,58	1,15
Nova União	20606951,30	17564356,89	1,17
Novo Horizonte do Oeste	18259431,17	19086852,75	0,96
Ouro Preto do Oeste	76646123,14	73644168,78	1,04
Parecis	16192383,92	16693774,45	0,97
Pimenta Bueno	82573721,59	83154510,83	0,99
Pimenteiras do Oeste	17561958,11	17461866,63	1,01
Porto Velho	1216334465,37	1162482409,37	1,05
Presidente Médici	42639254,52	42233607,09	1,01
Primavera de Rondônia	12977551,57	13209444,30	0,98
Rio Crespo	14906954,22	16264329,55	0,92
Rolim de Moura	112346601,12	114701614,84	0,98
Santa Luzia D'Oeste	23045723,98	21540869,21	1,07
São Felipe D'Oeste	14271539,77	13791713,70	1,03
São Francisco do Guaporé	52759266,44	49259926,08	1,07
São Miguel do Guaporé	56601437,77	47304538,40	1,20
Seringueiras	29233887,59	26596387,11	1,10
Teixeirópolis	14909638,43	13593091,30	1,10
Theobroma	27189689,88	27784118,46	0,98
Urupá	26898660,97	26515193,51	1,01
Vale do Anari	24856585,59	22621741,64	1,10
Vale do Paraíso	20137017,42	17375105,15	1,16
Vilhena	239538194,01	221757679,18	1,08

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2017				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	55665051,14	63500282,64	25437	-308,02
Alto Alegre dos Parecis	31308856,80	31943320,62	14045	-45,17
Alto Paraíso	33715157,44	30952286,01	20916	132,09
Alvorada D'Oeste	36874620,04	31235738,52	16747	336,71
Ariquemes	210930691,63	189737843,43	107345	197,43

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2017				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Buritis	72850853,65	63973649,77	39044	227,36
Cabixi	18757766,24	19269951,72	6224	-82,29
Cacaulândia	18832460,04	18858759,83	6460	-4,07
Cacoal	166048477,84	172804943,61	88507	-76,34
Campo Novo de Rondônia	36829666,62	34435622,52	14484	165,29
Candeias do Jamari	45035523,56	45313468,24	25266	-11,00
Castanheiras	16043722,31	11716571,87	3550	1218,92
Cerejeiras	42844470,60	42293048,48	17934	30,75
Chupinguaia	34468802,32	33243146,01	10593	115,70
Colorado do Oeste	35397174,65	37280759,45	18467	-102,00
Corumbiara	26994640,33	25701310,33	8659	149,36
Costa Marques	29924721,03	24663355,60	17400	302,38
Cujubim	43093480,04	40370094,37	22443	121,35
Espigão D'Oeste	60940980,06	52844059,13	33030	245,14
Governador Jorge Teixeira	27225825,52	26541869,65	9745	70,19
Guajará-Mirim	75412162,65	72410515,57	47451	63,26
Itapuã do Oeste	22641622,04	26256228,65	10310	-350,59
Jaru	102539859,44	87324339,22	55871	272,33
Ji-Paraná	236371235,90	218570658,30	132667	134,17
Machadinho D'Oeste	73759059,45	75280717,22	38609	-39,41
Ministro Andreazza	21384207,70	21015456,13	10751	34,30
Mirante da Serra	23910337,45	20986115,07	12258	238,56
Monte Negro	33053719,85	31864495,12	16186	73,47
Nova Brasilândia D'Oeste	38857209,53	37158140,47	21747	78,13
Nova Mamoré	52525507,36	45838716,58	28891	231,45
Nova União	20606951,30	17564356,89	7769	391,63
Novo Horizonte do Oeste	18259431,17	19086852,75	10051	-82,32
Ouro Preto do Oeste	76646123,14	73644168,78	39759	75,50
Parecis	16192383,92	16693774,45	5904	-84,92
Pimenta Bueno	82573721,59	83154510,83	38051	-15,26
Pimenteiras do Oeste	17561958,11	17461866,63	2410	41,53
Porto Velho	1216334465,37	1162482409,37	519.436	103,67
Presidente Médici	42639254,52	42233607,09	22124	18,34
Primavera de Rondônia	12977551,57	13209444,30	3411	-67,98
Rio Crespo	14906954,22	16264329,55	3829	-354,50
Rolim de Moura	112346601,12	114701614,84	57074	-41,26
Santa Luzia D'Oeste	23045723,98	21540869,21	8198	183,56
São Felipe D'Oeste	14271539,77	13791713,70	5994	80,05
São Francisco do Guaporé	52759266,44	49259926,08	19694	177,69

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2017				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
São Miguel do Guaporé	56601437,77	47304538,40	24181	384,47
Seringueiras	29233887,59	26596387,11	12653	208,45
Teixeirópolis	14909638,43	13593091,30	4931	266,99
Theobroma	27189689,88	27784118,46	11350	-52,37
Urupá	26898660,97	26515193,51	13106	29,26
Vale do Anari	24856585,59	22621741,64	11149	200,45
Vale do Paraíso	20137017,42	17375105,15	8047	343,22
Vilhena	239538194,01	221757679,18	95630	185,93

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	78953595,95	82769802,40	0,95
Alto Alegre dos Parecis	32454317,03	38009990,08	0,85
Alto Paraíso	34359449,46	36399456,55	0,94
Alvorada D'Oeste	30677561,65	75111090,80	0,41
Ariquemes	240686467,38	396600354,84	0,61
Buritis	41924076,07	101544892,79	0,41
Cabixi	21364284,75	22440614,57	0,95
Cacaulândia	25614479,06	41028808,87	0,62
Cacoal	180208907,17	204814166,97	0,88
Campo Novo de Rondônia	-14389665,38	45906323,19	-0,31
Candeias do Jamari	24739319,39	39512125,40	0,63
Castanheiras	-1559258,87	28677802,92	-0,05
Cerejeiras	90976528,81	93472091,10	0,97
Chupinguaia	34524215,95	34872668,04	0,99
Colorado do Oeste	44710968,93	49867135,25	0,90
Corumbiara	41962409,56	43608932,02	0,96
Costa Marques	14014959,75	24517853,70	0,57
Cujubim	27660166,02	59204888,49	0,47
Espigão D'Oeste	61073552,22	119042188,62	0,51
Governador Jorge Teixeira	3713888,92	44607625,92	0,08
Guajará-Mirim	-135207514,50	85148781,76	-1,59
Itapuã do Oeste	20907445,17	25996529,96	0,80
Jaru	35724810,18	155652797,54	0,23
Ji-Paraná	179021586,24	377942186,99	0,47
Machadinho D'Oeste	10007312,99	99062445,21	0,10
Ministro Andreazza	40713586,04	42294560,20	0,96

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Mirante da Serra	32638102,09	61300501,41	0,53
Monte Negro	15756993,28	51163874,28	0,31
Nova Brasilândia D'Oeste	24079208,79	74342931,69	0,32
Nova Mamoré	32380794,57	81282828,00	0,40
Nova União	18335428,55	45458024,12	0,40
Novo Horizonte do Oeste	8735252,04	37371317,59	0,23
Ouro Preto do Oeste	8548814,38	126291684,24	0,07
Parecis	15598129,56	17088995,64	0,91
Pimenta Bueno	81250189,74	99810566,87	0,81
Pimenteiras do Oeste	16639145,92	16926997,45	0,98
Porto Velho	419822973,31	1660536888,78	0,25
Presidente Médici	40008913,52	63840710,84	0,63
Primavera de Rondônia	14698754,01	14903788,20	0,99
Rio Crespo	22005056,90	24153015,77	0,91
Rolim de Moura	112643570,34	226451323,29	0,50
Santa Luzia D'Oeste	24613672,82	26508297,97	0,93
São Felipe D'Oeste	17291782,19	17696293,20	0,98
São Francisco do Guaporé	49678911,50	84412458,79	0,59
São Miguel do Guaporé	33050751,03	85885020,19	0,38
Seringueiras	22534047,29	58649955,87	0,38
Teixeirópolis	27071258,59	27205974,79	1,00
Theobroma	30585658,81	59603985,73	0,51
Urupá	24419531,86	25274735,34	0,97
Vale do Anari	11501900,11	40715811,17	0,28
Vale do Paraíso	8502529,22	36746340,78	0,23
Vilhena	133981925,27	340045965,40	0,39

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	2790496,50	82769802,40	0,03
Alto Alegre dos Parecis	4467657,91	38009990,08	0,12
Alto Paraíso	751385,04	36399456,55	0,02
Alvorada D'Oeste	41657243,76	75111090,80	0,55
Ariquemes	146982470,47	396600354,84	0,37
Buritis	54986659,44	101544892,79	0,54
Cabixi	504594,29	22440614,57	0,02
Cacaulândia	13528707,62	41028808,87	0,33

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Cacoal	20557328,34	204814166,97	0,10
Campo Novo de Rondônia	57542497,53	45906323,19	1,25
Candeias do Jamari	12294462,58	39512125,40	0,31
Castanheiras	29834323,12	28677802,92	1,04
Cerejeiras	2210590,24	93472091,10	0,02
Chupinguaia	122391,04	34872668,04	0,00
Colorado do Oeste	2539211,02	49867135,25	0,05
Corumbiara	1280230,67	43608932,02	0,03
Costa Marques	7907763,88	24517853,70	0,32
Cujubim	30200996,74	59204888,49	0,51
Espigão D'Oeste	57563768,90	119042188,62	0,48
Governador Jorge Teixeira	39812278,61	44607625,92	0,89
Guajará-Mirim	194144787,81	85148781,76	2,28
Itapuã do Oeste	2231380,06	25996529,96	0,09
Jaru	109963583,93	155652797,54	0,71
Ji-Paraná	187631165,68	377942186,99	0,50
Machadinho D'Oeste	84124021,06	99062445,21	0,85
Ministro Andreazza	398792,11	42294560,20	0,01
Mirante da Serra	27653497,45	61300501,41	0,45
Monte Negro	34047373,01	51163874,28	0,67
Nova Brasilândia D'Oeste	50226613,63	74342931,69	0,68
Nova Mamoré	48044657,53	81282828,00	0,59
Nova União	27117492,78	45458024,12	0,60
Novo Horizonte do Oeste	25927371,37	37371317,59	0,69
Ouro Preto do Oeste	114625087,32	126291684,24	0,91
Parecis	888487,97	17088995,64	0,05
Pimenta Bueno	17408770,76	99810566,87	0,17
Pimenteiras do Oeste	53183,27	16926997,45	0,00
Porto Velho	1217319308,67	1660536888,78	0,73
Presidente Médici	19249103,00	63840710,84	0,30
Primavera de Rondônia	0,00	14903788,20	0,00
Rio Crespo	222980,21	24153015,77	0,01
Rolim de Moura	100255007,48	226451323,29	0,44
Santa Luzia D'Oeste	1327101,63	26508297,97	0,05
São Felipe D'Oeste	0,00	17696293,20	0,00
São Francisco do Guaporé	34447963,14	84412458,79	0,41
São Miguel do Guaporé	51017577,13	85885020,19	0,59
Seringueiras	36024216,33	58649955,87	0,61
Teixeirópolis	0,00	27205974,79	0,00
Theobroma	27856331,54	59603985,73	0,47
Urupá	790798,24	25274735,34	0,03

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Vale do Anari	27019741,36	40715811,17	0,66
Vale do Paraíso	25823457,94	36746340,78	0,70
Vilhena	203859943,06	340045965,40	0,60

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	2790496,50	25437	109,70
Alto Alegre dos Parecis	4467657,91	14045	318,10
Alto Paraíso	751385,04	20916	35,92
Alvorada D'Oeste	41657243,76	16747	2487,45
Ariquemes	146982470,47	107345	1369,25
Buritis	54986659,44	39044	1408,33
Cabixi	504594,29	6224	81,07
Cacaulândia	13528707,62	6460	2094,23
Cacoal	20557328,34	88507	232,27
Campo Novo de Rondônia	57542497,53	14484	3972,83
Candeias do Jamari	12294462,58	25266	486,60
Castanheiras	29834323,12	3550	8404,03
Cerejeiras	2210590,24	17934	123,26
Chupinguaia	122391,04	10593	11,55
Colorado do Oeste	2539211,02	18467	137,50
Corumbiara	1280230,67	8659	147,85
Costa Marques	7907763,88	17400	454,47
Cujubim	30200996,74	22443	1345,68
Espigão D'Oeste	57563768,90	33030	1742,77
Governador Jorge Teixeira	39812278,61	9745	4085,41
Guajará-Mirim	194144787,81	47451	4091,48
Itapuã do Oeste	2231380,06	10310	216,43
Jaru	109963583,93	55871	1968,17
Ji-Paraná	187631165,68	132667	1414,30
Machadinho D'Oeste	84124021,06	38609	2178,87
Ministro Andreazza	398792,11	10751	37,09
Mirante da Serra	27653497,45	12258	2255,96
Monte Negro	34047373,01	16186	2103,51
Nova Brasilândia D'Oeste	50226613,63	21747	2309,59
Nova Mamoré	48044657,53	28891	1662,96
Nova União	27117492,78	7769	3490,47

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Novo Horizonte do Oeste	25927371,37	10051	2579,58
Ouro Preto do Oeste	114625087,32	39759	2883,00
Parecis	888487,97	5904	150,49
Pimenta Bueno	17408770,76	38051	457,51
Pimenteiras do Oeste	53183,27	2410	22,07
Porto Velho	1217319308,67	519.436	2343,54
Presidente Médici	19249103,00	22124	870,06
Primavera de Rondônia	0,00	3411	0,00
Rio Crespo	222980,21	3829	58,23
Rolim de Moura	100255007,48	57074	1756,58
Santa Luzia D'Oeste	1327101,63	8198	161,88
São Felipe D'Oeste	0,00	5994	0,00
São Francisco do Guaporé	34447963,14	19694	1749,16
São Miguel do Guaporé	51017577,13	24181	2109,82
Seringueiras	36024216,33	12653	2847,09
Teixeirópolis	0,00	4931	0,00
Theobroma	27856331,54	11350	2454,30
Urupá	790798,24	13106	60,34
Vale do Anari	27019741,36	11149	2423,51
Vale do Paraíso	25823457,94	8047	3209,08
Vilhena	203859943,06	95630	2131,76

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	3816637,83	25437	150,04
Alto Alegre dos Parecis	945656,84	14045	67,33
Alto Paraíso	1608299,77	20916	76,89
Alvorada D'Oeste	1870118,27	16747	111,67
Ariquemes	32547286,24	107345	303,20
Buritis	5253570,32	39044	134,56
Cabixi	970296,51	6224	155,90
Cacaulândia	711354,27	6460	110,12
Cacoal	33399512,73	88507	377,37
Campo Novo de Rondônia	1509837,12	14484	104,24
Candeias do Jamari	4638328,32	25266	183,58
Castanheiras	424128,58	3550	119,47
Cerejeiras	4060047,26	17934	226,39

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Chupinguaia	2119354,04	10593	200,07
Colorado do Oeste	2811816,77	18467	152,26
Corumbiara	1658881,60	8659	191,58
Costa Marques	1299740,71	17400	74,70
Cujubim	1616746,07	22443	72,04
Espigão D'Oeste	5558011,48	33030	168,27
Governador Jorge Teixeira	1264686,40	9745	129,78
Guajará-Mirim	5121224,20	47451	107,93
Itapuã do Oeste	1071533,42	10310	103,93
Jaru	12958093,43	55871	231,93
Ji-Paraná	40830237,45	132667	307,76
Machadinho D'Oeste	4952487,47	38609	128,27
Ministro Andreazza	971314,66	10751	90,35
Mirante da Serra	940862,34	12258	76,75
Monte Negro	1591648,94	16186	98,33
Nova Brasilândia D'Oeste	2282153,23	21747	104,94
Nova Mamoré	2269069,29	28891	78,54
Nova União	752279,51	7769	96,83
Novo Horizonte do Oeste	934936,48	10051	93,02
Ouro Preto do Oeste	8391726,23	39759	211,06
Parecis	483236,76	5904	81,85
Pimenta Bueno	10484810,38	38051	275,55
Pimenteiras do Oeste	832947,90	2410	345,62
Porto Velho	250265424,40	519.436	481,80
Presidente Médici	3666769,14	22124	165,74
Primavera de Rondônia	377532,76	3411	110,68
Rio Crespo	706201,73	3829	184,44
Rolim de Moura	17114646,77	57074	299,87
Santa Luzia D'Oeste	1008574,94	8198	123,03
São Felipe D'Oeste	511048,32	5994	85,26
São Francisco do Guaporé	2737878,51	19694	139,02
São Miguel do Guaporé	3514807,52	24181	145,35
Seringueiras	1526973,28	12653	120,68
Teixeirópolis	711355,97	4931	144,26
Theobroma	564886,64	11350	49,77
Urupá	1634128,04	13106	124,69
Vale do Anari	825888,26	11149	74,08
Vale do Paraíso	772894,09	8047	96,05
Vilhena	35637853,85	95630	372,66

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	55665051,14	25437	2188,35
Alto Alegre dos Parecis	31308856,80	14045	2229,18
Alto Paraíso	33715157,44	20916	1611,93
Alvorada D'Oeste	36874620,04	16747	2201,86
Ariquemes	210930691,63	107345	1964,98
Buritis	72850853,65	39044	1865,87
Cabixi	18757766,24	6224	3013,78
Cacaulândia	18832460,04	6460	2915,24
Cacoal	166048477,84	88507	1876,11
Campo Novo de Rondônia	36829666,62	14484	2542,78
Candeias do Jamari	45035523,56	25266	1782,46
Castanheiras	16043722,31	3550	4519,36
Cerejeiras	42844470,60	17934	2389,01
Chupinguaia	34468802,32	10593	3253,92
Colorado do Oeste	35397174,65	18467	1916,78
Corumbiara	26994640,33	8659	3117,52
Costa Marques	29924721,03	17400	1719,81
Cujubim	43093480,04	22443	1920,13
Espigão D'Oeste	60940980,06	33030	1845,02
Governador Jorge Teixeira	27225825,52	9745	2793,83
Guajará-Mirim	75412162,65	47451	1589,26
Itapuã do Oeste	22641622,04	10310	2196,08
Jaru	102539859,44	55871	1835,30
Ji-Paraná	236371235,90	132667	1781,69
Machadinho D'Oeste	73759059,45	38609	1910,41
Ministro Andreazza	21384207,70	10751	1989,04
Mirante da Serra	23910337,45	12258	1950,59
Monte Negro	33053719,85	16186	2042,12
Nova Brasilândia D'Oeste	38857209,53	21747	1786,78
Nova Mamoré	52525507,36	28891	1818,06
Nova União	20606951,30	7769	2652,46
Novo Horizonte do Oeste	18259431,17	10051	1816,68
Ouro Preto do Oeste	76646123,14	39759	1927,77
Parecis	16192383,92	5904	2742,61
Pimenta Bueno	82573721,59	38051	2170,08
Pimenteiras do Oeste	17561958,11	2410	7287,12
Porto Velho	1216334465,37	519.436	2341,64
Presidente Médici	42639254,52	22124	1927,29
Primavera de Rondônia	12977551,57	3411	3804,62
Rio Crespo	14906954,22	3829	3893,17
Rolim de Moura	112346601,12	57074	1968,44

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Santa Luzia D'Oeste	23045723,98	8198	2811,14
São Felipe D'Oeste	14271539,77	5994	2380,97
São Francisco do Guaporé	52759266,44	19694	2678,95
São Miguel do Guaporé	56601437,77	24181	2340,74
Seringueiras	29233887,59	12653	2310,43
Teixeirópolis	14909638,43	4931	3023,65
Theobroma	27189689,88	11350	2395,57
Urupá	26898660,97	13106	2052,39
Vale do Anari	24856585,59	11149	2229,49
Vale do Paraíso	20137017,42	8047	2502,43
Vilhena	239538194,01	95630	2504,84

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	63500282,64	25437	2496,37
Alto Alegre dos Parecis	31943320,62	14045	2274,36
Alto Paraíso	30952286,01	20916	1479,84
Alvorada D'Oeste	31235738,52	16747	1865,15
Ariquemes	189737843,43	107345	1767,55
Buritis	63973649,77	39044	1638,50
Cabixi	19269951,72	6224	3096,07
Cacaulândia	18858759,83	6460	2919,31
Cacoal	172804943,61	88507	1952,44
Campo Novo de Rondônia	34435622,52	14484	2377,49
Candeias do Jamari	45313468,24	25266	1793,46
Castanheiras	11716571,87	3550	3300,44
Cerejeiras	42293048,48	17934	2358,26
Chupinguaia	33243146,01	10593	3138,22
Colorado do Oeste	37280759,45	18467	2018,78
Corumbiara	25701310,33	8659	2968,16
Costa Marques	24663355,60	17400	1417,43
Cujubim	40370094,37	22443	1798,78
Espigão D'Oeste	52844059,13	33030	1599,88
Governador Jorge Teixeira	26541869,65	9745	2723,64
Guajará-Mirim	72410515,57	47451	1526,01
Itapuã do Oeste	26256228,65	10310	2546,68
Jaru	87324339,22	55871	1562,96

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2017			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Ji-Paraná	218570658,30	132667	1647,51
Machadinho D'Oeste	75280717,22	38609	1949,82
Ministro Andreazza	21015456,13	10751	1954,74
Mirante da Serra	20986115,07	12258	1712,03
Monte Negro	31864495,12	16186	1968,65
Nova Brasilândia D'Oeste	37158140,47	21747	1708,66
Nova Mamoré	45838716,58	28891	1586,61
Nova União	17564356,89	7769	2260,83
Novo Horizonte do Oeste	19086852,75	10051	1899,00
Ouro Preto do Oeste	73644168,78	39759	1852,26
Parecis	16693774,45	5904	2827,54
Pimenta Bueno	83154510,83	38051	2185,34
Pimenteiras do Oeste	17461866,63	2410	7245,59
Porto Velho	1162482409,37	519.436	2237,97
Presidente Médici	42233607,09	22124	1908,95
Primavera de Rondônia	13209444,30	3411	3872,60
Rio Crespo	16264329,55	3829	4247,67
Rolim de Moura	114701614,84	57074	2009,70
Santa Luzia D'Oeste	21540869,21	8198	2627,58
São Felipe D'Oeste	13791713,70	5994	2300,92
São Francisco do Guaporé	49259926,08	19694	2501,27
São Miguel do Guaporé	47304538,40	24181	1956,27
Seringueiras	26596387,11	12653	2101,98
Teixeirópolis	13593091,30	4931	2756,66
Theobroma	27784118,46	11350	2447,94
Urupá	26515193,51	13106	2023,13
Vale do Anari	22621741,64	11149	2029,04
Vale do Paraíso	17375105,15	8047	2159,20
Vilhena	221757679,18	95630	2318,91

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2018				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	9088033,52	0,00	399555,76	22,75
Alto Alegre dos Parecis	9178202,61	0,00	2591670,82	3,54
Alto Paraíso	15704071,27	0,00	1149426,33	13,66
Alvorada D'Oeste	9300900,27	35640794,66	1909659,29	23,53
Ariquemes	33850465,68	163964597,31	22210720,20	8,91

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2018				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Buritis	18452343,66	53174465,64	4254152,31	16,84
Cabixi	8113409,87	0,00	683674,31	11,87
Cacaulândia	5539777,66	15866847,27	2065458,31	10,36
Cacoal	34914559,48	0,00	3919758,99	8,91
Campo Novo de Rondônia	3231045,89	14213925,92	3843590,59	4,54
Candeias do Jamari	12856438,57	0,00	3997436,31	3,22
Castanheiras	6528902,46	0,00	372535,07	17,53
Cerejeiras	8290085,97	0,00	51484,53	161,02
Chupinguaia	8719548,57	0,00	828270,14	10,53
Colorado do Oeste	6932649,59	0,00	1214156,27	5,71
Corumbiara	8414923,87	0,00	408500,12	20,60
Costa Marques	10373572,52	0,00	835680,99	12,41
Cujubim	8788047,60	27581383,38	1727880,09	21,05
Espigão D'Oeste	18004161,26	55681637,62	1169798,14	62,99
Governador Jorge Teixeira	10801545,93	8304601,33	649060,98	29,44
Guajará-Mirim	33954021,93	20618393,54	26190876,47	2,08
Itapuã do Oeste	9353504,42	0,00	1452820,04	6,44
Jaru	20002479,92	92241564,02	11543410,15	9,72
Ji-Paraná	38811540,91	163086001,58	13131505,08	15,38
Machadinho D'Oeste	13044284,54	39335341,57	6071132,03	8,63
Ministro Andreazza	5274202,52	0,00	426773,30	12,36
Mirante da Serra	4851634,25	16320569,83	703259,74	30,11
Monte Negro	22962618,95	0,00	966769,35	23,75
Nova Brasilândia D'Oeste	10320333,87	0,00	1258695,92	8,20
Nova Mamoré	8934423,48	31739438,67	2262994,19	17,97
Nova União	7105265,14	16006142,16	25328,71	912,46
Novo Horizonte do Oeste	4503127,32	12697846,96	2575506,15	6,68
Ouro Preto do Oeste	13885527,54	77128313,78	3550031,86	25,64
Parecis	2150252,77	0,00	916258,34	2,35
Pimenta Bueno	15429464,10	0,00	1191048,45	12,95
Pimenteiras do Oeste	5326039,03	0,00	318544,25	16,72
Porto Velho	254435085,82	618884834,26	161393805,44	5,41
Presidente Médici	9523012,73	0,00	3229016,56	2,95
Primavera de Rondônia	5198617,53	0,00	88987,12	58,42
Rio Crespo	2077755,90	0,00	1183660,72	1,76
Rolim de Moura	18487732,15	5726395,38	9597704,22	2,52
Santa Luzia D'Oeste	6757216,64	0,00	621488,16	10,87
São Felipe D'Oeste	4884838,37	0,00	403609,95	12,10
São Francisco do Guaporé	9392532,60	28564888,92	271978,16	139,56
São Miguel do Guaporé	15775254,66	9486119,23	2834691,21	8,91
Seringueiras	8166490,23	9713883,63	300045,41	59,59

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2018				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Teixeirópolis	9116494,64	0,00	229177,07	39,78
Theobroma	4019915,07	676820,95	1415703,81	3,32
Urupá	5255263,19	0,00	259946,28	20,22
Vale do Anari	4242234,62	8378333,78	1840420,69	6,86
Vale do Paraíso	7077487,96	13086796,74	2567451,08	7,85
Vilhena	35850506,64	0,00	4738024,44	7,57

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2018							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Alta Floresta D'Oeste	9088033,52	0,00	0,00	0,00	0,00	399555,76	22,75
Alto Alegre dos Parecis	9178202,61	0,00	164408,10	13600,00	178008,10	2591670,82	3,61
Alto Paraíso	15704071,27	0,00	303483,95	152079,61	455563,56	1149426,33	14,06
Alvorada D'Oeste	9300900,27	35640794,66	69767,33	624389,32	694156,65	1909659,29	23,90
Ariquemes	33850465,68	163964597,31	0,00	4939189,96	4939189,96	22210720,20	9,13
Buritis	18452343,66	53174465,64	3163245,19	623562,10	3786807,29	4254152,31	17,73
Cabixi	8113409,87	0,00	0,00	50,00	50,00	683674,31	11,87
Cacaulândia	5539777,66	15866847,27	270808,13	110387,54	381195,67	2065458,31	10,55
Cacoal	34914559,48	0,00	0,00	18665,36	18665,36	3919758,99	8,91
Campo Novo de Rondônia	3231045,89	14213925,92	3142536,18	2796417,97	5938954,15	3843590,59	6,08
Candeias do Jamari	12856438,57	0,00	0,00	53200,00	53200,00	3997436,31	3,23
Castanheiras	6528902,46	0,00	11526,34	1818,37	13344,71	372535,07	17,56
Cerejeiras	8290085,97	0,00	0,00	127,69	127,69	51484,53	161,02
Chupinguaia	8719548,57	0,00	220098,86	228314,30	448413,16	828270,14	11,07
Colorado do Oeste	6932649,59	0,00	558496,76	31833,15	590329,91	1214156,27	6,20
Corumbiara	8414923,87	0,00	0,00	0,00	0,00	408500,12	20,60
Costa Marques	10373572,52	0,00	0,00	261196,17	261196,17	835680,99	12,73
Cujubim	8788047,60	27581383,38	765669,59	235876,38	1001545,97	1727880,09	21,63
Espigão D'Oeste	18004161,26	55681637,62	2945765,52	0,00	2945765,52	1169798,14	65,51
Governador Jorge Teixeira	10801545,93	8304601,33	3156009,36	0,00	3156009,36	649060,98	34,30
Guajará-Mirim	33954021,93	20618393,54	6329136,18	8789057,21	15118193,39	26190876,47	2,66
Itapuã do Oeste	9353504,42	0,00	251618,35	9255,00	260873,35	1452820,04	6,62
Jaru	20002479,92	92241564,02	4349630,02	1680508,97	6030138,99	11543410,15	10,25
Ji-Paraná	38811540,91	163086001,58	16943534,01	1010757,29	17954291,30	13131505,08	16,74
Machadinho D'Oeste	13044284,54	39335341,57	384072,15	587535,91	971608,06	6071132,03	8,79

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2018							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Ministro Andreazza	5274202,52	0,00	0,00	0,00	0,00	426773,30	12,36
Mirante da Serra	4851634,25	16320569,83	26170,80	7108813,20	7134984,00	703259,74	40,25
Monte Negro	22962618,95	0,00	2929732,33	0,00	2929732,33	966769,35	26,78
Nova Brasilândia D'Oeste	10320333,87	0,00	410,44	0,00	410,44	1258695,92	8,20
Nova Mamoré	8934423,48	31739438,67	3460049,10	0,00	3460049,10	2262994,19	19,50
Nova União	7105265,14	16006142,16	3542432,08	14994,30	3557426,38	25328,71	1052,91
Novo Horizonte do Oeste	4503127,32	12697846,96	51921,78	874411,67	926333,45	2575506,15	7,04
Ouro Preto do Oeste	13885527,54	77128313,78	808197,18	1962528,13	2770725,31	3550031,86	26,42
Parecis	2150252,77	0,00	13666,73	9164,00	22830,73	916258,34	2,37
Pimenta Bueno	15429464,10	0,00	2926248,85	0,00	2926248,85	1191048,45	15,41
Pimenteiras do Oeste	5326039,03	0,00	456680,76	10560,63	467241,39	318544,25	18,19
Porto Velho	254435085,82	618884834,26	6089673,53	159847504,55	165937178,08	161393805,44	6,44
Presidente Médici	9523012,73	0,00	1624277,46	3261360,90	4885638,36	3229016,56	4,46
Primavera de Rondônia	5198617,53	0,00	0,00	26858,68	26858,68	88987,12	58,72
Rio Crespo	2077755,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1183660,72	1,76
Rolim de Moura	18487732,15	5726395,38	687656,53	81370,04	769026,57	9597704,22	2,60
Santa Luzia D'Oeste	6757216,64	0,00	0,00	5000,00	5000,00	621488,16	10,88
São Felipe D'Oeste	4884838,37	0,00	0,00	0,00	0,00	403609,95	12,10
São Francisco do Guaporé	9392532,60	28564888,92	0,00	0,00	0,00	271978,16	139,56
São Miguel do Guaporé	15775254,66	9486119,23	408990,83	-1284,90	407705,93	2834691,21	9,06
Seringueiras	8166490,23	9713883,63	0,00	41858,67	41858,67	300045,41	59,73
Teixeirópolis	9116494,64	0,00	0,00	0,00	0,00	229177,07	39,78
Theobroma	4019915,07	676820,95	472322,66	519312,48	991635,14	1415703,81	4,02
Urupá	5255263,19	0,00	0,00	26160,00	26160,00	259946,28	20,32
Vale do Anari	4242234,62	8378333,78	1160806,01	0,00	1160806,01	1840420,69	7,49

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2018							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Vale do Paraíso	7077487,96	13086796,74	476548,34	5256,86	481805,20	2567451,08	8,04
Vilhena	35850506,64	0,00	4599938,14	1403,47	4601341,61	4738024,44	8,54

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**1.2. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	9867050,50	399555,76	24,70
Alto Alegre dos Parecis	9385505,61	2591670,82	3,62
Alto Paraíso	16235511,74	1149426,33	14,12
Alvorada D'Oeste	45845851,00	1909659,29	24,01
Ariquemes	204750042,60	22210720,20	9,22
Buritis	75612680,52	4254152,31	17,77
Cabixi	8754789,76	683674,31	12,81
Cacaulândia	21917208,29	2065458,31	10,61
Cacoal	38275061,37	3919758,99	9,76
Campo Novo de Rondônia	26009304,49	3843590,59	6,77
Candeias do Jamari	12909638,57	3997436,31	3,23
Castanheiras	6864826,64	372535,07	18,43
Cerejeiras	8801539,19	51484,53	170,96
Chupinguaia	9233078,94	828270,14	11,15
Colorado do Oeste	7596337,54	1214156,27	6,26
Corumbiara	8537081,00	408500,12	20,90
Costa Marques	10644727,23	835680,99	12,74
Cujubim	37486816,73	1727880,09	21,70
Espigão D'Oeste	76675556,99	1169798,14	65,55
Governador Jorge Teixeira	22262156,62	649060,98	34,30
Guajará-Mirim	71396657,38	26190876,47	2,73
Itapuã do Oeste	9614377,77	1452820,04	6,62
Jaru	118662632,61	11543410,15	10,28
Ji-Paraná	221058886,29	13131505,08	16,83
Machadinho D'Oeste	53896676,97	6071132,03	8,88
Ministro Andreazza	5298735,82	426773,30	12,42
Mirante da Serra	28315003,95	703259,74	40,26
Monte Negro	25902072,81	966769,35	26,79
Nova Brasilândia D'Oeste	11368620,99	1258695,92	9,03
Nova Mamoré	44202153,04	2262994,19	19,53
Nova União	26677192,44	25328,71	1053,24
Novo Horizonte do Oeste	18314482,79	2575506,15	7,11
Ouro Preto do Oeste	93891035,36	3550031,86	26,45
Parecis	2173083,50	916258,34	2,37
Pimenta Bueno	19272476,84	1191048,45	16,18
Pimenteiras do Oeste	5863691,65	318544,25	18,41
Porto Velho	1054035478,19	161393805,44	6,53
Presidente Médici	14923617,45	3229016,56	4,62
Primavera de Rondônia	5305831,21	88987,12	59,62
Rio Crespo	2087635,05	1183660,72	1,76
Rolim de Moura	25942517,77	9597704,22	2,70

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**1.2. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Santa Luzia D'Oeste	6778433,64	621488,16	10,91
São Felipe D'Oeste	5067522,43	403609,95	12,56
São Francisco do Guaporé	38013427,51	271978,16	139,77
São Miguel do Guaporé	26430038,60	2834691,21	9,32
Seringueiras	18359347,73	300045,41	61,19
Teixeirópolis	9217201,59	229177,07	40,22
Theobroma	5929099,30	1415703,81	4,19
Urupá	5941686,25	259946,28	22,86
Vale do Anari	14133064,07	1840420,69	7,68
Vale do Paraíso	20646089,90	2567451,08	8,04
Vilhena	41020507,61	4738024,44	8,66

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	59833589,08	56866686,42	1,05
Alto Alegre dos Parecis	36932282,04	37767633,00	0,98
Alto Paraíso	39705350,39	33934953,41	1,17
Alvorada D'Oeste	42690667,06	40875573,36	1,04
Ariquemes	247857800,35	226567111,90	1,09
Buritis	76340861,59	67376907,46	1,13
Cabixi	23287523,72	21218292,66	1,10
Cacaulândia	23020403,53	19320373,26	1,19
Cacoal	186923365,38	186108328,80	1,00
Campo Novo de Rondônia	43894328,23	39973619,43	1,10
Candeias do Jamari	50866519,94	49159381,53	1,03
Castanheiras	16721959,91	15351255,86	1,09
Cerejeiras	48674713,29	50294757,86	0,97
Chupinguaia	39137614,22	37219774,76	1,05
Colorado do Oeste	44473992,13	42043895,22	1,06
Corumbiara	30524869,97	29348779,19	1,04
Costa Marques	38461580,90	34978584,24	1,10
Cujubim	49225727,38	41638289,56	1,18
Espigão D'Oeste	72353779,09	61724815,61	1,17
Governador Jorge Teixeira	29681017,18	26171995,07	1,13
Guajará-Mirim	88133835,10	77224420,93	1,14
Itapuã do Oeste	33859964,27	26226843,65	1,29
Jaru	128743367,28	103811967,04	1,24

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a/b**
Ji-Paraná	249276592,71	222882731,80	1,12
Machadinho D'Oeste	86889351,91	80713801,12	1,08
Ministro Andreazza	23890886,92	21975724,97	1,09
Mirante da Serra	28491225,51	23711269,47	1,20
Monte Negro	40841559,04	35849934,44	1,14
Nova Brasilândia D'Oeste	47754471,41	42236071,60	1,13
Nova Mamoré	59697753,47	53268248,89	1,12
Nova União	22013310,62	18175421,02	1,21
Novo Horizonte do Oeste	25811071,29	22438933,77	1,15
Ouro Preto do Oeste	94908217,97	86672105,20	1,10
Parecis	19717793,44	19539378,65	1,01
Pimenta Bueno	89794916,68	92532332,56	0,97
Pimenteiras do Oeste	21014540,02	20391912,61	1,03
Porto Velho	1346657189,56	1296668602,58	1,04
Presidente Médici	46549896,32	46503900,72	1,00
Primavera de Rondônia	16856105,25	14375871,28	1,17
Rio Crespo	17666834,14	17218416,94	1,03
Rolim de Moura	123410323,88	110237810,76	1,12
Santa Luzia D'Oeste	25593620,11	23795671,14	1,08
São Felipe D'Oeste	18174967,37	16344984,18	1,11
São Francisco do Guaporé	57537173,90	51434100,51	1,12
São Miguel do Guaporé	62057168,14	53777650,30	1,15
Seringueiras	36385898,72	30633910,48	1,19
Teixeirópolis	17612730,78	17263867,28	1,02
Theobroma	32468045,99	32242881,95	1,01
Urupá	32185502,00	32779193,20	0,98
Vale do Anari	28833826,53	27151125,37	1,06
Vale do Paraíso	25602854,90	23480842,87	1,09
Vilhena	257424628,78	235593742,16	1,09

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2018				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	59833589,08	56866686,42	23167	128,07
Alto Alegre dos Parecis	36932282,04	37767633,00	13227	-63,15
Alto Paraíso	39705350,39	33934953,41	20999	274,79
Alvorada D'Oeste	42690667,06	40875573,36	14722	123,29
Ariquemes	247857800,35	226567111,90	106168	200,54

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2018				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Buritis	76340861,59	67376907,46	38937	230,22
Cabixi	23287523,72	21218292,66	5438	380,51
Cacaulândia	23020403,53	19320373,26	6190	597,74
Cacoal	186923365,38	186108328,80	84813	9,61
Campo Novo de Rondônia	43894328,23	39973619,43	14009	279,87
Candeias do Jamari	50866519,94	49159381,53	25983	65,70
Castanheiras	16721959,91	15351255,86	3119	439,47
Cerejeiras	48674713,29	50294757,86	16444	-98,52
Chupinguaia	39137614,22	37219774,76	10886	176,17
Colorado do Oeste	44473992,13	42043895,22	16227	149,76
Corumbiara	30524869,97	29348779,19	7567	155,42
Costa Marques	38461580,90	34978584,24	17855	195,07
Cujubim	49225727,38	41638289,56	24226	313,19
Espigão D'Oeste	72353779,09	61724815,61	32047	331,67
Governador Jorge Teixeira	29681017,18	26171995,07	8095	433,48
Guajará-Mirim	88133835,10	77224420,93	45783	238,29
Itapuã do Oeste	33859964,27	26226843,65	10272	743,10
Jaru	128743367,28	103811967,04	51933	480,07
Ji-Paraná	249276592,71	222882731,80	127907	206,35
Machadinho D'Oeste	86889351,91	80713801,12	39097	157,95
Ministro Andreazza	23890886,92	21975724,97	9762	196,19
Mirante da Serra	28491225,51	23711269,47	11080	431,40
Monte Negro	40841559,04	35849934,44	15695	318,04
Nova Brasilândia D'Oeste	47754471,41	42236071,60	20459	269,73
Nova Mamoré	59697753,47	53268248,89	29757	216,07
Nova União	22013310,62	18175421,02	7047	544,61
Novo Horizonte do Oeste	25811071,29	22438933,77	8751	385,34
Ouro Preto do Oeste	94908217,97	86672105,20	36340	226,64
Parecis	19717793,44	19539378,65	5947	30,00
Pimenta Bueno	89794916,68	92532332,56	36434	-75,13
Pimenteiras do Oeste	21014540,02	20391912,61	2191	284,17
Porto Velho	1346657189,56	1296668602,58	519.531	96,22
Presidente Médici	46549896,32	46503900,72	19409	2,37
Primavera de Rondônia	16856105,25	14375871,28	2939	843,90
Rio Crespo	17666834,14	17218416,94	3723	120,45
Rolim de Moura	123410323,88	110237810,76	54702	240,80
Santa Luzia D'Oeste	25593620,11	23795671,14	6781	265,15
São Felipe D'Oeste	18174967,37	16344984,18	5280	346,59
São Francisco do Guaporé	57537173,90	51434100,51	19842	307,58
São Miguel do Guaporé	62057168,14	53777650,30	22931	361,06
Seringueiras	36385898,72	30633910,48	11860	484,99

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2018				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Teixeirópolis	17612730,78	17263867,28	4384	79,58
Theobroma	32468045,99	32242881,95	10494	21,46
Urupá	32185502,00	32779193,20	11665	-50,90
Vale do Anari	28833826,53	27151125,37	11028	152,58
Vale do Paraíso	25602854,90	23480842,87	6998	303,23
Vilhena	257424628,78	235593742,16	97448	224,03

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	84723842,51	87555442,89	0,97
Alto Alegre dos Parecis	38251214,75	45448363,07	0,84
Alto Paraíso	43825410,25	45536743,37	0,96
Alvorada D'Oeste	29290946,67	84992090,04	0,34
Ariquemes	217959077,49	440544759,75	0,49
Buritis	72195494,48	139304298,37	0,52
Cabixi	24675960,99	25421002,64	0,97
Cacaulândia	27930068,78	44897083,26	0,62
Cacoal	197369598,36	222345990,04	0,89
Campo Novo de Rondônia	13623432,69	84404753,39	0,16
Candeias do Jamari	33425585,77	51701504,76	0,65
Castanheiras	17059813,15	32286608,82	0,53
Cerejeiras	102595030,52	105075722,09	0,98
Chupinguaia	38944288,23	39997593,11	0,97
Colorado do Oeste	53985274,32	56687738,59	0,95
Corumbiara	46632982,27	47999273,46	0,97
Costa Marques	23187686,39	31886270,10	0,73
Cujubim	28670286,40	70181371,14	0,41
Espigão D'Oeste	70665457,05	136976739,90	0,52
Governador Jorge Teixeira	12580977,91	54277455,28	0,23
Guajará-Mirim	-141852575,06	109112753,47	-1,30
Itapuã do Oeste	27104639,76	30676222,16	0,88
Jaru	2810701,54	188827188,32	0,01
Ji-Paraná	141532760,46	402111049,70	0,35
Machadinho D'Oeste	14701382,76	117236578,66	0,13
Ministro Andreazza	45662752,41	46424364,82	0,98
Mirante da Serra	24355044,04	67418945,43	0,36
Monte Negro	16334052,83	64971907,41	0,25

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Nova Brasilândia D'Oeste	-479903,23	79367937,51	-0,01
Nova Mamoré	10188065,74	95053697,95	0,11
Nova União	19751146,28	50642626,17	0,39
Novo Horizonte do Oeste	9978763,43	41220632,26	0,24
Ouro Preto do Oeste	-71113665,38	145606336,63	-0,49
Parecis	17495406,51	19124243,25	0,91
Pimenta Bueno	92874211,48	109026764,48	0,85
Pimenteiras do Oeste	18914212,41	19262147,38	0,98
Porto Velho	220609505,89	1410918040,77	0,16
Presidente Médici	42674504,00	69386762,99	0,62
Primavera de Rondônia	18731445,96	18936594,57	0,99
Rio Crespo	24285382,24	25611743,22	0,95
Rolim de Moura	121433427,45	250247862,99	0,49
Santa Luzia D'Oeste	29223767,44	30869310,42	0,95
São Felipe D'Oeste	20407185,23	20810795,18	0,98
São Francisco do Guaporé	53678085,67	96546670,05	0,56
São Miguel do Guaporé	34432326,27	102448368,43	0,34
Seringueiras	27771370,58	66326261,92	0,42
Teixeirópolis	31949048,77	32178225,84	0,99
Theobroma	35749899,49	67926742,91	0,53
Urupá	28197367,24	30035772,81	0,94
Vale do Anari	28938525,33	46777573,91	0,62
Vale do Paraíso	14672331,48	42679676,66	0,34
Vilhena	184518439,36	419244980,83	0,44

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	2432044,62	87555442,89	0,03
Alto Alegre dos Parecis	4605477,50	45448363,07	0,10
Alto Paraíso	561906,79	45536743,37	0,01
Alvorada D'Oeste	53791484,08	84992090,04	0,63
Ariquemes	200374962,06	440544759,75	0,45
Buritis	62854651,58	139304298,37	0,45
Cabixi	61367,34	25421002,64	0,00
Cacaulândia	14901556,17	44897083,26	0,33
Cacoal	21056632,69	222345990,04	0,09
Campo Novo de Rondônia	66937730,11	84404753,39	0,79

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Candeias do Jamari	14278482,68	51701504,76	0,28
Castanheiras	14854260,60	32286608,82	0,46
Cerejeiras	2429207,04	105075722,09	0,02
Chupinguaia	225034,74	39997593,11	0,01
Colorado do Oeste	1488308,00	56687738,59	0,03
Corumbiara	957791,07	47999273,46	0,02
Costa Marques	7862902,72	31886270,10	0,25
Cujubim	39783204,65	70181371,14	0,57
Espigão D'Oeste	65141484,71	136976739,90	0,48
Governador Jorge Teixeira	41047416,39	54277455,28	0,76
Guajará-Mirim	224774452,06	109112753,47	2,06
Itapuã do Oeste	2118762,36	30676222,16	0,07
Jaru	174473076,63	188827188,32	0,92
Ji-Paraná	247446784,16	402111049,70	0,62
Machadinho D'Oeste	96464063,87	117236578,66	0,82
Ministro Andreazza	334839,11	46424364,82	0,01
Mirante da Serra	42360641,65	67418945,43	0,63
Monte Negro	47671085,23	64971907,41	0,73
Nova Brasilândia D'Oeste	78589144,82	79367937,51	0,99
Nova Mamoré	82602638,02	95053697,95	0,87
Nova União	30866151,18	50642626,17	0,61
Novo Horizonte do Oeste	28666362,68	41220632,26	0,70
Ouro Preto do Oeste	213169970,15	145606336,63	1,46
Parecis	712578,40	19124243,25	0,04
Pimenta Bueno	14961504,55	109026764,48	0,14
Pimenteiras do Oeste	29390,72	19262147,38	0,00
Porto Velho	1028914729,44	1410918040,77	0,73
Presidente Médici	23483242,43	69386762,99	0,34
Primavera de Rondônia	116161,49	18936594,57	0,01
Rio Crespo	142700,26	25611743,22	0,01
Rolim de Moura	119216731,32	250247862,99	0,48
Santa Luzia D'Oeste	1024054,82	30869310,42	0,03
São Felipe D'Oeste	0,00	20810795,18	0,00
São Francisco do Guaporé	42596606,22	96546670,05	0,44
São Miguel do Guaporé	65181350,95	102448368,43	0,64
Seringueiras	38254845,93	66326261,92	0,58
Teixeirópolis	0,00	32178225,84	0,00
Theobroma	30761139,61	67926742,91	0,45
Urupá	1578459,29	30035772,81	0,05
Vale do Anari	15998627,89	46777573,91	0,34
Vale do Paraíso	25439894,10	42679676,66	0,60

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Vilhena	229988517,03	419244980,83	0,55

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	2432044,62	23167	104,98
Alto Alegre dos Parecis	4605477,50	13227	348,19
Alto Paraíso	561906,79	20999	26,76
Alvorada D'Oeste	53791484,08	14722	3653,82
Ariquemes	200374962,06	106168	1887,34
Buritis	62854651,58	38937	1614,27
Cabixi	61367,34	5438	11,28
Cacaulândia	14901556,17	6190	2407,36
Cacoal	21056632,69	84813	248,27
Campo Novo de Rondônia	66937730,11	14009	4778,19
Candeias do Jamari	14278482,68	25983	549,53
Castanheiras	14854260,60	3119	4762,51
Cerejeiras	2429207,04	16444	147,73
Chupinguaia	225034,74	10886	20,67
Colorado do Oeste	1488308,00	16227	91,72
Corumbiara	957791,07	7567	126,57
Costa Marques	7862902,72	17855	440,38
Cujubim	39783204,65	24226	1642,17
Espigão D'Oeste	65141484,71	32047	2032,69
Governador Jorge Teixeira	41047416,39	8095	5070,71
Guajará-Mirim	224774452,06	45783	4909,56
Itapuã do Oeste	2118762,36	10272	206,27
Jaru	174473076,63	51933	3359,58
Ji-Paraná	247446784,16	127907	1934,58
Machadinho D'Oeste	96464063,87	39097	2467,30
Ministro Andreazza	334839,11	9762	34,30
Mirante da Serra	42360641,65	11080	3823,16
Monte Negro	47671085,23	15695	3037,34
Nova Brasilândia D'Oeste	78589144,82	20459	3841,30
Nova Mamoré	82602638,02	29757	2775,91
Nova União	30866151,18	7047	4380,04
Novo Horizonte do Oeste	28666362,68	8751	3275,78
Ouro Preto do Oeste	213169970,15	36340	5865,99

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Parecis	712578,40	5947	119,82
Pimenta Bueno	14961504,55	36434	410,65
Pimenteiras do Oeste	29390,72	2191	13,41
Porto Velho	1028914729,44	519.531	1980,47
Presidente Médici	23483242,43	19409	1209,92
Primavera de Rondônia	116161,49	2939	39,52
Rio Crespo	142700,26	3723	38,33
Rolim de Moura	119216731,32	54702	2179,39
Santa Luzia D'Oeste	1024054,82	6781	151,02
São Felipe D'Oeste	0,00	5280	0,00
São Francisco do Guaporé	42596606,22	19842	2146,79
São Miguel do Guaporé	65181350,95	22931	2842,50
Seringueiras	38254845,93	11860	3225,54
Teixeirópolis	0,00	4384	0,00
Theobroma	30761139,61	10494	2931,31
Urupá	1578459,29	11665	135,32
Vale do Anari	15998627,89	11028	1450,73
Vale do Paraíso	25439894,10	6998	3635,31
Vilhena	229988517,03	97448	2360,12

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	4230828,72	23167	182,62
Alto Alegre dos Parecis	1399061,83	13227	105,77
Alto Paraíso	2366128,32	20999	112,68
Alvorada D'Oeste	2064482,47	14722	140,23
Ariquemes	44979652,21	106168	423,66
Buritis	7648859,23	38937	196,44
Cabixi	1460288,40	5438	268,53
Cacaulândia	1183591,49	6190	191,21
Cacoal	39114802,65	84813	461,19
Campo Novo de Rondônia	2206817,42	14009	157,53
Candeias do Jamari	4524866,80	25983	174,15
Castanheiras	592174,40	3119	189,86
Cerejeiras	6054108,28	16444	368,17
Chupinguaia	2226790,66	10886	204,56
Colorado do Oeste	3527918,40	16227	217,41

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Corumbiara	2064603,65	7567	272,84
Costa Marques	1470988,64	17855	82,39
Cujubim	2438587,47	24226	100,66
Espigão D'Oeste	6729682,68	32047	209,99
Governador Jorge Teixeira	1088007,87	8095	134,40
Guajará-Mirim	7572163,40	45783	165,39
Itapuã do Oeste	1810142,58	10272	176,22
Jaru	19310683,30	51933	371,84
Ji-Paraná	50821995,56	127907	397,34
Machadinho D'Oeste	7472006,69	39097	191,11
Ministro Andreazza	1006049,11	9762	103,06
Mirante da Serra	1389172,86	11080	125,38
Monte Negro	1897347,81	15695	120,89
Nova Brasilândia D'Oeste	1994456,72	20459	97,49
Nova Mamoré	2657864,95	29757	89,32
Nova União	826380,72	7047	117,27
Novo Horizonte do Oeste	1221479,76	8751	139,58
Ouro Preto do Oeste	10729894,94	36340	295,26
Parecis	838432,91	5947	140,98
Pimenta Bueno	11341792,86	36434	311,30
Pimenteiras do Oeste	1224807,09	2191	559,02
Porto Velho	286266568,24	519.531	551,01
Presidente Médici	4558857,20	19409	234,88
Primavera de Rondônia	375882,68	2939	127,89
Rio Crespo	804000,46	3723	215,95
Rolim de Moura	20191181,08	54702	369,11
Santa Luzia D'Oeste	1593188,03	6781	234,95
São Felipe D'Oeste	525170,23	5280	99,46
São Francisco do Guaporé	3180933,34	19842	160,31
São Miguel do Guaporé	3398199,35	22931	148,19
Seringueiras	1919508,75	11860	161,85
Teixeirópolis	952249,01	4384	217,21
Theobroma	1062972,02	10494	101,29
Urupá	2157851,14	11665	184,99
Vale do Anari	866104,07	11028	78,54
Vale do Paraíso	1234364,02	6998	176,39
Vilhena	41570448,13	97448	426,59

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	59833589,08	23167	2582,71
Alto Alegre dos Parecis	36932282,04	13227	2792,19
Alto Paraíso	39705350,39	20999	1890,82
Alvorada D'Oeste	42690667,06	14722	2899,79
Ariquemes	247857800,35	106168	2334,58
Buritis	76340861,59	38937	1960,63
Cabixi	23287523,72	5438	4282,37
Cacaulândia	23020403,53	6190	3718,97
Cacoal	186923365,38	84813	2203,95
Campo Novo de Rondônia	43894328,23	14009	3133,29
Candeias do Jamari	50866519,94	25983	1957,68
Castanheiras	16721959,91	3119	5361,32
Cerejeiras	48674713,29	16444	2960,03
Chupinguaia	39137614,22	10886	3595,22
Colorado do Oeste	44473992,13	16227	2740,74
Corumbiara	30524869,97	7567	4033,95
Costa Marques	38461580,90	17855	2154,11
Cujubim	49225727,38	24226	2031,94
Espigão D'Oeste	72353779,09	32047	2257,74
Governador Jorge Teixeira	29681017,18	8095	3666,59
Guajará-Mirim	88133835,10	45783	1925,03
Itapuã do Oeste	33859964,27	10272	3296,34
Jaru	128743367,28	51933	2479,03
Ji-Paraná	249276592,71	127907	1948,89
Machadinho D'Oeste	86889351,91	39097	2222,40
Ministro Andreazza	23890886,92	9762	2447,34
Mirante da Serra	28491225,51	11080	2571,41
Monte Negro	40841559,04	15695	2602,20
Nova Brasilândia D'Oeste	47754471,41	20459	2334,15
Nova Mamoré	59697753,47	29757	2006,18
Nova União	22013310,62	7047	3123,78
Novo Horizonte do Oeste	25811071,29	8751	2949,50
Ouro Preto do Oeste	94908217,97	36340	2611,67
Parecis	19717793,44	5947	3315,59
Pimenta Bueno	89794916,68	36434	2464,59
Pimenteiras do Oeste	21014540,02	2191	9591,30
Porto Velho	1346657189,56	519.531	2592,06
Presidente Médici	46549896,32	19409	2398,37
Primavera de Rondônia	16856105,25	2939	5735,32
Rio Crespo	17666834,14	3723	4745,32
Rolim de Moura	123410323,88	54702	2256,05

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Santa Luzia D'Oeste	25593620,11	6781	3774,31
São Felipe D'Oeste	18174967,37	5280	3442,23
São Francisco do Guaporé	57537173,90	19842	2899,77
São Miguel do Guaporé	62057168,14	22931	2706,26
Seringueiras	36385898,72	11860	3067,95
Teixeirópolis	17612730,78	4384	4017,50
Theobroma	32468045,99	10494	3093,96
Urupá	32185502,00	11665	2759,15
Vale do Anari	28833826,53	11028	2614,60
Vale do Paraíso	25602854,90	6998	3658,60
Vilhena	257424628,78	97448	2641,66

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	56866686,42	23167	2454,64
Alto Alegre dos Parecis	37767633,00	13227	2855,34
Alto Paraíso	33934953,41	20999	1616,03
Alvorada D'Oeste	40875573,36	14722	2776,50
Ariquemes	226567111,90	106168	2134,04
Buritis	67376907,46	38937	1730,41
Cabixi	21218292,66	5438	3901,86
Cacaulândia	19320373,26	6190	3121,22
Cacoal	186108328,80	84813	2194,34
Campo Novo de Rondônia	39973619,43	14009	2853,42
Candeias do Jamari	49159381,53	25983	1891,98
Castanheiras	15351255,86	3119	4921,85
Cerejeiras	50294757,86	16444	3058,55
Chupinguaia	37219774,76	10886	3419,05
Colorado do Oeste	42043895,22	16227	2590,98
Corumbiara	29348779,19	7567	3878,52
Costa Marques	34978584,24	17855	1959,04
Cujubim	41638289,56	24226	1718,74
Espigão D'Oeste	61724815,61	32047	1926,07
Governador Jorge Teixeira	26171995,07	8095	3233,11
Guajará-Mirim	77224420,93	45783	1686,75
Itapuã do Oeste	26226843,65	10272	2553,24
Jaru	103811967,04	51933	1998,96

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2018			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Ji-Paraná	222882731,80	127907	1742,54
Machadinho D'Oeste	80713801,12	39097	2064,45
Ministro Andreazza	21975724,97	9762	2251,15
Mirante da Serra	23711269,47	11080	2140,01
Monte Negro	35849934,44	15695	2284,16
Nova Brasilândia D'Oeste	42236071,60	20459	2064,43
Nova Mamoré	53268248,89	29757	1790,11
Nova União	18175421,02	7047	2579,17
Novo Horizonte do Oeste	22438933,77	8751	2564,16
Ouro Preto do Oeste	86672105,20	36340	2385,03
Parecis	19539378,65	5947	3285,59
Pimenta Bueno	92532332,56	36434	2539,72
Pimenteiras do Oeste	20391912,61	2191	9307,13
Porto Velho	1296668602,58	519.531	2495,84
Presidente Médici	46503900,72	19409	2396,00
Primavera de Rondônia	14375871,28	2939	4891,42
Rio Crespo	17218416,94	3723	4624,88
Rolim de Moura	110237810,76	54702	2015,24
Santa Luzia D'Oeste	23795671,14	6781	3509,17
São Felipe D'Oeste	16344984,18	5280	3095,64
São Francisco do Guaporé	51434100,51	19842	2592,18
São Miguel do Guaporé	53777650,30	22931	2345,19
Seringueiras	30633910,48	11860	2582,96
Teixeirópolis	17263867,28	4384	3937,93
Theobroma	32242881,95	10494	3072,51
Urupá	32779193,20	11665	2810,05
Vale do Anari	27151125,37	11028	2462,02
Vale do Paraíso	23480842,87	6998	3355,36
Vilhena	235593742,16	97448	2417,64

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2019				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	9808331,67	0,00	569298,51	17,23
Alto Alegre dos Parecis	6533071,96	0,00	150372,74	43,45
Alto Paraíso	14365336,31	0,00	1281886,89	11,21
Alvorada D'Oeste	12637686,39	39325613,57	2955758,23	17,58
Ariquemes	37702036,18	201307777,50	12591547,04	18,98

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2019				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Buritis	31270523,96	53174535,95	4597438,87	18,37
Cabixi	9053993,77	0,00	970889,60	9,33
Cacaulândia	6122442,55	19453367,64	1912307,66	13,37
Cacoal	43643632,43	0,00	5227409,80	8,35
Campo Novo de Rondônia	332233,91	15619239,90	961,36	16592,61
Candeias do Jamari	11724633,58	0,00	4162161,12	2,82
Castanheiras	7570863,58	0,00	255361,07	29,65
Cerejeiras	7484132,07	0,00	242036,95	30,92
Chupinguaia	10152960,34	0,00	954017,09	10,64
Colorado do Oeste	8165364,77	0,00	2978264,68	2,74
Corumbiara	9585238,66	0,00	1152931,77	8,31
Costa Marques	9841295,26	20359,47	1106501,41	8,91
Cujubim	13880196,05	32061499,20	1794620,48	25,60
Espigão D'Oeste	23959334,86	67361155,26	6358197,97	14,36
Governador Jorge Teixeira	13293728,12	9527635,72	814265,90	28,03
Guajará-Mirim	40965083,00	22953484,41	35313766,46	1,81
Itapuã do Oeste	10249813,87	0,00	829354,93	12,36
Jaru	22222633,81	107098451,85	9876955,82	13,09
Ji-Paraná	66406108,18	174041291,88	16381540,82	14,68
Machadinho D'Oeste	23738635,85	35693138,51	6183190,54	9,61
Ministro Andreazza	9327390,44	0,00	581937,21	16,03
Mirante da Serra	4289102,73	21114678,33	1644644,45	15,45
Monte Negro	23388883,03	0,00	670171,84	34,90
Nova Brasilândia D'Oeste	35377650,98	0,00	276470,77	127,96
Nova Mamoré	6927130,22	39943993,36	1511004,67	31,02
Nova União	6936188,39	18303742,37	10167,51	2482,41
Novo Horizonte do Oeste	6222781,72	13643216,32	4014338,01	4,95
Ouro Preto do Oeste	7435377,77	88267783,15	4328843,79	22,11
Parecis	2614267,07	0,00	580240,50	4,51
Pimenta Bueno	24860070,84	0,00	1314312,26	18,91
Pimenteiras do Oeste	4250348,00	0,00	423734,67	10,03
Porto Velho	323028674,77	676045932,47	66392038,13	15,05
Presidente Médici	9110862,19	0,00	3191004,72	2,86
Primavera de Rondônia	3680799,86	0,00	393483,35	9,35
Rio Crespo	1427957,64	0,00	1695532,63	0,84
Rolim de Moura	19867753,38	4414098,88	8313132,96	2,92
Santa Luzia D'Oeste	6671239,52	0,00	122137,25	54,62
São Felipe D'Oeste	4038377,54	0,00	223959,32	18,03
São Francisco do Guaporé	10131918,48	34891479,24	1342407,50	33,54
São Miguel do Guaporé	17359002,82	44425863,72	1733564,33	35,64
Seringueiras	8546778,82	20611945,74	57939,92	503,26

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2019				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Teixeirópolis	10206335,35	0,00	24296,53	420,07
Theobroma	3082845,00	0,00	184520,67	16,71
Urupá	5639516,32	0,00	298465,35	18,90
Vale do Anari	5321691,38	11501495,30	969882,70	17,35
Vale do Paraíso	5529332,56	16002266,50	2864215,79	7,52
Vilhena	51713667,30	1831869,35	2805481,38	19,09

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2019							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (R$) (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Alta Floresta D'Oeste	9808331,67	0,00	684145,40	0,00	684145,40	569298,51	18,43
Alto Alegre dos Parecis	6533071,96	0,00	0,00	9600,00	9600,00	150372,74	43,51
Alto Paraíso	14365336,31	0,00	331675,99	73962,28	405638,27	1281886,89	11,52
Alvorada D'Oeste	12637686,39	39325613,57	36595,86	561076,73	597672,59	2955758,23	17,78
Ariquemes	37702036,18	201307777,50	6998237,48	5856036,72	12854274,20	12591547,04	20,00
Buritis	31270523,96	53174535,95	2251034,28	638621,21	2889655,49	4597438,87	19,00
Cabixi	9053993,77	0,00	0,00	0,00	0,00	970889,60	9,33
Cacaulândia	6122442,55	19453367,64	574705,91	304459,29	879165,20	1912307,66	13,83
Cacoal	43643632,43	0,00	0,00	12275,23	12275,23	5227409,80	8,35
Campo Novo de Rondônia	332233,91	15619239,90	2964321,00	1836662,74	4800983,74	961,36	21586,56
Candeias do Jamari	11724633,58	0,00	0,00	67181,62	67181,62	4162161,12	2,83
Castanheiras	7570863,58	0,00	155367,52	1818,37	157185,89	255361,07	30,26
Cerejeiras	7484132,07	0,00	0,00	127,69	127,69	242036,95	30,92
Chupinguaia	10152960,34	0,00	576087,20	228314,30	804401,50	954017,09	11,49
Colorado do Oeste	8165364,77	0,00	2348334,87	666455,70	3014790,57	2978264,68	3,75
Corumbiara	9585238,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1152931,77	8,31
Costa Marques	9841295,26	20359,47	0,00	0,00	0,00	1106501,41	8,91
Cujubim	13880196,05	32061499,20	306741,87	812197,10	1118938,97	1794620,48	26,22
Espigão D'Oeste	23959334,86	67361155,26	726667,46	9065,39	735732,85	6358197,97	14,48
Governador Jorge Teixeira	13293728,12	9527635,72	738381,44	12292,88	750674,32	814265,90	28,95
Guajará-Mirim	40965083,00	22953484,41	2716608,01	5488732,85	8205340,86	35313766,46	2,04
Itapuã do Oeste	10249813,87	0,00	262421,88	543176,10	805597,98	829354,93	13,33
Jaru	22222633,81	107098451,85	2514245,33	893105,43	3407350,76	9876955,82	13,44
Ji-Paraná	66406108,18	174041291,88	16829866,29	764093,62	17593959,91	16381540,82	15,75
Machadinho D'Oeste	23738635,85	35693138,51	3441259,03	715716,98	4156976,01	6183190,54	10,28

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2019							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (R$) (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Ministro Andreazza	9327390,44	0,00	0,00	0,00	0,00	581937,21	16,03
Mirante da Serra	4289102,73	21114678,33	254924,06	7298833,30	7553757,36	1644644,45	20,04
Monte Negro	23388883,03	0,00	3765499,87	0,00	3765499,87	670171,84	40,52
Nova Brasilândia D'Oeste	35377650,98	0,00	1109510,30	0,00	1109510,30	276470,77	131,97
Nova Mamoré	6927130,22	39943993,36	1378990,57	253546,83	1632537,40	1511004,67	32,10
Nova União	6936188,39	18303742,37	256485,54	32819,48	289305,02	10167,51	2510,86
Novo Horizonte do Oeste	6222781,72	13643216,32	213881,72	424442,61	638324,33	4014338,01	5,11
Ouro Preto do Oeste	7435377,77	88267783,15	592138,95	9342346,94	9934485,89	4328843,79	24,40
Parecis	2614267,07	0,00	0,00	11259,00	11259,00	580240,50	4,52
Pimenta Bueno	24860070,84	0,00	4728869,08	0,00	4728869,08	1314312,26	22,51
Pimenteiras do Oeste	4250348,00	0,00	376648,05	44968,94	421616,99	423734,67	11,03
Porto Velho	323028674,77	676045932,47	18701111,53	90569610,03	109270721,56	66392038,13	16,69
Presidente Médici	9110862,19	0,00	1958650,20	3290703,79	5249353,99	3191004,72	4,50
Primavera de Rondônia	3680799,86	0,00	0,00	9316,77	9316,77	393483,35	9,38
Rio Crespo	1427957,64	0,00	72450,51	2929,94	75380,45	1695532,63	0,89
Rolim de Moura	19867753,38	4414098,88	8669222,29	111277,93	8780500,22	8313132,96	3,98
Santa Luzia D'Oeste	6671239,52	0,00	0,00	5000,00	5000,00	122137,25	54,66
São Felipe D'Oeste	4038377,54	0,00	0,00	0,00	0,00	223959,32	18,03
São Francisco do Guaporé	10131918,48	34891479,24	0,00	0,00	0,00	1342407,50	33,54
São Miguel do Guaporé	17359002,82	44425863,72	798434,58	0,00	798434,58	1733564,33	36,10
Seringueiras	8546778,82	20611945,74	0,00	41858,67	41858,67	57939,92	503,98
Teixeirópolis	10206335,35	0,00	0,00	238,80	238,80	24296,53	420,08
Theobroma	3082845,00	0,00	42434,82	6873587,46	6916022,28	184520,67	54,19
Urupá	5639516,32	0,00	0,00	19250,00	19250,00	298465,35	18,96
Vale do Anari	5321691,38	11501495,30	648832,89	0,00	648832,89	969882,70	18,01

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2019							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (R$) (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Vale do Paraíso	5529332,56	16002266,50	223032,41	114868,20	337900,61	2864215,79	7,64
Vilhena	51713667,30	1831869,35	6706207,38	1839,88	6708047,26	2805481,38	21,48

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**1.3. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	10774977,11	569298,51	18,93
Alto Alegre dos Parecis	6641073,72	150372,74	44,16
Alto Paraíso	14858203,22	1281886,89	11,59
Alvorada D'Oeste	52820216,46	2955758,23	17,87
Ariquemes	254949496,95	12591547,04	20,25
Buritis	87379794,50	4597438,87	19,01
Cabixi	9796135,89	970889,60	10,09
Cacaulândia	26810512,34	1912307,66	14,02
Cacoal	47024963,55	5227409,80	9,00
Campo Novo de Rondônia	20752457,55	961,36	21586,56
Candeias do Jamari	11791815,20	4162161,12	2,83
Castanheiras	7995341,15	255361,07	31,31
Cerejeiras	7969794,22	242036,95	32,93
Chupinguaia	10974017,04	954017,09	11,50
Colorado do Oeste	11274928,32	2978264,68	3,79
Corumbiara	9737079,18	1152931,77	8,45
Costa Marques	9939383,61	1106501,41	8,98
Cujubim	47180214,05	1794620,48	26,29
Espigão D'Oeste	92118800,18	6358197,97	14,49
Governador Jorge Teixeira	23586817,38	814265,90	28,97
Guajará-Mirim	74591474,76	35313766,46	2,11
Itapuã do Oeste	11328881,05	829354,93	13,66
Jaru	133096853,93	9876955,82	13,48
Ji-Paraná	259984418,66	16381540,82	15,87
Machadinho D'Oeste	63960080,18	6183190,54	10,34
Ministro Andreazza	9330405,44	581937,21	16,03
Mirante da Serra	32965267,02	1644644,45	20,04
Monte Negro	27163388,69	670171,84	40,53
Nova Brasilândia D'Oeste	37684426,06	276470,77	136,31
Nova Mamoré	48612608,70	1511004,67	32,17
Nova União	25529804,78	10167,51	2510,92
Novo Horizonte do Oeste	20715955,62	4014338,01	5,16
Ouro Preto do Oeste	105765923,15	4328843,79	24,43
Parecis	2625526,07	580240,50	4,52
Pimenta Bueno	30352135,35	1314312,26	23,09
Pimenteiras do Oeste	4726621,13	423734,67	11,15
Porto Velho	1127776524,84	66392038,13	16,99
Presidente Médici	14899417,83	3191004,72	4,67
Primavera de Rondônia	3731641,37	393483,35	9,48
Rio Crespo	1811782,72	1695532,63	1,07
Rolim de Moura	34632874,54	8313132,96	4,17

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**1.3. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Santa Luzia D'Oeste	6695420,05	122137,25	54,82
São Felipe D'Oeste	4720465,53	223959,32	21,08
São Francisco do Guaporé	45108195,10	1342407,50	33,60
São Miguel do Guaporé	63665713,33	1733564,33	36,73
Seringueiras	30631651,27	57939,92	528,68
Teixeirópolis	10335159,97	24296,53	425,38
Theobroma	10311046,20	184520,67	55,88
Urupá	6578676,09	298465,35	22,04
Vale do Anari	17581154,62	969882,70	18,13
Vale do Paraíso	21869499,67	2864215,79	7,64
Vilhena	61460995,94	2805481,38	21,91

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	61367993,26	61540726,76	1,00
Alto Alegre dos Parecis	38041999,36	35903116,56	1,06
Alto Paraíso	42366088,08	44302291,21	0,96
Alvorada D'Oeste	45231577,56	38548265,42	1,17
Ariquemes	276577630,62	240896815,47	1,15
Buritis	84618270,50	89009153,83	0,95
Cabixi	26298355,07	26341675,13	1,00
Cacaulândia	24696958,26	20627111,66	1,20
Cacoal	224621221,73	229919960,97	0,98
Campo Novo de Rondônia	44486416,10	34851393,87	1,28
Candeias do Jamari	57728845,19	58758396,23	0,98
Castanheiras	17999024,98	18232206,78	0,99
Cerejeiras	50668315,70	50436892,58	1,00
Chupinguaia	46202372,39	44857317,35	1,03
Colorado do Oeste	49981921,89	52718586,54	0,95
Corumbiara	32250612,31	35157126,13	0,92
Costa Marques	35681703,03	39702875,92	0,90
Cujubim	54345372,38	47297192,76	1,15
Espigão D'Oeste	84433055,99	70751453,49	1,19
Governador Jorge Teixeira	32580941,26	28565026,95	1,14
Guajará-Mirim	98089970,62	88285979,11	1,11
Itapuã do Oeste	32868720,72	32234268,68	1,02
Jaru	146022282,38	127045065,21	1,15

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Ji-Paraná	279140955,80	243212067,65	1,15
Machadinho D'Oeste	93127746,96	83089872,33	1,12
Ministro Andreazza	29566225,41	29359114,32	1,01
Mirante da Serra	31595701,67	27598162,24	1,14
Monte Negro	41562720,93	41685369,39	1,00
Nova Brasilândia D'Oeste	54497709,06	49759243,06	1,10
Nova Mamoré	63880422,97	60609812,39	1,05
Nova União	22095263,75	18968069,21	1,16
Novo Horizonte do Oeste	26937353,11	23912551,17	1,13
Ouro Preto do Oeste	96085641,08	86191295,60	1,11
Parecis	19826575,35	19097098,43	1,04
Pimenta Bueno	105476806,41	99691914,56	1,06
Pimenteiras do Oeste	22064651,34	23094537,09	0,96
Porto Velho	1445229474,22	1412568065,70	1,02
Presidente Médici	49956673,65	49419238,00	1,01
Primavera de Rondônia	16241206,74	18902131,85	0,86
Rio Crespo	18568355,59	19607681,88	0,95
Rolim de Moura	143189176,74	128520425,82	1,11
Santa Luzia D'Oeste	26883624,68	26136137,80	1,03
São Felipe D'Oeste	18813439,21	18982093,14	0,99
São Francisco do Guaporé	59967414,00	52772668,15	1,14
São Miguel do Guaporé	65494722,84	57654081,48	1,14
Seringueiras	39284703,41	35429683,90	1,11
Teixeirópolis	18594402,51	16712801,42	1,11
Theobroma	33220924,60	30885176,92	1,08
Urupá	33076332,03	33179509,80	1,00
Vale do Anari	29820007,06	25963635,89	1,15
Vale do Paraíso	24639516,66	22056606,60	1,12
Vilhena	311676555,66	281921615,22	1,11

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2019				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	61367993,26	61540726,76	22945	-7,53
Alto Alegre dos Parecis	38041999,36	35903116,56	13241	161,53
Alto Paraíso	42366088,08	44302291,21	21428	-90,36
Alvorada D'Oeste	45231577,56	38548265,42	14411	463,76
Ariquemes	276577630,62	240896815,47	107863	330,80

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2019				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Buritis	84618270,50	89009153,83	39654	-110,73
Cabixi	26298355,07	26341675,13	5312	-8,16
Cacaulândia	24696958,26	20627111,66	6230	653,27
Cacoal	224621221,73	229919960,97	85359	-62,08
Campo Novo de Rondônia	44486416,10	34851393,87	14139	681,45
Candeias do Jamari	57728845,19	58758396,23	26693	-38,57
Castanheiras	17999024,98	18232206,78	3052	-76,40
Cerejeiras	50668315,70	50436892,58	16323	14,18
Chupinguaia	46202372,39	44857317,35	11182	120,29
Colorado do Oeste	49981921,89	52718586,54	15882	-172,31
Corumbiara	32250612,31	35157126,13	7391	-393,25
Costa Marques	35681703,03	39702875,92	18331	-219,36
Cujubim	54345372,38	47297192,76	25215	279,52
Espigão D'Oeste	84433055,99	70751453,49	32374	422,61
Governador Jorge Teixeira	32580941,26	28565026,95	7767	517,05
Guajará-Mirim	98089970,62	88285979,11	46174	212,33
Itapuã do Oeste	32868720,72	32234268,68	10458	60,67
Jaru	146022282,38	127045065,21	51775	366,53
Ji-Paraná	279140955,80	243212067,65	128969	278,59
Machadinho D'Oeste	93127746,96	83089872,33	39991	251,00
Ministro Andreazza	29566225,41	29359114,32	9660	21,44
Mirante da Serra	31595701,67	27598162,24	10947	365,17
Monte Negro	41562720,93	41685369,39	15852	-7,74
Nova Brasilândia D'Oeste	54497709,06	49759243,06	20474	231,44
Nova Mamoré	63880422,97	60609812,39	30583	106,94
Nova União	22095263,75	18968069,21	6970	448,66
Novo Horizonte do Oeste	26937353,11	23912551,17	8538	354,28
Ouro Preto do Oeste	96085641,08	86191295,60	36035	274,58
Parecis	19826575,35	19097098,43	6074	120,10
Pimenta Bueno	105476806,41	99691914,56	36660	157,80
Pimenteiras do Oeste	22064651,34	23094537,09	2169	-474,82
Porto Velho	1445229474,22	1412568065,70	529.544	61,68
Presidente Médici	49956673,65	49419238,00	18986	28,31
Primavera de Rondônia	16241206,74	18902131,85	2856	-931,70
Rio Crespo	18568355,59	19607681,88	3764	-276,12
Rolim de Moura	143189176,74	128520425,82	55058	266,42
Santa Luzia D'Oeste	26883624,68	26136137,80	6495	115,09
São Felipe D'Oeste	18813439,21	18982093,14	5172	-32,61
São Francisco do Guaporé	59967414,00	52772668,15	20266	355,02
São Miguel do Guaporé	65494722,84	57654081,48	23005	340,82
Seringueiras	39284703,41	35429683,90	11856	325,15

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2019				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Teixeirópolis	18594402,51	16712801,42	4308	436,77
Theobroma	33220924,60	30885176,92	10444	223,64
Urupá	33076332,03	33179509,80	11467	-9,00
Vale do Anari	29820007,06	25963635,89	11204	344,20
Vale do Paraíso	24639516,66	22056606,60	6825	378,45
Vilhena	311676555,66	281921615,22	99854	297,98

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	87705627,59	90270958,07	0,97
Alto Alegre dos Parecis	43989029,02	47455223,82	0,93
Alto Paraíso	48622761,16	49904648,05	0,97
Alvorada D'Oeste	33126232,87	97735447,85	0,34
Ariquemes	270710696,37	502336121,85	0,54
Buritis	138964314,25	206915542,03	0,67
Cabixi	28934412,66	29946191,06	0,97
Cacaulândia	18246538,76	42145907,00	0,43
Cacoal	222651308,90	259062404,31	0,86
Campo Novo de Rondônia	12908016,59	42970824,26	0,30
Candeias do Jamari	39728518,01	57044433,07	0,70
Castanheiras	22882095,35	40921816,76	0,56
Cerejeiras	114249933,07	116831539,35	0,98
Chupinguaia	46982619,04	48034789,59	0,98
Colorado do Oeste	61949383,04	65696709,61	0,94
Corumbiara	50258306,46	51975605,43	0,97
Costa Marques	26845743,04	36149006,96	0,74
Cujubim	15093795,61	63736324,34	0,24
Espigão D'Oeste	75988567,03	159291726,05	0,48
Governador Jorge Teixeira	14187304,10	60314364,43	0,24
Guajará-Mirim	-165807928,92	118995780,37	-1,39
Itapuã do Oeste	33028619,41	35875936,70	0,92
Jaru	2461298,49	208899956,16	0,01
Ji-Paraná	181215131,93	447967448,90	0,40
Machadinho D'Oeste	56609146,22	120189961,21	0,47
Ministro Andreazza	50962039,69	51799997,74	0,98
Mirante da Serra	35024592,77	74616607,79	0,47
Monte Negro	23706103,79	71326857,46	0,33

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Nova Brasilândia D'Oeste	5170997,29	91046493,50	0,06
Nova Mamoré	32659618,77	105523887,81	0,31
Nova União	19609617,72	54462180,60	0,36
Novo Horizonte do Oeste	21600280,16	54167550,21	0,40
Ouro Preto do Oeste	82304805,72	165990769,64	0,50
Parecis	20084512,07	21219733,72	0,95
Pimenta Bueno	112493632,57	122673912,47	0,92
Pimenteiras do Oeste	20866118,37	21289853,04	0,98
Porto Velho	644523896,56	1524450850,13	0,42
Presidente Médici	52494866,93	70593350,36	0,74
Primavera de Rondônia	18860481,15	19253964,50	0,98
Rio Crespo	23501222,26	25802229,71	0,91
Rolim de Moura	141549153,25	275138022,41	0,51
Santa Luzia D'Oeste	32672804,62	33812484,39	0,97
São Felipe D'Oeste	21069316,52	21293275,84	0,99
São Francisco do Guaporé	67493975,53	113769972,37	0,59
São Miguel do Guaporé	36010603,75	113676931,44	0,32
Seringueiras	36975005,10	78872291,53	0,47
Teixeirópolis	36744770,84	36769067,37	1,00
Theobroma	37032556,52	71133547,87	0,52
Urupá	32014287,35	33596471,80	0,95
Vale do Anari	28684312,82	46649354,24	0,61
Vale do Paraíso	22590241,69	46165617,34	0,49
Vilhena	212427730,40	450837905,57	0,47

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	1996031,97	90270958,07	0,02
Alto Alegre dos Parecis	3315822,06	47455223,82	0,07
Alto Paraíso	0,00	49904648,05	0,00
Alvorada D'Oeste	61653456,75	97735447,85	0,63
Ariquemes	219033878,44	502336121,85	0,44
Buritis	63353788,91	206915542,03	0,31
Cabixi	40888,80	29946191,06	0,00
Cacaulândia	21987060,58	42145907,00	0,52
Cacoal	31183685,61	259062404,31	0,12
Campo Novo de Rondônia	30061846,31	42970824,26	0,70

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Candeias do Jamari	13153753,94	57044433,07	0,23
Castanheiras	17784360,34	40921816,76	0,43
Cerejeiras	2339569,33	116831539,35	0,02
Chupinguaia	98153,46	48034789,59	0,00
Colorado do Oeste	769061,89	65696709,61	0,01
Corumbiara	564367,20	51975605,43	0,01
Costa Marques	8196762,51	36149006,96	0,23
Cujubim	46847908,25	63736324,34	0,74
Espigão D'Oeste	76944961,05	159291726,05	0,48
Governador Jorge Teixeira	45312794,43	60314364,43	0,75
Guajará-Mirim	249489942,83	118995780,37	2,10
Itapuã do Oeste	2017962,36	35875936,70	0,06
Jaru	196561701,85	208899956,16	0,94
Ji-Paraná	250370776,15	447967448,90	0,56
Machadinho D'Oeste	57397624,45	120189961,21	0,48
Ministro Andreazza	256020,84	51799997,74	0,00
Mirante da Serra	37947370,57	74616607,79	0,51
Monte Negro	46950581,83	71326857,46	0,66
Nova Brasilândia D'Oeste	85599025,44	91046493,50	0,94
Nova Mamoré	71353264,37	105523887,81	0,68
Nova União	34842395,37	54462180,60	0,64
Novo Horizonte do Oeste	28552932,04	54167550,21	0,53
Ouro Preto do Oeste	79357120,13	165990769,64	0,48
Parecis	554981,15	21219733,72	0,03
Pimenta Bueno	8865967,64	122673912,47	0,07
Pimenteiras do Oeste	0,00	21289853,04	0,00
Porto Velho	813534915,44	1524450850,13	0,53
Presidente Médici	14907478,71	70593350,36	0,21
Primavera de Rondônia	0,00	19253964,50	0,00
Rio Crespo	605474,82	25802229,71	0,02
Rolim de Moura	125275736,20	275138022,41	0,46
Santa Luzia D'Oeste	1017542,52	33812484,39	0,03
São Felipe D'Oeste	0,00	21293275,84	0,00
São Francisco do Guaporé	44933589,34	113769972,37	0,39
São Miguel do Guaporé	75932763,36	113676931,44	0,67
Seringueiras	41839346,51	78872291,53	0,53
Teixeirópolis	0,00	36769067,37	0,00
Theobroma	33916470,68	71133547,87	0,48
Urupá	1283719,10	33596471,80	0,04
Vale do Anari	16995158,72	46649354,24	0,36
Vale do Paraíso	20711159,86	46165617,34	0,45

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Vilhena	235604693,79	450837905,57	0,52

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	1996031,97	22945	86,99
Alto Alegre dos Parecis	3315822,06	13241	250,42
Alto Paraíso	0,00	21428	0,00
Alvorada D'Oeste	61653456,75	14411	4278,22
Ariquemes	219033878,44	107863	2030,67
Buritis	63353788,91	39654	1597,66
Cabixi	40888,80	5312	7,70
Cacaulândia	21987060,58	6230	3529,22
Cacoal	31183685,61	85359	365,32
Campo Novo de Rondônia	30061846,31	14139	2126,16
Candeias do Jamari	13153753,94	26693	492,78
Castanheiras	17784360,34	3052	5827,12
Cerejeiras	2339569,33	16323	143,33
Chupinguaia	98153,46	11182	8,78
Colorado do Oeste	769061,89	15882	48,42
Corumbiara	564367,20	7391	76,36
Costa Marques	8196762,51	18331	447,15
Cujubim	46847908,25	25215	1857,94
Espigão D'Oeste	76944961,05	32374	2376,75
Governador Jorge Teixeira	45312794,43	7767	5834,01
Guajará-Mirim	249489942,83	46174	5403,26
Itapuã do Oeste	2017962,36	10458	192,96
Jaru	196561701,85	51775	3796,46
Ji-Paraná	250370776,15	128969	1941,33
Machadinho D'Oeste	57397624,45	39991	1435,26
Ministro Andreazza	256020,84	9660	26,50
Mirante da Serra	37947370,57	10947	3466,46
Monte Negro	46950581,83	15852	2961,81
Nova Brasilândia D'Oeste	85599025,44	20474	4180,86
Nova Mamoré	71353264,37	30583	2333,10
Nova União	34842395,37	6970	4998,91
Novo Horizonte do Oeste	28552932,04	8538	3344,22
Ouro Preto do Oeste	79357120,13	36035	2202,22

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Parecis	554981,15	6074	91,37
Pimenta Bueno	8865967,64	36660	241,84
Pimenteiras do Oeste	0,00	2169	0,00
Porto Velho	813534915,44	529.544	1536,29
Presidente Médici	14907478,71	18986	785,18
Primavera de Rondônia	0,00	2856	0,00
Rio Crespo	605474,82	3764	160,86
Rolim de Moura	125275736,20	55058	2275,34
Santa Luzia D'Oeste	1017542,52	6495	156,67
São Felipe D'Oeste	0,00	5172	0,00
São Francisco do Guaporé	44933589,34	20266	2217,19
São Miguel do Guaporé	75932763,36	23005	3300,71
Seringueiras	41839346,51	11856	3528,96
Teixeirópolis	0,00	4308	0,00
Theobroma	33916470,68	10444	3247,46
Urupá	1283719,10	11467	111,95
Vale do Anari	16995158,72	11204	1516,88
Vale do Paraíso	20711159,86	6825	3034,60
Vilhena	235604693,79	99854	2359,49

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	4971728,83	22945	216,68
Alto Alegre dos Parecis	1589243,66	13241	120,02
Alto Paraíso	2652703,44	21428	123,80
Alvorada D'Oeste	2395146,90	14411	166,20
Ariquemes	53299393,72	107863	494,14
Buritis	8728008,59	39654	220,10
Cabixi	1516475,66	5312	285,48
Cacaulândia	1314149,05	6230	210,94
Cacoal	48789898,14	85359	571,58
Campo Novo de Rondônia	2021588,08	14139	142,98
Candeias do Jamari	6792771,11	26693	254,48
Castanheiras	561101,55	3052	183,85
Cerejeiras	6752441,51	16323	413,68
Chupinguaia	2783794,56	11182	248,95

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Colorado do Oeste	4531014,51	15882	285,29
Corumbiara	2177365,58	7391	294,60
Costa Marques	1975039,51	18331	107,74
Cujubim	2921190,17	25215	115,85
Espigão D'Oeste	8169278,38	32374	252,34
Governador Jorge Teixeira	1694417,15	7767	218,16
Guajará-Mirim	8496450,37	46174	184,01
Itapuã do Oeste	3370673,21	10458	322,31
Jaru	21124897,96	51775	408,01
Ji-Paraná	56641112,09	128969	439,18
Machadinho D'Oeste	8564820,23	39991	214,17
Ministro Andreazza	1177259,25	9660	121,87
Mirante da Serra	1792212,24	10947	163,72
Monte Negro	2247954,66	15852	141,81
Nova Brasilândia D'Oeste	3994470,58	20474	195,10
Nova Mamoré	3772812,19	30583	123,36
Nova União	1361056,95	6970	195,27
Novo Horizonte do Oeste	1735720,51	8538	203,29
Ouro Preto do Oeste	12022421,55	36035	333,63
Parecis	681236,37	6074	112,16
Pimenta Bueno	23038115,63	36660	628,43
Pimenteiras do Oeste	1251321,96	2169	576,91
Porto Velho	283091307,47	529.544	534,59
Presidente Médici	5569384,84	18986	293,34
Primavera de Rondônia	567645,54	2856	198,76
Rio Crespo	1363850,20	3764	362,34
Rolim de Moura	27418187,10	55058	497,99
Santa Luzia D'Oeste	2110734,02	6495	324,98
São Felipe D'Oeste	864867,98	5172	167,22
São Francisco do Guaporé	3643052,40	20266	179,76
São Miguel do Guaporé	4445059,15	23005	193,22
Seringueiras	1966658,64	11856	165,88
Teixeirópolis	1168335,10	4308	271,20
Theobroma	1273410,41	10444	121,93
Urupá	2950670,25	11467	257,32
Vale do Anari	1519521,55	11204	135,62
Vale do Paraíso	1241110,98	6825	181,85
Vilhena	51162005,77	99854	512,37

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	61367993,26	22945	2674,57
Alto Alegre dos Parecis	38041999,36	13241	2873,05
Alto Paraíso	42366088,08	21428	1977,14
Alvorada D'Oeste	45231577,56	14411	3138,68
Ariquemes	276577630,62	107863	2564,16
Buritis	84618270,50	39654	2133,92
Cabixi	26298355,07	5312	4950,74
Cacaulândia	24696958,26	6230	3964,20
Cacoal	224621221,73	85359	2631,49
Campo Novo de Rondônia	44486416,10	14139	3146,36
Candeias do Jamari	57728845,19	26693	2162,70
Castanheiras	17999024,98	3052	5897,45
Cerejeiras	50668315,70	16323	3104,11
Chupinguaia	46202372,39	11182	4131,85
Colorado do Oeste	49981921,89	15882	3147,08
Corumbiara	32250612,31	7391	4363,50
Costa Marques	35681703,03	18331	1946,52
Cujubim	54345372,38	25215	2155,28
Espigão D'Oeste	84433055,99	32374	2608,05
Governador Jorge Teixeira	32580941,26	7767	4194,79
Guajará-Mirim	98089970,62	46174	2124,36
Itapuã do Oeste	32868720,72	10458	3142,93
Jaru	146022282,38	51775	2820,32
Ji-Paraná	279140955,80	128969	2164,40
Machadinho D'Oeste	93127746,96	39991	2328,72
Ministro Andreazza	29566225,41	9660	3060,69
Mirante da Serra	31595701,67	10947	2886,24
Monte Negro	41562720,93	15852	2621,92
Nova Brasilândia D'Oeste	54497709,06	20474	2661,80
Nova Mamoré	63880422,97	30583	2088,76
Nova União	22095263,75	6970	3170,05
Novo Horizonte do Oeste	26937353,11	8538	3155,00
Ouro Preto do Oeste	96085641,08	36035	2666,45
Parecis	19826575,35	6074	3264,17
Pimenta Bueno	105476806,41	36660	2877,16
Pimenteiras do Oeste	22064651,34	2169	10172,73
Porto Velho	1445229474,22	529.544	2729,20
Presidente Médici	49956673,65	18986	2631,24
Primavera de Rondônia	16241206,74	2856	5686,70
Rio Crespo	18568355,59	3764	4933,14
Rolim de Moura	143189176,74	55058	2600,70

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Santa Luzia D'Oeste	26883624,68	6495	4139,13
São Felipe D'Oeste	18813439,21	5172	3637,56
São Francisco do Guaporé	59967414,00	20266	2959,02
São Miguel do Guaporé	65494722,84	23005	2846,98
Seringueiras	39284703,41	11856	3313,49
Teixeirópolis	18594402,51	4308	4316,25
Theobroma	33220924,60	10444	3180,86
Urupá	33076332,03	11467	2884,48
Vale do Anari	29820007,06	11204	2661,55
Vale do Paraíso	24639516,66	6825	3610,19
Vilhena	311676555,66	99854	3121,32

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	61540726,76	22945	2682,10
Alto Alegre dos Parecis	35903116,56	13241	2711,51
Alto Paraíso	44302291,21	21428	2067,50
Alvorada D'Oeste	38548265,42	14411	2674,92
Ariquemes	240896815,47	107863	2233,36
Buritis	89009153,83	39654	2244,65
Cabixi	26341675,13	5312	4958,90
Cacaulândia	20627111,66	6230	3310,93
Cacoal	229919960,97	85359	2693,56
Campo Novo de Rondônia	34851393,87	14139	2464,91
Candeias do Jamari	58758396,23	26693	2201,27
Castanheiras	18232206,78	3052	5973,86
Cerejeiras	50436892,58	16323	3089,93
Chupinguaia	44857317,35	11182	4011,56
Colorado do Oeste	52718586,54	15882	3319,39
Corumbiara	35157126,13	7391	4756,75
Costa Marques	39702875,92	18331	2165,89
Cujubim	47297192,76	25215	1875,76
Espigão D'Oeste	70751453,49	32374	2185,44
Governador Jorge Teixeira	28565026,95	7767	3677,74
Guajará-Mirim	88285979,11	46174	1912,03
Itapuã do Oeste	32234268,68	10458	3082,26
Jaru	127045065,21	51775	2453,79

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2019			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Ji-Paraná	243212067,65	128969	1885,82
Machadinho D'Oeste	83089872,33	39991	2077,71
Ministro Andreazza	29359114,32	9660	3039,25
Mirante da Serra	27598162,24	10947	2521,07
Monte Negro	41685369,39	15852	2629,66
Nova Brasilândia D'Oeste	49759243,06	20474	2430,36
Nova Mamoré	60609812,39	30583	1981,81
Nova União	18968069,21	6970	2721,39
Novo Horizonte do Oeste	23912551,17	8538	2800,72
Ouro Preto do Oeste	86191295,60	36035	2391,88
Parecis	19097098,43	6074	3144,07
Pimenta Bueno	99691914,56	36660	2719,36
Pimenteiras do Oeste	23094537,09	2169	10647,55
Porto Velho	1412568065,70	529.544	2667,52
Presidente Médici	49419238,00	18986	2602,93
Primavera de Rondônia	18902131,85	2856	6618,39
Rio Crespo	19607681,88	3764	5209,27
Rolim de Moura	128520425,82	55058	2334,27
Santa Luzia D'Oeste	26136137,80	6495	4024,04
São Felipe D'Oeste	18982093,14	5172	3670,16
São Francisco do Guaporé	52772668,15	20266	2604,00
São Miguel do Guaporé	57654081,48	23005	2506,15
Seringueiras	35429683,90	11856	2988,33
Teixeirópolis	16712801,42	4308	3879,48
Theobroma	30885176,92	10444	2957,22
Urupá	33179509,80	11467	2893,48
Vale do Anari	25963635,89	11204	2317,35
Vale do Paraíso	22056606,60	6825	3231,74
Vilhena	281921615,22	99854	2823,34

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2023				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	54308025,66	0,00	3881382,37	13,99
Alto Alegre dos Parecis	27349482,35	0,00	552020,21	49,54
Alto Paraíso	28429003,30	0,00	4746591,68	5,99
Alvorada D'Oeste	16432303,14	75811903,17	1588592,00	58,07
Ariquemes	148328470,25	355317223,90	10015622,41	50,29

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2023				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Buritis	57715071,03	107495072,77	33720673,07	4,90
Cabixi	22374950,99	0,00	1698061,93	13,18
Cacaulândia	17136106,19	31888454,78	1380563,08	35,51
Cacoal	98365691,76	0,00	10821942,75	9,09
Campo Novo de Rondônia	16408516,03	61858826,16	3231503,04	24,22
Candeias do Jamari	25140150,35	0,00	12904681,74	1,95
Castanheiras	7376401,72	10541071,39	136877,12	130,90
Cerejeiras	51814675,56	0,00	2073292,89	24,99
Chupinguaia	21579552,63	0,00	2364842,29	9,13
Colorado do Oeste	30683534,57	0,00	2750850,86	11,15
Corumbiara	42312203,07	0,00	2253846,25	18,77
Costa Marques	16474469,24	0,00	1091916,12	15,09
Cujubim	24017841,02	0,00	5069467,97	4,74
Espigão D'Oeste	61823305,42	99551224,25	11332025,30	14,24
Governador Jorge Teixeira	16927189,00	29209329,59	3297626,59	13,99
Guajará-Mirim	116690298,31	29067522,47	66447599,27	2,19
Itapuã do Oeste	39721737,39	0,00	4826205,81	8,23
Jaru	54235414,71	171378609,82	16609322,30	13,58
Ji-Paraná	232115954,68	281869382,20	32248423,14	15,94
Machadinho D'Oeste	46276038,13	82385263,03	13156761,40	9,78
Ministro Andreazza	21769797,94	0,00	918670,87	23,70
Mirante da Serra	20811661,63	34350943,57	1814833,31	30,40
Monte Negro	22874100,34	35764773,47	4885438,53	12,00
Nova Brasilândia D'Oeste	85465643,51	0,00	4070795,47	20,99
Nova Mamoré	38187718,09	84048354,67	2099224,61	58,23
Nova União	35488861,71	26168144,84	1384469,62	44,53
Novo Horizonte do Oeste	41103518,38	1237703,51	4197257,24	10,09
Ouro Preto do Oeste	52973739,49	117532055,87	8500556,83	20,06
Parecis	17601214,89	0,00	626799,77	28,08
Pimenta Bueno	50572072,36	0,00	3062350,93	16,51
Pimenteiras do Oeste	5389488,52	0,00	1710045,12	3,15
Porto Velho	1183319067,23	342046293,82	159720428,92	9,55
Presidente Médici	22911868,42	0,00	6013716,26	3,81
Primavera de Rondônia	8066993,10	0,00	61766,14	130,61
Rio Crespo	9448994,77	0,00	3136124,53	3,01
Rolim de Moura	74013566,52	7998601,52	13964123,34	5,87
Santa Luzia D'Oeste	34319293,77	0,00	925234,51	37,09
São Felipe D'Oeste	24392671,96	0,00	120386,20	202,62
São Francisco do Guaporé	55471261,59	57334087,34	1184697,40	95,22

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2023				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
São Miguel do Guaporé	21977067,22	81888136,46	6550761,49	15,86
Seringueiras	25488614,13	39773357,90	800894,13	81,49
Teixeirópolis	28225654,29	0,00	17778,57	1587,62
Theobroma	15332275,48	32039716,48	507343,39	93,37
Urupá	25436588,22	0,00	518324,91	49,07
Vale do Anari	13376532,65	22068764,58	455731,63	77,78
Vale do Paraíso	8811960,33	26121570,10	7123068,96	4,90
Vilhena	164079355,12	739189,72	7670668,11	21,49

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2023							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Alta Floresta D'Oeste	54308025,66	0,00	3138031,63	0,00	3138031,63	3881382,37	14,80
Alto Alegre dos Parecis	27349482,35	0,00	0,00	10194,14	10194,14	552020,21	49,56
Alto Paraíso	28429003,30	0,00	104589,92	143788,60	248378,52	4746591,68	6,04
Alvorada D'Oeste	16432303,14	75811903,17	36566,59	774941,88	811508,47	1588592,00	58,58
Ariquemes	148328470,25	355317223,90	11961802,76	1116268,49	13078071,25	10015622,41	51,59
Buritis	57715071,03	107495072,77	6642869,77	4625612,75	11268482,52	33720673,07	5,23
Cabixi	22374950,99	0,00	288044,21	868,03	288912,24	1698061,93	13,35
Cacaulândia	17136106,19	31888454,78	289024,98	12257,80	301282,78	1380563,08	35,73
Cacoal	98365691,76	0,00	13126528,44	13698,31	13140226,75	10821942,75	10,30
Campo Novo de Rondônia	16408516,03	61858826,16	4055627,59	2851285,75	6906913,34	3231503,04	26,36
Candeias do Jamari	25140150,35	0,00	0,00	66346,41	66346,41	12904681,74	1,95
Castanheiras	7376401,72	10541071,39	167854,02	42300,78	210154,80	136877,12	132,44
Cerejeiras	51814675,56	0,00	2680601,41	68522,06	2749123,47	2073292,89	26,32
Chupinguaia	21579552,63	0,00	980156,29	228314,30	1208470,59	2364842,29	9,64
Colorado do Oeste	30683534,57	0,00	1876000,00	1098391,14	2974391,14	2750850,86	12,24
Corumbiara	42312203,07	0,00	319557,84	25085,59	344643,43	2253846,25	18,93
Costa Marques	16474469,24	0,00	0,00	499116,06	499116,06	1091916,12	15,54
Cujubim	24017841,02	0,00	857447,73	499116,06	1356563,79	5069467,97	5,01
Espigão D'Oeste	61823305,42	99551224,25	3697412,99	20424,19	3717837,18	11332025,30	14,57
Governador Jorge Teixeira	16927189,00	29209329,59	185253,90	297420,32	482674,22	3297626,59	14,14
Guajará-Mirim	116690298,31	29067522,47	1446019,44	44386744,00	45832763,44	66447599,27	2,88
Itapuã do Oeste	39721737,39	0,00	0,00	23754,01	23754,01	4826205,81	8,24
Jaru	54235414,71	171378609,82	3290783,29	3648770,72	6939554,01	16609322,30	14,00
Ji-Paraná	232115954,68	281869382,20	11477371,75	2562740,77	14040112,52	32248423,14	16,37
Machadinho D'Oeste	46276038,13	82385263,03	20472713,50	222432,92	20695146,42	13156761,40	11,35

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2023							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Ministro Andreazza	21769797,94	0,00	0,00	0,00	0,00	918670,87	23,70
Mirante da Serra	20811661,63	34350943,57	0,00	552396,08	552396,08	1814833,31	30,70
Monte Negro	22874100,34	35764773,47	4206981,93	2516141,92	6723123,85	4885438,53	13,38
Nova Brasilândia D'Oeste	85465643,51	0,00	562420,22	412580,22	975000,44	4070795,47	21,23
Nova Mamoré	38187718,09	84048354,67	1231377,83	43067,08	1274444,91	2099224,61	58,84
Nova União	35488861,71	26168144,84	424677,90	573039,39	997717,29	1384469,62	45,26
Novo Horizonte do Oeste	41103518,38	1237703,51	601298,99	993205,96	1594504,95	4197257,24	10,47
Ouro Preto do Oeste	52973739,49	117532055,87	2837083,45	3469616,47	6306699,92	8500556,83	20,80
Parecis	17601214,89	0,00	0,00	8764,00	8764,00	626799,77	28,10
Pimenta Bueno	50572072,36	0,00	0,00	1644240,30	1644240,30	3062350,93	17,05
Pimenteiras do Oeste	5389488,52	0,00	404700,00	2010,99	406710,99	1710045,12	3,39
Porto Velho	1183319067,23	342046293,82	25206984,90	142431113,57	167638098,47	159720428,92	10,60
Presidente Médici	22911868,42	0,00	14160603,07	1271569,27	15432172,34	6013716,26	6,38
Primavera de Rondônia	8066993,10	0,00	0,00	0,00	0,00	61766,14	130,61
Rio Crespo	9448994,77	0,00	165280,81	0,00	165280,81	3136124,53	3,07
Rolim de Moura	74013566,52	7998601,52	10552121,30	0,00	10552121,30	13964123,34	6,63
Santa Luzia D'Oeste	34319293,77	0,00	0,00	503,90	503,90	925234,51	37,09
São Felipe D'Oeste	24392671,96	0,00	0,00	7810,86	7810,86	120386,20	202,69
São Francisco do Guaporé	55471261,59	57334087,34	0,00	11900,00	11900,00	1184697,40	95,23
São Miguel do Guaporé	21977067,22	81888136,46	3410021,88	-178,63	3409843,25	6550761,49	16,38
Seringueiras	25488614,13	39773357,90	4207,92	41858,67	46066,59	800894,13	81,54
Teixeirópolis	28225654,29	0,00	0,00	606,53	606,53	17778,57	1587,66
Theobroma	15332275,48	32039716,48	141883,12	9229070,57	9370953,69	507343,39	111,84
Urupá	25436588,22	0,00	542359,88	2598937,65	3141297,53	518324,91	55,14
Vale do Anari	13376532,65	22068764,58	837250,23	204216,76	1041466,99	455731,63	80,06

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2023							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Vale do Paraíso	8811960,33	26121570,10	44170,97	2399946,73	2444117,70	7123068,96	5,25
Vilhena	164079355,12	739189,72	3302145,02	241944,66	3544089,68	7670668,11	21,95

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**1.4. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	62329029,91	3881382,37	16,06
Alto Alegre dos Parecis	27540000,10	552020,21	49,89
Alto Paraíso	28758288,36	4746591,68	6,06
Alvorada D'Oeste	93990228,01	1588592,00	59,17
Ariquemes	524275033,98	10015622,41	52,35
Buritis	176794094,47	33720673,07	5,24
Cabixi	23698783,77	1698061,93	13,96
Cacaulândia	49426103,22	1380563,08	35,80
Cacoal	115820704,25	10821942,75	10,70
Campo Novo de Rondônia	86196973,68	3231503,04	26,67
Candeias do Jamari	25206496,76	12904681,74	1,95
Castanheiras	18798795,24	136877,12	137,34
Cerejeiras	55439274,68	2073292,89	26,74
Chupinguaia	22845967,81	2364842,29	9,66
Colorado do Oeste	33736224,02	2750850,86	12,26
Corumbiara	43066918,26	2253846,25	19,11
Costa Marques	16512551,15	1091916,12	15,12
Cujubim	25540624,29	5069467,97	5,04
Espigão D'Oeste	167789593,62	11332025,30	14,81
Governador Jorge Teixeira	46619192,81	3297626,59	14,14
Guajará-Mirim	198143921,76	66447599,27	2,98
Itapuã do Oeste	40676722,86	4826205,81	8,43
Jaru	235024549,29	16609322,30	14,15
Ji-Paraná	555497427,22	32248423,14	17,23
Machadinho D'Oeste	150993422,16	13156761,40	11,48
Ministro Andreazza	22019565,97	918670,87	23,97
Mirante da Serra	56202586,22	1814833,31	30,97
Monte Negro	65375781,48	4885438,53	13,38
Nova Brasilândia D'Oeste	90867287,05	4070795,47	22,32
Nova Mamoré	123599687,07	2099224,61	58,88
Nova União	62738043,48	1384469,62	45,32
Novo Horizonte do Oeste	44966951,00	4197257,24	10,71
Ouro Preto do Oeste	180780765,06	8500556,83	21,27
Parecis	17609978,89	626799,77	28,10
Pimenta Bueno	53494263,09	3062350,93	17,47
Pimenteiras do Oeste	5926650,66	1710045,12	3,47
Porto Velho	1717247305,12	159720428,92	10,75
Presidente Médici	38976496,82	6013716,26	6,48
Primavera de Rondônia	8096750,70	61766,14	131,09
Rio Crespo	10315445,52	3136124,53	3,29
Rolim de Moura	102652656,97	13964123,34	7,35

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**1.4. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Santa Luzia D'Oeste	34332816,56	925234,51	37,11
São Felipe D'Oeste	26474570,81	120386,20	219,91
São Francisco do Guaporé	113370769,26	1184697,40	95,70
São Miguel do Guaporé	109248881,35	6550761,49	16,68
Seringueiras	67516581,99	800894,13	84,30
Teixeirópolis	28252741,42	17778,57	1589,15
Theobroma	56970361,81	507343,39	112,29
Urupá	29200833,20	518324,91	56,34
Vale do Anari	36877689,27	455731,63	80,92
Vale do Paraíso	37559256,56	7123068,96	5,27
Vilhena	171424744,41	7670668,11	22,35

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	127589247,90	137481473,83	0,93
Alto Alegre dos Parecis	73872113,58	71047104,58	1,04
Alto Paraíso	85282835,08	89113437,23	0,96
Alvorada D'Oeste	75249949,24	65722331,61	1,14
Ariquemes	511447577,87	465544111,44	1,10
Buritis	151549510,88	136821682,11	1,11
Cabixi	43196064,13	44244293,67	0,98
Cacaulândia	47606539,86	38973334,00	1,22
Cacoal	371747850,57	390313644,66	0,95
Campo Novo de Rondônia	80089911,97	65312649,13	1,23
Candeias do Jamari	100772458,40	111213950,62	0,91
Castanheiras	35132993,67	32017528,18	1,10
Cerejeiras	109236788,45	97280359,62	1,12
Chupinguaia	83719474,13	89779650,22	0,93
Colorado do Oeste	91039710,49	98424321,67	0,92
Corumbiara	68064015,54	74822724,50	0,91
Costa Marques	73564803,55	67749761,31	1,09
Cujubim	111223905,74	102972632,16	1,08
Espigão D'Oeste	134730721,25	134541186,04	1,00
Governador Jorge Teixeira	55827654,01	53111947,58	1,05
Guajará-Mirim	165197659,78	150963807,06	1,09
Itapuã do Oeste	71606656,67	63844035,23	1,12
Jaru	255217855,64	210045147,35	1,22

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Ji-Paraná	537194926,39	519227467,22	1,03
Machadinho D'Oeste	168050635,23	178328642,14	0,94
Ministro Andreazza	47425507,03	43182955,09	1,10
Mirante da Serra	58937497,40	56590682,36	1,04
Monte Negro	89662125,34	85653180,33	1,05
Nova Brasilândia D'Oeste	104599656,64	89320810,72	1,17
Nova Mamoré	171460568,22	143946831,51	1,19
Nova União	51577927,23	44471912,17	1,16
Novo Horizonte do Oeste	51468355,99	41148979,10	1,25
Ouro Preto do Oeste	192087443,99	163836312,82	1,17
Parecis	38689602,30	41454075,25	0,93
Pimenta Bueno	190968770,03	195946603,75	0,97
Pimenteiras do Oeste	37326430,02	42234286,50	0,88
Porto Velho	2272802949,47	2380913983,56	0,95
Presidente Médici	95407190,65	93052142,24	1,03
Primavera de Rondônia	34851012,82	33913500,54	1,03
Rio Crespo	40161769,19	46767807,78	0,86
Rolim de Moura	273909588,20	237350284,61	1,15
Santa Luzia D'Oeste	60151384,30	56807461,09	1,06
São Felipe D'Oeste	52486638,66	44160745,90	1,19
São Francisco do Guaporé	114587439,26	97715527,23	1,17
São Miguel do Guaporé	119522973,87	111928294,44	1,07
Seringueiras	71201257,11	62697264,84	1,14
Teixeirópolis	34260360,60	36484992,96	0,94
Theobroma	63674598,06	56523392,95	1,13
Urupá	77788609,98	68288008,65	1,14
Vale do Anari	54686678,19	42189368,54	1,30
Vale do Paraíso	42663675,12	40204709,88	1,06
Vilhena	557308153,34	486661864,62	1,15

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2023				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	127589247,90	137481473,83	22853	-432,86
Alto Alegre dos Parecis	73872113,58	71047104,58	12263	230,37
Alto Paraíso	85282835,08	89113437,23	17463	-219,36
Alvorada D'Oeste	75249949,24	65722331,61	13837	688,56
Ariquemes	511447577,87	465544111,44	108573	422,79

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2023				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Buritis	151549510,88	136821682,11	30729	479,28
Cabixi	43196064,13	44244293,67	5690	-184,22
Cacaulândia	47606539,86	38973334,00	4345	1986,93
Cacoal	371747850,57	390313644,66	97637	-190,15
Campo Novo de Rondônia	80089911,97	65312649,13	9225	1601,87
Candeias do Jamari	100772458,40	111213950,62	24163	-432,13
Castanheiras	35132993,67	32017528,18	3456	901,47
Cerejeiras	109236788,45	97280359,62	16975	704,36
Chupinguaia	83719474,13	89779650,22	10129	-598,30
Colorado do Oeste	91039710,49	98424321,67	16588	-445,18
Corumbiara	68064015,54	74822724,50	8001	-844,73
Costa Marques	73564803,55	67749761,31	13522	430,04
Cujubim	111223905,74	102972632,16	15883	519,50
Espigão D'Oeste	134730721,25	134541186,04	32717	5,79
Governador Jorge Teixeira	55827654,01	53111947,58	8420	322,53
Guajará-Mirim	165197659,78	150963807,06	43553	326,82
Itapuã do Oeste	71606656,67	63844035,23	9209	842,94
Jaru	255217855,64	210045147,35	55583	812,71
Ji-Paraná	537194926,39	519227467,22	139359	128,93
Machadinho D'Oeste	168050635,23	178328642,14	34063	-301,74
Ministro Andreazza	47425507,03	43182955,09	6657	637,31
Mirante da Serra	58937497,40	56590682,36	9740	240,95
Monte Negro	89662125,34	85653180,33	12241	327,50
Nova Brasilândia D'Oeste	104599656,64	89320810,72	16504	925,77
Nova Mamoré	171460568,22	143946831,51	28496	965,53
Nova União	51577927,23	44471912,17	6577	1080,43
Novo Horizonte do Oeste	51468355,99	41148979,10	8056	1280,96
Ouro Preto do Oeste	192087443,99	163836312,82	38681	730,36
Parecis	38689602,30	41454075,25	4390	-629,72
Pimenta Bueno	190968770,03	195946603,75	39053	-127,46
Pimenteiras do Oeste	37326430,02	42234286,50	2311	-2123,69
Porto Velho	2272802949,47	2380913983,56	514873	-209,98
Presidente Médici	95407190,65	93052142,24	20518	114,78
Primavera de Rondônia	34851012,82	33913500,54	3279	285,91
Rio Crespo	40161769,19	46767807,78	3753	-1760,20
Rolim de Moura	273909588,20	237350284,61	62559	584,40
Santa Luzia D'Oeste	60151384,30	56807461,09	7877	424,52
São Felipe D'Oeste	52486638,66	44160745,90	5605	1485,44
São Francisco do Guaporé	114587439,26	97715527,23	17511	963,50
São Miguel do Guaporé	119522973,87	111928294,44	22267	341,07
Seringueiras	71201257,11	62697264,84	12954	656,48

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2023				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Teixeirópolis	34260360,60	36484992,96	4536	-490,44
Theobroma	63674598,06	56523392,95	8540	837,38
Urupá	77788609,98	68288008,65	11377	835,07
Vale do Anari	54686678,19	42189368,54	8265	1512,08
Vale do Paraíso	42663675,12	40204709,88	6843	359,34
Vilhena	557308153,34	486661864,62	108528	650,95

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	162063973,11	173674499,65	0,93
Alto Alegre dos Parecis	93293513,97	97404000,77	0,96
Alto Paraíso	86658258,11	91404849,79	0,95
Alvorada D'Oeste	-15277351,83	157936121,18	-0,10
Ariquemes	-164707905,59	1425000214,12	-0,12
Buritis	128828620,66	390906189,17	0,33
Cabixi	55559508,11	57257570,04	0,97
Cacaulândia	53486939,24	97183319,72	0,55
Cacoal	408291385,76	482564028,12	0,85
Campo Novo de Rondônia	1494674,88	172520959,52	0,01
Candeias do Jamari	107456729,46	129012846,43	0,83
Castanheiras	12797107,23	84968048,99	0,15
Cerejeiras	183173238,38	186379309,40	0,98
Chupinguaia	73423862,05	75996500,96	0,97
Colorado do Oeste	118359113,08	131448274,69	0,90
Corumbiara	106406287,84	108775409,28	0,98
Costa Marques	70073399,65	88637407,53	0,79
Cujubim	29561525,67	76830950,71	0,38
Espigão D'Oeste	112763618,22	297081845,47	0,38
Governador Jorge Teixeira	-16639379,19	144574276,28	-0,12
Guajará-Mirim	-329435305,54	596926773,22	-0,55
Itapuã do Oeste	93969241,75	103289674,48	0,91
Jaru	72548629,00	594676743,87	0,12
Ji-Paraná	249593584,37	961873346,50	0,26
Machadinho D'Oeste	41011518,69	326882203,64	0,13
Ministro Andreazza	78287423,97	79325186,31	0,99
Mirante da Serra	61748827,43	123849596,89	0,50
Monte Negro	-11910757,11	136725459,78	-0,09

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Nova Brasilândia D'Oeste	14005182,67	182395960,62	0,08
Nova Mamoré	64239036,83	273205323,27	0,24
Nova União	3036769,38	122865500,50	0,02
Novo Horizonte do Oeste	2163135,82	121282146,64	0,02
Ouro Preto do Oeste	-107174085,61	480150728,56	-0,22
Parecis	49346214,94	50653716,14	0,97
Pimenta Bueno	352143556,51	359559761,62	0,98
Pimenteiras do Oeste	29275092,30	30985137,42	0,94
Porto Velho	-2743630927,87	2801885657,84	-0,98
Presidente Médici	98021775,19	113311631,57	0,87
Primavera de Rondônia	40085217,80	41243391,41	0,97
Rio Crespo	50037193,66	53173318,19	0,94
Rolim de Moura	54904297,32	637251676,63	0,09
Santa Luzia D'Oeste	82804994,48	88158712,25	0,94
São Felipe D'Oeste	57750525,06	58142236,48	0,99
São Francisco do Guaporé	91567736,67	212985596,94	0,43
São Miguel do Guaporé	-53067142,17	336649769,80	-0,16
Seringueiras	33625489,16	215530751,80	0,16
Teixeirópolis	70764363,13	70782141,70	1,00
Theobroma	809239,57	114567916,91	0,01
Urupá	73894401,27	79672879,68	0,93
Vale do Anari	12174145,81	114591599,12	0,11
Vale do Paraíso	-48381259,82	130698228,36	-0,37
Vilhena	-7097255,54	1328458646,18	-0,01

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	7729144,17	173674499,65	0,04
Alto Alegre dos Parecis	3558466,59	97404000,77	0,04
Alto Paraíso	0,00	91404849,79	0,00
Alvorada D'Oeste	171624881,01	157936121,18	1,09
Ariquemes	1579692497,30	1425000214,12	1,11
Buritis	228356895,44	390906189,17	0,58
Cabixi	0,00	57257570,04	0,00
Cacaulândia	42315817,40	97183319,72	0,44
Cacoal	63450699,61	482564028,12	0,13
Campo Novo de Rondônia	167794781,60	172520959,52	0,97

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Candeias do Jamari	8651435,23	129012846,43	0,07
Castanheiras	72034064,64	84968048,99	0,85
Cerejeiras	1132778,13	186379309,40	0,01
Chupinguaia	207796,62	75996500,96	0,00
Colorado do Oeste	10338310,75	131448274,69	0,08
Corumbiara	115275,19	108775409,28	0,00
Costa Marques	17472091,76	88637407,53	0,20
Cujubim	42199957,07	76830950,71	0,55
Espigão D'Oeste	172986201,95	297081845,47	0,58
Governador Jorge Teixeira	157916028,88	144574276,28	1,09
Guajará-Mirim	859914479,49	596926773,22	1,44
Itapuã do Oeste	4494226,92	103289674,48	0,04
Jaru	505518792,57	594676743,87	0,85
Ji-Paraná	680031338,99	961873346,50	0,71
Machadinho D'Oeste	272713923,55	326882203,64	0,83
Ministro Andreazza	119091,47	79325186,31	0,00
Mirante da Serra	60285936,15	123849596,89	0,49
Monte Negro	143750778,36	136725459,78	1,05
Nova Brasilândia D'Oeste	164319982,48	182395960,62	0,90
Nova Mamoré	206867061,83	273205323,27	0,76
Nova União	118444261,50	122865500,50	0,96
Novo Horizonte do Oeste	114921753,58	121282146,64	0,95
Ouro Preto do Oeste	578824257,34	480150728,56	1,21
Parecis	680701,43	50653716,14	0,01
Pimenta Bueno	4353854,18	359559761,62	0,01
Pimenteiras do Oeste	0,00	30985137,42	0,00
Porto Velho	5385796156,79	2801885657,84	1,92
Presidente Médici	9276140,12	113311631,57	0,08
Primavera de Rondônia	1096407,47	41243391,41	0,03
Rio Crespo	0,00	53173318,19	0,00
Rolim de Moura	568383255,97	637251676,63	0,89
Santa Luzia D'Oeste	4428483,26	88158712,25	0,05
São Felipe D'Oeste	271325,22	58142236,48	0,00
São Francisco do Guaporé	120233162,87	212985596,94	0,56
São Miguel do Guaporé	383166150,48	336649769,80	1,14
Seringueiras	181104368,51	215530751,80	0,84
Teixeirópolis	0,00	70782141,70	0,00
Theobroma	113251333,95	114567916,91	0,99
Urupá	5260153,50	79672879,68	0,07
Vale do Anari	101961721,68	114591599,12	0,89
Vale do Paraíso	171956419,22	130698228,36	1,32

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Vilhena	1327885233,61	1328458646,18	1,00

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	7729144,17	22853	338,21
Alto Alegre dos Parecis	3558466,59	12263	290,18
Alto Paraíso	0,00	17463	0,00
Alvorada D'Oeste	171624881,01	13837	12403,33
Ariquemes	1579692497,30	108573	14549,59
Buritis	228356895,44	30729	7431,32
Cabixi	0,00	5690	0,00
Cacaulândia	42315817,40	4345	9738,97
Cacoal	63450699,61	97637	649,86
Campo Novo de Rondônia	167794781,60	9225	18189,14
Candeias do Jamari	8651435,23	24163	358,04
Castanheiras	72034064,64	3456	20843,19
Cerejeiras	1132778,13	16975	66,73
Chupinguaia	207796,62	10129	20,52
Colorado do Oeste	10338310,75	16588	623,24
Corumbiara	115275,19	8001	14,41
Costa Marques	17472091,76	13522	1292,12
Cujubim	42199957,07	15883	2656,93
Espigão D'Oeste	172986201,95	32717	5287,35
Governador Jorge Teixeira	157916028,88	8420	18754,87
Guajará-Mirim	859914479,49	43553	19744,09
Itapuã do Oeste	4494226,92	9209	488,03
Jaru	505518792,57	55583	9094,85
Ji-Paraná	680031338,99	139359	4879,71
Machadinho D'Oeste	272713923,55	34063	8006,16
Ministro Andreazza	119091,47	6657	17,89
Mirante da Serra	60285936,15	9740	6189,52
Monte Negro	143750778,36	12241	11743,39
Nova Brasilândia D'Oeste	164319982,48	16504	9956,37
Nova Mamoré	206867061,83	28496	7259,51
Nova União	118444261,50	6577	18008,86
Novo Horizonte do Oeste	114921753,58	8056	14265,36
Ouro Preto do Oeste	578824257,34	38681	14964,05

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Parecis	680701,43	4390	155,06
Pimenta Bueno	4353854,18	39053	111,49
Pimenteiras do Oeste	0,00	2311	0,00
Porto Velho	5385796156,79	514.873	10460,44
Presidente Médici	9276140,12	20518	452,10
Primavera de Rondônia	1096407,47	3279	334,37
Rio Crespo	0,00	3753	0,00
Rolim de Moura	568383255,97	62559	9085,56
Santa Luzia D'Oeste	4428483,26	7877	562,20
São Felipe D'Oeste	271325,22	5605	48,41
São Francisco do Guaporé	120233162,87	17511	6866,15
São Miguel do Guaporé	383166150,48	22267	17207,80
Seringueiras	181104368,51	12954	13980,57
Teixeirópolis	0,00	4536	0,00
Theobroma	113251333,95	8540	13261,28
Urupá	5260153,50	11377	462,35
Vale do Anari	101961721,68	8265	12336,57
Vale do Paraíso	171956419,22	6843	25128,81
Vilhena	1327885233,61	108528	12235,42

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	12129551,75	22853	530,76
Alto Alegre dos Parecis	5122332,99	12263	417,71
Alto Paraíso	8367495,84	17463	479,16
Alvorada D'Oeste	5261084,74	13837	380,22
Ariquemes	103506344,69	108573	953,33
Buritis	15681829,38	30729	510,33
Cabixi	2743095,64	5690	482,09
Cacaulândia	3045389,70	4345	700,90
Cacoal	84073781,61	97637	861,09
Campo Novo de Rondônia	5130464,96	9225	556,15
Candeias do Jamari	9569178,85	24163	396,03
Castanheiras	1316380,31	3456	380,90
Cerejeiras	14518487,46	16975	855,29
Chupinguaia	11386821,19	10129	1124,18
Colorado do Oeste	10196480,18	16588	614,69

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Corumbiara	10624531,24	8001	1327,90
Costa Marques	4185368,57	13522	309,52
Cujubim	6507714,14	15883	409,73
Espigão D'Oeste	14964068,28	32717	457,38
Governador Jorge Teixeira	3033438,58	8420	360,27
Guajará-Mirim	16014993,35	43553	367,71
Itapuã do Oeste	6777718,25	9209	735,99
Jaru	37494874,73	55583	674,57
Ji-Paraná	97575033,40	139359	700,17
Machadinho D'Oeste	17360899,79	34063	509,67
Ministro Andreazza	2354226,78	6657	353,65
Mirante da Serra	3904559,03	9740	400,88
Monte Negro	6591411,88	12241	538,47
Nova Brasilândia D'Oeste	9724756,47	16504	589,24
Nova Mamoré	9753471,50	28496	342,28
Nova União	2275794,03	6577	346,02
Novo Horizonte do Oeste	3876418,49	8056	481,18
Ouro Preto do Oeste	21476261,99	38681	555,21
Parecis	1990360,82	4390	453,39
Pimenta Bueno	33219760,81	39053	850,63
Pimenteiras do Oeste	2646844,89	2311	1145,32
Porto Velho	465076683,50	514873	903,28
Presidente Médici	9736385,21	20518	474,53
Primavera de Rondônia	1772014,89	3279	540,41
Rio Crespo	2633555,47	3753	701,72
Rolim de Moura	46009679,21	62559	735,46
Santa Luzia D'Oeste	4528711,83	7877	574,93
São Felipe D'Oeste	2314481,83	5605	412,93
São Francisco do Guaporé	7476513,46	17511	426,96
São Miguel do Guaporé	10811319,39	22267	485,53
Seringueiras	4472302,04	12954	345,24
Teixeirópolis	2130319,15	4536	469,65
Theobroma	3284351,06	8540	384,58
Urupá	5877021,40	11377	516,57
Vale do Anari	3091050,74	8265	373,99
Vale do Paraíso	3287479,47	6843	480,41
Vilhena	110037333,30	108528	1013,91

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	127589247,90	22853	5583,04
Alto Alegre dos Parecis	73872113,58	12263	6023,98
Alto Paraíso	85282835,08	17463	4883,63
Alvorada D'Oeste	75249949,24	13837	5438,31
Ariquemes	511447577,87	108573	4710,63
Buritis	151549510,88	30729	4931,81
Cabixi	43196064,13	5690	7591,58
Cacaulândia	47606539,86	4345	10956,63
Cacoal	371747850,57	97637	3807,45
Campo Novo de Rondônia	80089911,97	9225	8681,83
Candeias do Jamari	100772458,40	24163	4170,53
Castanheiras	35132993,67	3456	10165,80
Cerejeiras	109236788,45	16975	6435,16
Chupinguaia	83719474,13	10129	8265,32
Colorado do Oeste	91039710,49	16588	5488,29
Corumbiara	68064015,54	8001	8506,94
Costa Marques	73564803,55	13522	5440,38
Cujubim	111223905,74	15883	7002,70
Espigão D'Oeste	134730721,25	32717	4118,06
Governador Jorge Teixeira	55827654,01	8420	6630,36
Guajará-Mirim	165197659,78	43553	3793,03
Itapuã do Oeste	71606656,67	9209	7775,73
Jaru	255217855,64	55583	4591,65
Ji-Paraná	537194926,39	139359	3854,76
Machadinho D'Oeste	168050635,23	34063	4933,52
Ministro Andreazza	47425507,03	6657	7124,16
Mirante da Serra	58937497,40	9740	6051,08
Monte Negro	89662125,34	12241	7324,74
Nova Brasilândia D'Oeste	104599656,64	16504	6337,84
Nova Mamoré	171460568,22	28496	6017,00
Nova União	51577927,23	6577	7842,17
Novo Horizonte do Oeste	51468355,99	8056	6388,82
Ouro Preto do Oeste	192087443,99	38681	4965,94
Parecis	38689602,30	4390	8813,12
Pimenta Bueno	190968770,03	39053	4889,99
Pimenteiras do Oeste	37326430,02	2311	16151,64
Porto Velho	2272802949,47	514873	4414,30
Presidente Médici	95407190,65	20518	4649,93
Primavera de Rondônia	34851012,82	3279	10628,55
Rio Crespo	40161769,19	3753	10701,24
Rolim de Moura	273909588,20	62559	4378,42

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Santa Luzia D'Oeste	60151384,30	7877	7636,33
São Felipe D'Oeste	52486638,66	5605	9364,25
São Francisco do Guaporé	114587439,26	17511	6543,74
São Miguel do Guaporé	119522973,87	22267	5367,72
Seringueiras	71201257,11	12954	5496,47
Teixeirópolis	34260360,60	4536	7552,99
Theobroma	63674598,06	8540	7456,04
Urupá	77788609,98	11377	6837,36
Vale do Anari	54686678,19	8265	6616,66
Vale do Paraíso	42663675,12	6843	6234,64
Vilhena	557308153,34	108528	5135,16

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	137481473,83	22853	6015,90
Alto Alegre dos Parecis	71047104,58	12263	5793,62
Alto Paraíso	89113437,23	17463	5102,99
Alvorada D'Oeste	65722331,61	13837	4749,75
Ariquemes	465544111,44	108573	4287,84
Buritis	136821682,11	30729	4452,53
Cabixi	44244293,67	5690	7775,80
Cacaulândia	38973334,00	4345	8969,70
Cacoal	390313644,66	97637	3997,60
Campo Novo de Rondônia	65312649,13	9225	7079,96
Candeias do Jamari	111213950,62	24163	4602,65
Castanheiras	32017528,18	3456	9264,33
Cerejeiras	97280359,62	16975	5730,80
Chupinguaia	89779650,22	10129	8863,62
Colorado do Oeste	98424321,67	16588	5933,47
Corumbiara	74822724,50	8001	9351,67
Costa Marques	67749761,31	13522	5010,34
Cujubim	102972632,16	15883	6483,20
Espigão D'Oeste	134541186,04	32717	4112,27
Governador Jorge Teixeira	53111947,58	8420	6307,83
Guajará-Mirim	150963807,06	43553	3466,21
Itapuã do Oeste	63844035,23	9209	6932,79
Jaru	210045147,35	55583	3778,95

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2023			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Ji-Paraná	519227467,22	139359	3725,83
Machadinho D'Oeste	178328642,14	34063	5235,26
Ministro Andreazza	43182955,09	6657	6486,85
Mirante da Serra	56590682,36	9740	5810,13
Monte Negro	85653180,33	12241	6997,24
Nova Brasilândia D'Oeste	89320810,72	16504	5412,07
Nova Mamoré	143946831,51	28496	5051,47
Nova União	44471912,17	6577	6761,73
Novo Horizonte do Oeste	41148979,10	8056	5107,87
Ouro Preto do Oeste	163836312,82	38681	4235,58
Parecis	41454075,25	4390	9442,84
Pimenta Bueno	195946603,75	39053	5017,45
Pimenteiras do Oeste	42234286,50	2311	18275,33
Porto Velho	2380913983,56	514873	4624,27
Presidente Médici	93052142,24	20518	4535,15
Primavera de Rondônia	33913500,54	3279	10342,64
Rio Crespo	46767807,78	3753	12461,45
Rolim de Moura	237350284,61	62559	3794,02
Santa Luzia D'Oeste	56807461,09	7877	7211,81
São Felipe D'Oeste	44160745,90	5605	7878,81
São Francisco do Guaporé	97715527,23	17511	5580,24
São Miguel do Guaporé	111928294,44	22267	5026,64
Seringueiras	62697264,84	12954	4839,99
Teixeirópolis	36484992,96	4536	8043,43
Theobroma	56523392,95	8540	6618,66
Urupá	68288008,65	11377	6002,29
Vale do Anari	42189368,54	8265	5104,58
Vale do Paraíso	40204709,88	6843	5875,30
Vilhena	486661864,62	108528	4484,21

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2024				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	54868242,76	0,00	690767,51	79,43
Alto Alegre dos Parecis	30590450,43	0,00	362798,32	84,32
Alto Paraíso	32176574,09	0,00	5421210,92	5,94
Alvorada D'Oeste	104900369,64	0,00	459672,91	228,21
Ariquemes	116037801,69	385487434,86	13456265,12	37,27

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2024				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Buritis	55340534,89	114197412,93	45508176,86	3,73
Cabixi	23523156,44	0,00	2698599,36	8,72
Cacaulândia	20414143,86	38297976,32	1304306,02	45,01
Cacoal	131487634,03	0,00	10907541,10	12,05
Campo Novo de Rondônia	23227309,07	76741163,21	17549384,19	5,70
Candeias do Jamari	29041354,74	0,00	11227323,46	2,59
Castanheiras	7750760,74	14620784,75	521482,64	42,90
Cerejeiras	64185197,50	0,00	2856134,12	22,47
Chupinguaia	31600784,66	0,00	2746350,37	11,51
Colorado do Oeste	23393482,32	0,00	5945620,06	3,93
Corumbiara	47832557,17	0,00	270634,21	176,74
Costa Marques	17462458,86	0,00	184873,26	94,46
Cujubim	30478229,27	61195450,50	18495339,16	4,96
Espigão D'Oeste	57716766,20	107252812,37	12133716,56	13,60
Governador Jorge Teixeira	13436925,20	35117538,94	1203303,50	40,35
Guajará-Mirim	131400445,05	34326899,65	29678560,62	5,58
Itapuã do Oeste	34312558,41	0,00	2465058,30	13,92
Jaru	103007280,83	186586584,54	15571416,78	18,60
Ji-Paraná	193034322,69	326562674,07	33732368,91	15,40
Machadinho D'Oeste	48116242,47	87072371,99	9586612,17	14,10
Ministro Andreazza	26162237,20	0,00	911432,42	28,70
Mirante da Serra	52539753,30	0,00	2608078,69	20,15
Monte Negro	71686075,54	0,00	4029416,50	17,79
Nova Brasilândia D'Oeste	100959517,21	0,00	4591030,37	21,99
Nova Mamoré	44892991,56	97986275,29	2645309,09	54,01
Nova União	31348101,88	31416917,62	2370187,07	26,48
Novo Horizonte do Oeste	13357909,24	38387858,96	8154638,66	6,35
Ouro Preto do Oeste	64059808,35	124940409,65	20754780,61	9,11
Parecis	18736795,04	0,00	242064,67	77,40
Pimenta Bueno	47735519,49	0,00	4044585,14	11,80
Pimenteiras do Oeste	7324481,95	0,00	1309556,97	5,59
Porto Velho	1230770385,40	454720880,25	208082744,50	8,10
Presidente Médici	28797516,32	0,00	10304855,70	2,79
Primavera de Rondônia	8532115,91	0,00	946023,85	9,02
Rio Crespo	11794258,78	0,00	976672,56	12,08
Rolim de Moura	76315523,99	551582,45	12748181,13	6,03
Santa Luzia D'Oeste	34553776,43	0,00	1523183,37	22,69
São Felipe D'Oeste	20728322,63	0,00	68111,10	304,33
São Francisco do Guaporé	133482219,12	0,00	756838,85	176,37
São Miguel do Guaporé	18117315,67	98281776,10	1242562,98	93,68
Seringueiras	28734066,32	47374408,08	202461,66	375,92

INDICADOR 1 – POSIÇÃO DE CAIXA – EXERCÍCIO DE 2024				
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**2.1. PC (R$) (c)**	**IND1 – POSCX (d) = (a+b) / c**
Teixeirópolis	25982071,31	0,00	175909,01	147,70
Theobroma	13572755,03	39401103,47	109399,91	484,22
Urupá	26649480,38	0,00	1453557,30	18,33
Vale do Anari	11758569,77	25494584,99	1132491,04	32,89
Vale do Paraíso	10399380,49	32003343,94	6360355,97	6,67
Vilhena	154449112,58	0,00	28598554,62	5,40

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2024							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Alta Floresta D'Oeste	54868242,76	0,00	3138031,63	2562,45	3140594,08	690767,51	83,98
Alto Alegre dos Parecis	30590450,43	0,00	0,00	40938,37	40938,37	362798,32	84,43
Alto Paraíso	32176574,09	0,00	0,00	489497,93	489497,93	5421210,92	6,03
Alvorada D'Oeste	104900369,64	0,00	27522,43	550349,70	577872,13	459672,91	229,46
Ariquemes	116037801,69	385487434,86	8895419,97	1102139,71	9997559,68	13456265,12	38,01
Buritis	55340534,89	114197412,93	874733,59	12711750,16	13586483,75	45508176,86	4,02
Cabixi	23523156,44	0,00	0,00	868,03	868,03	2698599,36	8,72
Cacaulândia	20414143,86	38297976,32	237097,11	1356,04	238453,15	1304306,02	45,20
Cacoal	131487634,03	0,00	14884229,39	13698,31	14897927,70	10907541,10	13,42
Campo Novo de Rondônia	23227309,07	76741163,21	4290978,18	4906386,16	9197364,34	17549384,19	6,22
Candeias do Jamari	29041354,74	0,00	0,00	66346,41	66346,41	11227323,46	2,59
Castanheiras	7750760,74	14620784,75	167854,02	44757,96	212611,98	521482,64	43,31
Cerejeiras	64185197,50	0,00	4178775,94	32897,71	4211673,65	2856134,12	23,95
Chupinguaia	31600784,66	0,00	398696,29	411129,56	809825,85	2746350,37	11,80
Colorado do Oeste	23393482,32	0,00	184668,07	1120302,16	1304970,23	5945620,06	4,15
Corumbiara	47832557,17	0,00	0,00	29173,46	29173,46	270634,21	176,85
Costa Marques	17462458,86	0,00	0,00	0,00	0,00	184873,26	94,46
Cujubim	30478229,27	61195450,50	489,48	89347,83	89837,31	18495339,16	4,96
Espigão D'Oeste	57716766,20	107252812,37	2719041,40	20424,19	2739465,59	12133716,56	13,82
Governador Jorge Teixeira	13436925,20	35117538,94	288407,71	291703,54	580111,25	1203303,50	40,83
Guajará-Mirim	131400445,05	34326899,65	1765081,38	6894482,58	8659563,96	29678560,62	5,88
Itapuã do Oeste	34312558,41	0,00	0,00	21550,26	21550,26	2465058,30	13,93
Jaru	103007280,83	186586584,54	1265636,83	4230473,22	5496110,05	15571416,78	18,95
Ji-Paraná	193034322,69	326562674,07	8415078,84	2036737,32	10451816,16	33732368,91	15,71
Machadinho D'Oeste	48116242,47	87072371,99	19835255,64	3409137,84	23244393,48	9586612,17	16,53

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2024							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Ministro Andreazza	26162237,20	0,00	185000,00	0,00	185000,00	911432,42	28,91
Mirante da Serra	52539753,30	0,00	0,00	1168130,53	1168130,53	2608078,69	20,59
Monte Negro	71686075,54	0,00	4293912,98	205208,74	4499121,72	4029416,50	18,91
Nova Brasilândia D'Oeste	100959517,21	0,00	562420,22	0,00	562420,22	4591030,37	22,11
Nova Mamoré	44892991,56	97986275,29	113983,64	40080,39	154064,03	2645309,09	54,07
Nova União	31348101,88	31416917,62	141853,34	242611,20	384464,54	2370187,07	26,64
Novo Horizonte do Oeste	13357909,24	38387858,96	31195,10	564882,93	596078,03	8154638,66	6,42
Ouro Preto do Oeste	64059808,35	124940409,65	2040139,13	1789175,59	3829314,72	20754780,61	9,29
Parecis	18736795,04	0,00	0,00	10846,88	10846,88	242064,67	77,45
Pimenta Bueno	47735519,49	0,00	6688229,29	1904918,05	8593147,34	4044585,14	13,93
Pimenteiras do Oeste	7324481,95	0,00	0,00	4000,00	4000,00	1309556,97	5,60
Porto Velho	1230770385,40	454720880,25	33139864,44	197448830,19	230588694,63	208082744,50	9,21
Presidente Médici	28797516,32	0,00	13035984,09	1475282,83	14511266,92	10304855,70	4,20
Primavera de Rondônia	8532115,91	0,00	0,00	0,00	0,00	946023,85	9,02
Rio Crespo	11794258,78	0,00	280280,81	0,00	280280,81	976672,56	12,36
Rolim de Moura	76315523,99	551582,45	7476248,23	0,00	7476248,23	12748181,13	6,62
Santa Luzia D'Oeste	34553776,43	0,00	0,00	249224,64	249224,64	1523183,37	22,85
São Felipe D'Oeste	20728322,63	0,00	0,00	7810,86	7810,86	68111,10	304,45
São Francisco do Guaporé	133482219,12	0,00	0,00	0,00	0,00	756838,85	176,37
São Miguel do Guaporé	18117315,67	98281776,10	1975689,47	14532,13	1990221,60	1242562,98	95,28
Seringueiras	28734066,32	47374408,08	0,00	41858,67	41858,67	202461,66	376,12
Teixeirópolis	25982071,31	0,00	60904,60	238,80	61143,40	175909,01	148,05
Theobroma	13572755,03	39401103,47	197592,32	0,00	197592,32	109399,91	486,03
Urupá	26649480,38	0,00	606062,01	1067393,59	1673455,60	1453557,30	19,49
Vale do Anari	11758569,77	25494584,99	594568,66	204216,76	798785,42	1132491,04	33,60

INDICADOR 2 – LIQUIDEZ IMEDIATA – EXERCÍCIO DE 2024							
Município	**1.1.1. CEC (R$) (a)**	**1.1.4. IATCP (R$) (b)**	**1.1.2. CRCP (R$) (c)**	**1.1.3. DCVCP (d)**	**Subtotal (e) = c + d**	**2.1. PC (R$) (f)**	**IND2 - LIQIM g = (a+b+e) / f**
Vale do Paraíso	10399380,49	32003343,94	132348,90	2410172,58	2542521,48	6360355,97	7,07
Vilhena	154449112,58	0,00	10743633,20	720398,50	11464031,70	28598554,62	5,80

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**1.5. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	63405898,88	690767,51	91,79
Alto Alegre dos Parecis	30767624,70	362798,32	84,81
Alto Paraíso	32763993,35	5421210,92	6,04
Alvorada D'Oeste	106994695,83	459672,91	232,76
Ariquemes	516090915,26	13456265,12	38,35
Buritis	183751315,91	45508176,86	4,04
Cabixi	24728367,94	2698599,36	9,16
Cacaulândia	59582904,71	1304306,02	45,68
Cacoal	151009981,54	10907541,10	13,84
Campo Novo de Rondônia	110260586,80	17549384,19	6,28
Candeias do Jamari	29107701,15	11227323,46	2,59
Castanheiras	22748590,90	521482,64	43,62
Cerejeiras	69002292,22	2856134,12	24,16
Chupinguaia	32497856,17	2746350,37	11,83
Colorado do Oeste	24759582,17	5945620,06	4,16
Corumbiara	48343420,15	270634,21	178,63
Costa Marques	17500937,47	184873,26	94,66
Cujubim	91904038,87	18495339,16	4,97
Espigão D'Oeste	170289538,43	12133716,56	14,03
Governador Jorge Teixeira	49374448,10	1203303,50	41,03
Guajará-Mirim	180480748,94	29678560,62	6,08
Itapuã do Oeste	34951491,53	2465058,30	14,18
Jaru	299350843,84	15571416,78	19,22
Ji-Paraná	547355103,61	33732368,91	16,23
Machadinho D'Oeste	160034040,51	9586612,17	16,69
Ministro Andreazza	26693863,04	911432,42	29,29
Mirante da Serra	53724098,06	2608078,69	20,60
Monte Negro	76191289,68	4029416,50	18,91
Nova Brasilândia D'Oeste	105064742,48	4591030,37	22,88
Nova Mamoré	144105083,32	2645309,09	54,48
Nova União	63377579,35	2370187,07	26,74
Novo Horizonte do Oeste	52827638,92	8154638,66	6,48
Ouro Preto do Oeste	196143958,54	20754780,61	9,45
Parecis	18747641,92	242064,67	77,45
Pimenta Bueno	57291542,89	4044585,14	14,16
Pimenteiras do Oeste	7435917,94	1309556,97	5,68
Porto Velho	1946970922,94	208082744,50	9,36
Presidente Médici	43916289,01	10304855,70	4,26
Primavera de Rondônia	8560769,28	946023,85	9,05
Rio Crespo	12871658,63	976672,56	13,18
Rolim de Moura	101097125,18	12748181,13	7,93

INDICADOR 3 – LIQUIDEZ CORRENTE – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**1.5. AC (R$) (a)**	**2.1. PC (R$) (b)**	**IND3 – LIQCOR (c) = a / b**
Santa Luzia D'Oeste	34817613,57	1523183,37	22,86
São Felipe D'Oeste	22059744,90	68111,10	323,88
São Francisco do Guaporé	133990650,23	756838,85	177,04
São Miguel do Guaporé	120283484,96	1242562,98	96,80
Seringueiras	78663184,06	202461,66	388,53
Teixeirópolis	26058944,79	175909,01	148,14
Theobroma	53787314,19	109399,91	491,66
Urupá	29107891,36	1453557,30	20,03
Vale do Anari	39018987,37	1132491,04	34,45
Vale do Paraíso	44954931,34	6360355,97	7,07
Vilhena	176688125,66	28598554,62	6,18

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	134022003,80	136518955,28	0,98
Alto Alegre dos Parecis	94547922,21	98610476,04	0,96
Alto Paraíso	101538120,22	95665105,64	1,06
Alvorada D'Oeste	84753470,07	70134768,61	1,21
Ariquemes	524461979,63	540044669,85	0,97
Buritis	156134062,97	144681149,62	1,08
Cabixi	50461541,29	46980882,28	1,07
Cacaulândia	52518504,29	41766058,85	1,26
Cacoal	468442014,56	437804797,32	1,07
Campo Novo de Rondônia	93827170,92	73028360,91	1,28
Candeias do Jamari	111712058,74	118062521,33	0,95
Castanheiras	38410907,74	35561339,81	1,08
Cerejeiras	115013169,60	118206210,80	0,97
Chupinguaia	98869997,68	94987606,09	1,04
Colorado do Oeste	112622138,67	105777506,64	1,06
Corumbiara	77911816,46	81149102,99	0,96
Costa Marques	83367322,50	81713063,60	1,02
Cujubim	135975376,67	128636106,81	1,06
Espigão D'Oeste	158760632,60	149621282,99	1,06
Governador Jorge Teixeira	63613314,23	59015722,46	1,08
Guajará-Mirim	201696644,99	174022779,51	1,16
Itapuã do Oeste	77640406,49	78883830,46	0,98
Jaru	322582238,68	268740599,29	1,20

INDICADOR 4 – POSIÇÃO OPERACIONAL – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**IND4 - POSOP (c) = a / b**
Ji-Paraná	614821860,11	602593298,88	1,02
Machadinho D'Oeste	188273090,10	176511018,06	1,07
Ministro Andreazza	52068580,48	51877232,38	1,00
Mirante da Serra	60335491,47	62773106,86	0,96
Monte Negro	122000710,10	108284530,80	1,13
Nova Brasilândia D'Oeste	111340908,97	112661308,20	0,99
Nova Mamoré	187936579,09	165583933,02	1,13
Nova União	49634355,79	43768477,46	1,13
Novo Horizonte do Oeste	66105823,27	51486967,38	1,28
Ouro Preto do Oeste	212270277,15	223984756,51	0,95
Parecis	43167216,64	45591748,17	0,95
Pimenta Bueno	226853023,52	234721435,63	0,97
Pimenteiras do Oeste	47852258,31	47690440,47	1,00
Porto Velho	2735478829,80	2655611947,84	1,03
Presidente Médici	106201179,92	108155301,13	0,98
Primavera de Rondônia	36566207,12	38430038,18	0,95
Rio Crespo	46307537,01	40949263,08	1,13
Rolim de Moura	300478889,61	262098283,87	1,15
Santa Luzia D'Oeste	70076956,00	65795583,40	1,07
São Felipe D'Oeste	51040419,23	51035148,28	1,00
São Francisco do Guaporé	127348601,82	119321573,36	1,07
São Miguel do Guaporé	140345642,73	122265846,03	1,15
Seringueiras	93690944,59	84896427,80	1,10
Teixeirópolis	36851822,85	38618133,81	0,95
Theobroma	69276521,41	64378441,24	1,08
Urupá	90030948,37	94824174,11	0,95
Vale do Anari	66269069,23	61226598,61	1,08
Vale do Paraíso	48882332,73	41101367,63	1,19
Vilhena	638321994,40	571764843,88	1,12

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2024				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Alta Floresta D'Oeste	134022003,80	136518955,28	22853	-109,26
Alto Alegre dos Parecis	94547922,21	98610476,04	12263	-331,29
Alto Paraíso	101538120,22	95665105,64	17463	336,31
Alvorada D'Oeste	84753470,07	70134768,61	13837	1056,49
Ariquemes	524461979,63	540044669,85	108573	-143,52

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2024				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
Buritis	156134062,97	144681149,62	30729	372,71
Cabixi	50461541,29	46980882,28	5690	611,72
Cacaulândia	52518504,29	41766058,85	4345	2474,67
Cacoal	468442014,56	437804797,32	97637	313,79
Campo Novo de Rondônia	93827170,92	73028360,91	9225	2254,61
Candeias do Jamari	111712058,74	118062521,33	24163	-262,82
Castanheiras	38410907,74	35561339,81	3456	824,53
Cerejeiras	115013169,60	118206210,80	16975	-188,10
Chupinguaia	98869997,68	94987606,09	10129	383,29
Colorado do Oeste	112622138,67	105777506,64	16588	412,63
Corumbiara	77911816,46	81149102,99	8001	-404,61
Costa Marques	83367322,50	81713063,60	13522	122,34
Cujubim	135975376,67	128636106,81	15883	462,08
Espigão D'Oeste	158760632,60	149621282,99	32717	279,35
Governador Jorge Teixeira	63613314,23	59015722,46	8420	546,03
Guajará-Mirim	201696644,99	174022779,51	43553	635,41
Itapuã do Oeste	77640406,49	78883830,46	9209	-135,02
Jaru	322582238,68	268740599,29	55583	968,67
Ji-Paraná	614821860,11	602593298,88	139359	87,75
Machadinho D'Oeste	188273090,10	176511018,06	34063	345,30
Ministro Andreazza	52068580,48	51877232,38	6657	28,74
Mirante da Serra	60335491,47	62773106,86	9740	-250,27
Monte Negro	122000710,10	108284530,80	12241	1120,51
Nova Brasilândia D'Oeste	111340908,97	112661308,20	16504	-80,00
Nova Mamoré	187936579,09	165583933,02	28496	784,41
Nova União	49634355,79	43768477,46	6577	891,88
Novo Horizonte do Oeste	66105823,27	51486967,38	8056	1814,65
Ouro Preto do Oeste	212270277,15	223984756,51	38681	-302,85
Parecis	43167216,64	45591748,17	4390	-552,29
Pimenta Bueno	226853023,52	234721435,63	39053	-201,48
Pimenteiras do Oeste	47852258,31	47690440,47	2311	70,02
Porto Velho	2735478829,80	2655611947,84	514873	155,12
Presidente Médici	106201179,92	108155301,13	20518	-95,24
Primavera de Rondônia	36566207,12	38430038,18	3279	-568,41
Rio Crespo	46307537,01	40949263,08	3753	1427,73
Rolim de Moura	300478889,61	262098283,87	62559	613,51
Santa Luzia D'Oeste	70076956,00	65795583,40	7877	543,53
São Felipe D'Oeste	51040419,23	51035148,28	5605	0,94
São Francisco do Guaporé	127348601,82	119321573,36	17511	458,40

INDICADOR 5 – RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2024				
Município	**Receita Total (R$) (a)**	**Despesa Total (R$) (b)**	**População (c)**	**IND5 - REO (d) = (a-b) / c**
São Miguel do Guaporé	140345642,73	122265846,03	22267	811,95
Seringueiras	93690944,59	84896427,80	12954	678,90
Teixeirópolis	36851822,85	38618133,81	4536	-389,40
Theobroma	69276521,41	64378441,24	8540	573,55
Urupá	90030948,37	94824174,11	11377	-421,31
Vale do Anari	66269069,23	61226598,61	8265	610,10
Vale do Paraíso	48882332,73	41101367,63	6843	1137,07
Vilhena	638321994,40	571764843,88	108528	613,27

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Alta Floresta D'Oeste	174138617,56	181846684,01	0,96
Alto Alegre dos Parecis	106125951,93	118340396,97	0,90
Alto Paraíso	101002081,80	106423292,72	0,95
Alvorada D'Oeste	-15274142,61	269257819,28	-0,06
Ariquemes	-46178921,89	942043608,14	-0,05
Buritis	92402723,92	411720760,60	0,22
Cabixi	63181375,51	65879974,87	0,96
Cacaulândia	68525700,08	110767489,47	0,62
Cacoal	496776261,82	589803801,88	0,84
Campo Novo de Rondônia	26666412,63	212943822,51	0,13
Candeias do Jamari	126924514,95	145034986,47	0,88
Castanheiras	30029985,93	103115364,76	0,29
Cerejeiras	204282901,71	207861748,41	0,98
Chupinguaia	87449474,10	91782917,21	0,95
Colorado do Oeste	130453668,72	156663461,42	0,83
Corumbiara	124681910,66	124952544,87	1,00
Costa Marques	72538913,39	95396461,57	0,76
Cujubim	-10482098,58	177646309,94	-0,06
Espigão D'Oeste	131808656,27	320243127,18	0,41
Governador Jorge Teixeira	-7736001,37	151774984,08	-0,05
Guajará-Mirim	-389620587,13	589270461,15	-0,66
Itapuã do Oeste	109927527,68	119476816,14	0,92
Jaru	203937917,87	712700341,00	0,29
Ji-Paraná	247665120,52	1039812233,11	0,24
Machadinho D'Oeste	87241940,15	365514173,28	0,24
Ministro Andreazza	87159660,67	88494917,60	0,98

INDICADOR 6 – ATIVOS LÍQUIDOS – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.3. PL (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND6 - ATLIQ (c) = a / b**
Mirante da Serra	66385679,23	131998492,64	0,50
Monte Negro	78634792,96	169222411,32	0,46
Nova Brasilândia D'Oeste	93331450,70	197595345,50	0,47
Nova Mamoré	57157911,79	278014010,31	0,21
Nova União	11859705,44	109486349,10	0,11
Novo Horizonte do Oeste	139973,94	128511594,67	0,00
Ouro Preto do Oeste	-97248431,22	530473643,78	-0,18
Parecis	56301992,97	57533929,55	0,98
Pimenta Bueno	382389854,12	394651571,12	0,97
Pimenteiras do Oeste	34352980,38	35662537,35	0,96
Porto Velho	-1582347373,98	3281942379,32	-0,48
Presidente Médici	79229415,41	95815276,52	0,83
Primavera de Rondônia	40657402,32	43532850,15	0,93
Rio Crespo	58989942,75	59966615,31	0,98
Rolim de Moura	99354296,09	701592232,00	0,14
Santa Luzia D'Oeste	96787557,36	104324993,42	0,93
São Felipe D'Oeste	66810954,24	67558136,15	0,99
São Francisco do Guaporé	101500516,02	255380864,81	0,40
São Miguel do Guaporé	-11255854,93	393633549,43	-0,03
Seringueiras	89186103,52	172619340,05	0,52
Teixeirópolis	79493893,65	79669802,66	1,00
Theobroma	14146937,24	128907394,21	0,11
Urupá	85789647,76	94855429,63	0,90
Vale do Anari	14508802,23	128227959,54	0,11
Vale do Paraíso	-24698806,44	145575054,89	-0,17
Vilhena	57131454,59	1296847241,68	0,04

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	7017298,94	181846684,01	0,04
Alto Alegre dos Parecis	11851646,72	118340396,97	0,10
Alto Paraíso	0,00	106423292,72	0,00
Alvorada D'Oeste	284072288,98	269257819,28	1,06
Ariquemes	974766264,91	942043608,14	1,03
Buritis	273809859,82	411720760,60	0,67
Cabixi	0,00	65879974,87	0,00
Cacaulândia	40937483,37	110767489,47	0,37

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Cacoal	82119998,96	589803801,88	0,14
Campo Novo de Rondônia	168728025,69	212943822,51	0,79
Candeias do Jamari	6883148,06	145034986,47	0,05
Castanheiras	72563896,19	103115364,76	0,70
Cerejeiras	722712,58	207861748,41	0,00
Chupinguaia	1587092,74	91782917,21	0,02
Colorado do Oeste	20264172,64	156663461,42	0,13
Corumbiara	0,00	124952544,87	0,00
Costa Marques	22672674,92	95396461,57	0,24
Cujubim	169633069,36	177646309,94	0,95
Espigão D'Oeste	176300754,35	320243127,18	0,55
Governador Jorge Teixeira	158307681,95	151774984,08	1,04
Guajará-Mirim	949212487,66	589270461,15	1,61
Itapuã do Oeste	7084230,16	119476816,14	0,06
Jaru	493191006,35	712700341,00	0,69
Ji-Paraná	758414743,68	1039812233,11	0,73
Machadinho D'Oeste	268685620,96	365514173,28	0,74
Ministro Andreazza	423824,51	88494917,60	0,00
Mirante da Serra	63004734,72	131998492,64	0,48
Monte Negro	86558201,86	169222411,32	0,51
Nova Brasilândia D'Oeste	99672864,43	197595345,50	0,50
Nova Mamoré	218210789,43	278014010,31	0,78
Nova União	95256456,59	109486349,10	0,87
Novo Horizonte do Oeste	120216982,07	128511594,67	0,94
Ouro Preto do Oeste	606967294,39	530473643,78	1,14
Parecis	989871,91	57533929,55	0,02
Pimenta Bueno	8217131,86	394651571,12	0,02
Pimenteiras do Oeste	0,00	35662537,35	0,00
Porto Velho	4656207008,80	3281942379,32	1,42
Presidente Médici	6281005,41	95815276,52	0,07
Primavera de Rondônia	1929423,98	43532850,15	0,04
Rio Crespo	0,00	59966615,31	0,00
Rolim de Moura	589489754,78	701592232,00	0,84
Santa Luzia D'Oeste	6014252,69	104324993,42	0,06
São Felipe D'Oeste	679070,81	67558136,15	0,01
São Francisco do Guaporé	153123509,94	255380864,81	0,60
São Miguel do Guaporé	403646841,38	393633549,43	1,03
Seringueiras	83230774,87	172619340,05	0,48
Teixeirópolis	0,00	79669802,66	0,00
Theobroma	114651057,06	128907394,21	0,89
Urupá	7612224,57	94855429,63	0,08

INDICADOR 7 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**1. ATIVO (R$) (b)**	**IND7 - OLP (c) = a/b**
Vale do Anari	112586666,27	128227959,54	0,88
Vale do Paraíso	163913505,36	145575054,89	1,13
Vilhena	1211117232,47	1296847241,68	0,93

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	7017298,94	22853	307,06
Alto Alegre dos Parecis	11851646,72	12263	966,46
Alto Paraíso	0,00	17463	0,00
Alvorada D'Oeste	284072288,98	13837	20529,90
Ariquemes	974766264,91	108573	8977,98
Buritis	273809859,82	30729	8910,47
Cabixi	0,00	5690	0,00
Cacaulândia	40937483,37	4345	9421,75
Cacoal	82119998,96	97637	841,07
Campo Novo de Rondônia	168728025,69	9225	18290,30
Candeias do Jamari	6883148,06	24163	284,86
Castanheiras	72563896,19	3456	20996,50
Cerejeiras	722712,58	16975	42,58
Chupinguaia	1587092,74	10129	156,69
Colorado do Oeste	20264172,64	16588	1221,62
Corumbiara	0,00	8001	0,00
Costa Marques	22672674,92	13522	1676,72
Cujubim	169633069,36	15883	10680,17
Espigão D'Oeste	176300754,35	32717	5388,66
Governador Jorge Teixeira	158307681,95	8420	18801,39
Guajará-Mirim	949212487,66	43553	21794,42
Itapuã do Oeste	7084230,16	9209	769,27
Jaru	493191006,35	55583	8873,05
Ji-Paraná	758414743,68	139359	5442,17
Machadinho D'Oeste	268685620,96	34063	7887,90
Ministro Andreazza	423824,51	6657	63,67
Mirante da Serra	63004734,72	9740	6468,66
Monte Negro	86558201,86	12241	7071,17
Nova Brasilândia D'Oeste	99672864,43	16504	6039,32
Nova Mamoré	218210789,43	28496	7657,59
Nova União	95256456,59	6577	14483,27

INDICADOR 8 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**2.2. PNC (R$) (a)**	**População (b)**	**IND8 - OLPpC (c) = a/b**
Novo Horizonte do Oeste	120216982,07	8056	14922,66
Ouro Preto do Oeste	606967294,39	38681	15691,61
Parecis	989871,91	4390	225,48
Pimenta Bueno	8217131,86	39053	210,41
Pimenteiras do Oeste	0,00	2311	0,00
Porto Velho	4656207008,80	514.873	9043,41
Presidente Médici	6281005,41	20518	306,12
Primavera de Rondônia	1929423,98	3279	588,42
Rio Crespo	0,00	3753	0,00
Rolim de Moura	589489754,78	62559	9422,94
Santa Luzia D'Oeste	6014252,69	7877	763,52
São Felipe D'Oeste	679070,81	5605	121,15
São Francisco do Guaporé	153123509,94	17511	8744,42
São Miguel do Guaporé	403646841,38	22267	18127,58
Seringueiras	83230774,87	12954	6425,10
Teixeirópolis	0,00	4536	0,00
Theobroma	114651057,06	8540	13425,18
Urupá	7612224,57	11377	669,09
Vale do Anari	112586666,27	8265	13622,10
Vale do Paraíso	163913505,36	6843	23953,46
Vilhena	1211117232,47	108528	11159,49

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	11170978,60	22853	488,82
Alto Alegre dos Parecis	5946083,01	12263	484,88
Alto Paraíso	9361889,52	17463	536,10
Alvorada D'Oeste	5597438,64	13837	404,53
Ariquemes	109088524,93	108573	1004,75
Buritis	16342709,27	30729	531,83
Cabixi	2951623,60	5690	518,74
Cacaulândia	3605212,46	4345	829,74
Cacoal	98624283,50	97637	1010,11
Campo Novo de Rondônia	5980971,68	9225	648,34
Candeias do Jamari	9958774,19	24163	412,15
Castanheiras	1656361,91	3456	479,27
Cerejeiras	16780421,96	16975	988,54

INDICADOR 9 – TRIBUTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Total da Receita Tributária (R$) (a)**	**População (b)**	**IND9 - TRIBpC (c) = a/b**
Chupinguaia	12988750,68	10129	1282,33
Colorado do Oeste	11996376,52	16588	723,20
Corumbiara	7318636,71	8001	914,72
Costa Marques	4812939,31	13522	355,93
Cujubim	8064153,80	15883	507,72
Espigão D'Oeste	15336898,50	32717	468,77
Governador Jorge Teixeira	3480887,72	8420	413,41
Guajará-Mirim	18486967,02	43553	424,47
Itapuã do Oeste	6617419,82	9209	718,58
Jaru	41449709,60	55583	745,73
Ji-Paraná	111949672,32	139359	803,32
Machadinho D'Oeste	20049848,98	34063	588,61
Ministro Andreazza	2835064,57	6657	425,88
Mirante da Serra	4621053,93	9740	474,44
Monte Negro	8512167,82	12241	695,38
Nova Brasilândia D'Oeste	10297374,49	16504	623,93
Nova Mamoré	11142663,99	28496	391,03
Nova União	2361269,30	6577	359,02
Novo Horizonte do Oeste	3532653,80	8056	438,51
Ouro Preto do Oeste	23135068,43	38681	598,10
Parecis	3307827,41	4390	753,49
Pimenta Bueno	38467708,14	39053	985,01
Pimenteiras do Oeste	3270026,96	2311	1414,98
Porto Velho	545027221,41	514873	1058,57
Presidente Médici	10323245,52	20518	503,13
Primavera de Rondônia	2372805,23	3279	723,64
Rio Crespo	2930826,37	3753	780,93
Rolim de Moura	51816642,48	62559	828,28
Santa Luzia D'Oeste	5963525,10	7877	757,08
São Felipe D'Oeste	4559632,52	5605	813,49
São Francisco do Guaporé	9500346,58	17511	542,54
São Miguel do Guaporé	12227118,86	22267	549,11
Seringueiras	5392005,15	12954	416,24
Teixeirópolis	3227328,80	4536	711,49
Theobroma	3336760,64	8540	390,72
Urupá	6786815,54	11377	596,54
Vale do Anari	3146088,71	8265	380,65
Vale do Paraíso	2816831,47	6843	411,64
Vilhena	118283200,70	108528	1089,89

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	134022003,80	22853	5864,53
Alto Alegre dos Parecis	94547922,21	12263	7710,02
Alto Paraíso	101538120,22	17463	5814,47
Alvorada D'Oeste	84753470,07	13837	6125,13
Ariquemes	524461979,63	108573	4830,50
Buritis	156134062,97	30729	5081,00
Cabixi	50461541,29	5690	8868,46
Cacaulândia	52518504,29	4345	12087,11
Cacoal	468442014,56	97637	4797,79
Campo Novo de Rondônia	93827170,92	9225	10170,97
Candeias do Jamari	111712058,74	24163	4623,27
Castanheiras	38410907,74	3456	11114,27
Cerejeiras	115013169,60	16975	6775,44
Chupinguaia	98869997,68	10129	9761,08
Colorado do Oeste	112622138,67	16588	6789,37
Corumbiara	77911816,46	8001	9737,76
Costa Marques	83367322,50	13522	6165,31
Cujubim	135975376,67	15883	8561,06
Espigão D'Oeste	158760632,60	32717	4852,54
Governador Jorge Teixeira	63613314,23	8420	7555,03
Guajará-Mirim	201696644,99	43553	4631,06
Itapuã do Oeste	77640406,49	9209	8430,93
Jaru	322582238,68	55583	5803,61
Ji-Paraná	614821860,11	139359	4411,78
Machadinho D'Oeste	188273090,10	34063	5527,20
Ministro Andreazza	52068580,48	6657	7821,63
Mirante da Serra	60335491,47	9740	6194,61
Monte Negro	122000710,10	12241	9966,56
Nova Brasilândia D'Oeste	111340908,97	16504	6746,30
Nova Mamoré	187936579,09	28496	6595,19
Nova União	49634355,79	6577	7546,66
Novo Horizonte do Oeste	66105823,27	8056	8205,79
Ouro Preto do Oeste	212270277,15	38681	5487,71
Parecis	43167216,64	4390	9833,08
Pimenta Bueno	226853023,52	39053	5808,85
Pimenteiras do Oeste	47852258,31	2311	20706,30
Porto Velho	2735478829,80	514873	5312,92
Presidente Médici	106201179,92	20518	5176,00
Primavera de Rondônia	36566207,12	3279	11151,63
Rio Crespo	46307537,01	3753	12338,81
Rolim de Moura	300478889,61	62559	4803,13

INDICADOR 10 – RECEITA *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Total da Receita (R$) (a)**	**População (b)**	**IND10 - RECpC (c) = a/b**
Santa Luzia D'Oeste	70076956,00	7877	8896,40
São Felipe D'Oeste	51040419,23	5605	9106,23
São Francisco do Guaporé	127348601,82	17511	7272,49
São Miguel do Guaporé	140345642,73	22267	6302,85
Seringueiras	93690944,59	12954	7232,59
Teixeirópolis	36851822,85	4536	8124,30
Theobroma	69276521,41	8540	8112,00
Urupá	90030948,37	11377	7913,42
Vale do Anari	66269069,23	8265	8018,04
Vale do Paraíso	48882332,73	6843	7143,41
Vilhena	638321994,40	108528	5881,63

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Alta Floresta D'Oeste	136518955,28	22853	5973,79
Alto Alegre dos Parecis	98610476,04	12263	8041,30
Alto Paraíso	95665105,64	17463	5478,16
Alvorada D'Oeste	70134768,61	13837	5068,64
Ariquemes	540044669,85	108573	4974,02
Buritis	144681149,62	30729	4708,29
Cabixi	46980882,28	5690	8256,75
Cacaulândia	41766058,85	4345	9612,44
Cacoal	437804797,32	97637	4484,01
Campo Novo de Rondônia	73028360,91	9225	7916,35
Candeias do Jamari	118062521,33	24163	4886,09
Castanheiras	35561339,81	3456	10289,74
Cerejeiras	118206210,80	16975	6963,55
Chupinguaia	94987606,09	10129	9377,79
Colorado do Oeste	105777506,64	16588	6376,75
Corumbiara	81149102,99	8001	10142,37
Costa Marques	81713063,60	13522	6042,97
Cujubim	128636106,81	15883	8098,98
Espigão D'Oeste	149621282,99	32717	4573,20
Governador Jorge Teixeira	59015722,46	8420	7008,99
Guajará-Mirim	174022779,51	43553	3995,66
Itapuã do Oeste	78883830,46	9209	8565,95
Jaru	268740599,29	55583	4834,94

INDICADOR 11 – GASTOS *PER CAPITA* – EXERCÍCIO DE 2024			
Município	**Total dos Gastos (R$) (a)**	**População (b)**	**IND11 – DESPpC (c) = a/b**
Ji-Paraná	602593298,88	139359	4324,04
Machadinho D'Oeste	176511018,06	34063	5181,90
Ministro Andreazza	51877232,38	6657	7792,88
Mirante da Serra	62773106,86	9740	6444,88
Monte Negro	108284530,80	12241	8846,05
Nova Brasilândia D'Oeste	112661308,20	16504	6826,30
Nova Mamoré	165583933,02	28496	5810,78
Nova União	43768477,46	6577	6654,78
Novo Horizonte do Oeste	51486967,38	8056	6391,13
Ouro Preto do Oeste	223984756,51	38681	5790,56
Parecis	45591748,17	4390	10385,36
Pimenta Bueno	234721435,63	39053	6010,33
Pimenteiras do Oeste	47690440,47	2311	20636,28
Porto Velho	2655611947,84	514873	5157,80
Presidente Médici	108155301,13	20518	5271,24
Primavera de Rondônia	38430038,18	3279	11720,05
Rio Crespo	40949263,08	3753	10911,07
Rolim de Moura	262098283,87	62559	4189,62
Santa Luzia D'Oeste	65795583,40	7877	8352,87
São Felipe D'Oeste	51035148,28	5605	9105,29
São Francisco do Guaporé	119321573,36	17511	6814,09
São Miguel do Guaporé	122265846,03	22267	5490,90
Seringueiras	84896427,80	12954	6553,68
Teixeirópolis	38618133,81	4536	8513,70
Theobroma	64378441,24	8540	7538,46
Urupá	94824174,11	11377	8334,73
Vale do Anari	61226598,61	8265	7407,94
Vale do Paraíso	41101367,63	6843	6006,34
Vilhena	571764843,88	108528	5268,36

APÊNDICE B – TABELAS COM O *RANKING* DOS MUNICÍPIOS POR ANO

Ranking de 2017

(Continua)

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
1	Nova União	82,01	Alta condição financeira
2	Teixeirópolis	76,61	Alta condição financeira
3	Pimenteiras do Oeste	73,85	Alta condição financeira
4	Chupinguaia	68,50	Alta condição financeira
5	Corumbiara	62,94	Média condição financeira
6	Urupá	62,52	Média condição financeira
7	São Francisco do Guaporé	62,07	Média condição financeira
8	Espigão D'Oeste	61,13	Média condição financeira
9	Cerejeiras	60,31	Média condição financeira
10	Santa Luzia D'Oeste	57,86	Média condição financeira
11	Primavera de Rondônia	57,74	Média condição financeira
12	São Felipe D'Oeste	56,14	Média condição financeira
13	Seringueiras	54,87	Média condição financeira
14	Castanheiras	53,57	Média condição financeira
15	Ariquemes	51,98	Média condição financeira
16	Nova Brasilândia D'Oeste	51,59	Média condição financeira
17	Alto Paraíso	50,99	Média condição financeira
18	Nova Mamoré	49,52	Média condição financeira
19	Mirante da Serra	48,72	Baixa condição financeira
20	Alvorada D'Oeste	48,71	Baixa condição financeira
21	Porto Velho	48,68	Baixa condição financeira
22	Vilhena	48,67	Baixa condição financeira
23	Cabixi	48,04	Baixa condição financeira
24	São Miguel do Guaporé	47,00	Baixa condição financeira
25	Ji-Paraná	46,59	Baixa condição financeira
26	Buritis	45,64	Baixa condição financeira
27	Pimenta Bueno	45,44	Baixa condição financeira
28	Cujubim	45,04	Baixa condição financeira
29	Ministro Andreazza	44,58	Baixa condição financeira
30	Costa Marques	43,72	Baixa condição financeira
31	Jaru	41,99	Baixa condição financeira
32	Vale do Paraíso	41,79	Baixa condição financeira
33	Cacaulândia	40,34	Baixa condição financeira
34	Cacoal	39,50	Baixa condição financeira
35	Monte Negro	39,33	Baixa condição financeira
36	Governador Jorge Teixeira	39,30	Baixa condição financeira
37	Parecis	39,19	Baixa condição financeira
38	Rio Crespo	39,09	Baixa condição financeira
39	Ouro Preto do Oeste	38,87	Baixa condição financeira
40	Alta Floresta D'Oeste	37,63	Baixa condição financeira

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
41	Alto Alegre dos Parecis	36,89	Baixa condição financeira
42	Presidente Médici	35,87	Baixa condição financeira
43	Vale do Anari	35,29	Baixa condição financeira
44	Colorado do Oeste	33,42	Baixa condição financeira
45	Candeias do Jamari	31,00	Baixa condição financeira
46	Campo Novo de Rondônia	27,18	Baixa condição financeira
47	Theobroma	26,77	Baixa condição financeira
48	Itapuã do Oeste	26,41	Baixa condição financeira
49	Rolim de Moura	24,79	Baixa condição financeira
50	Machadinho D'Oeste	23,68	Baixa condição financeira
51	Novo Horizonte do Oeste	20,41	Baixa condição financeira
52	Guajará-Mirim	0,07	Baixa condição financeira

Ranking de 2018

(Continua)

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
1	Primavera de Rondônia	83,42	Alta condição financeira
2	Pimenteiras do Oeste	81,27	Alta condição financeira
3	Nova União	77,28	Alta condição financeira
4	Teixeirópolis	75,44	Alta condição financeira
5	Cabixi	70,56	Alta condição financeira
6	São Felipe D'Oeste	69,70	Alta condição financeira
7	Corumbiara	67,36	Alta condição financeira
8	Itapuã do Oeste	65,89	Alta condição financeira
9	São Francisco do Guaporé	65,82	Alta condição financeira
10	Cerejeiras	64,59	Alta condição financeira
11	Chupinguaia	64,43	Alta condição financeira
12	Santa Luzia D'Oeste	63,91	Alta condição financeira
13	Alta Floresta D'Oeste	62,15	Média condição financeira
14	Seringueiras	61,43	Média condição financeira
15	Alto Paraíso	60,73	Média condição financeira
16	Espigão D'Oeste	60,13	Média condição financeira
17	Castanheiras	59,96	Média condição financeira
18	Ministro Andreazza	59,90	Média condição financeira
19	Cacaulândia	59,16	Média condição financeira
20	Rio Crespo	57,38	Média condição financeira
21	Colorado do Oeste	56,36	Média condição financeira
22	Mirante da Serra	55,10	Média condição financeira
23	Governador Jorge Teixeira	53,98	Média condição financeira
24	Costa Marques	51,29	Média condição financeira
25	Urupá	51,16	Média condição financeira

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
26	Cacoal	51,08	Média condição financeira
27	Parecis	49,83	Média condição financeira
28	Cujubim	49,78	Média condição financeira
29	Buritis	49,76	Média condição financeira
30	Monte Negro	49,11	Média condição financeira
31	Ariquemes	48,06	Baixa condição financeira
32	Vale do Paraíso	47,87	Baixa condição financeira
33	Alvorada D'Oeste	47,84	Baixa condição financeira
34	Vilhena	47,50	Baixa condição financeira
35	Ji-Paraná	46,89	Baixa condição financeira
36	São Miguel do Guaporé	46,67	Baixa condição financeira
37	Vale do Anari	46,07	Baixa condição financeira
38	Pimenta Bueno	45,45	Baixa condição financeira
39	Jaru	45,32	Baixa condição financeira
40	Novo Horizonte do Oeste	44,54	Baixa condição financeira
41	Rolim de Moura	41,97	Baixa condição financeira
42	Campo Novo de Rondônia	40,48	Baixa condição financeira
43	Candeias do Jamari	40,48	Baixa condição financeira
44	Nova Mamoré	40,23	Baixa condição financeira
45	Porto Velho	39,50	Baixa condição financeira
46	Theobroma	39,32	Baixa condição financeira
47	Presidente Médici	38,97	Baixa condição financeira
48	Alto Alegre dos Parecis	38,47	Baixa condição financeira
49	Machadinho D'Oeste	37,74	Baixa condição financeira
50	Ouro Preto do Oeste	36,03	Baixa condição financeira
51	Nova Brasilândia D'Oeste	35,99	Baixa condição financeira
52	Guajará-Mirim	11,66	Baixa condição financeira

Ranking de 2019

(Continua)

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
1	Campo Novo de Rondônia	96,52	Alta condição financeira
2	Teixeirópolis	94,99	Alta condição financeira
3	Nova União	81,41	Alta condição financeira
4	Seringueiras	72,60	Alta condição financeira
5	Santa Luzia D'Oeste	72,51	Alta condição financeira
6	Pimenteiras do Oeste	69,65	Alta condição financeira
7	Chupinguaia	66,56	Alta condição financeira
8	Alto Alegre dos Parecis	64,93	Alta condição financeira
9	Pimenta Bueno	64,14	Alta condição financeira
10	Cerejeiras	64,14	Alta condição financeira
11	São Felipe D'Oeste	61,18	Média condição financeira

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
12	Cabixi	60,63	Média condição financeira
13	Ministro Andreazza	60,09	Média condição financeira
14	São Francisco do Guaporé	59,59	Média condição financeira
15	Itapuã do Oeste	59,48	Média condição financeira
16	Cacaulândia	57,90	Média condição financeira
17	Ariquemes	56,48	Média condição financeira
18	Governador Jorge Teixeira	56,17	Média condição financeira
19	Vilhena	56,10	Média condição financeira
20	Theobroma	55,94	Média condição financeira
21	Primavera de Rondônia	55,55	Média condição financeira
22	Vale do Anari	55,47	Média condição financeira
23	Ouro Preto do Oeste	54,99	Média condição financeira
24	Parecis	54,83	Média condição financeira
25	Urupá	54,40	Média condição financeira
26	Espigão D'Oeste	54,14	Média condição financeira
27	São Miguel do Guaporé	54,13	Média condição financeira
28	Nova Brasilândia D'Oeste	53,98	Média condição financeira
29	Mirante da Serra	53,37	Média condição financeira
30	Alta Floresta D'Oeste	53,35	Média condição financeira
31	Alvorada D'Oeste	52,81	Média condição financeira
32	Vale do Paraíso	51,55	Média condição financeira
33	Castanheiras	51,43	Média condição financeira
34	Ji-Paraná	50,32	Média condição financeira
35	Corumbiara	49,94	Média condição financeira
36	Porto Velho	48,94	Baixa condição financeira
37	Alto Paraíso	48,20	Baixa condição financeira
38	Machadinho D'Oeste	48,15	Baixa condição financeira
39	Cujubim	47,38	Baixa condição financeira
40	Novo Horizonte do Oeste	46,69	Baixa condição financeira
41	Rolim de Moura	46,10	Baixa condição financeira
42	Presidente Médici	45,62	Baixa condição financeira
43	Cacoal	45,31	Baixa condição financeira
44	Nova Mamoré	45,18	Baixa condição financeira
45	Jaru	45,06	Baixa condição financeira
46	Colorado do Oeste	43,56	Baixa condição financeira
47	Rio Crespo	42,71	Baixa condição financeira
48	Monte Negro	41,05	Baixa condição financeira
49	Buritis	38,67	Baixa condição financeira
50	Candeias do Jamari	33,75	Baixa condição financeira
51	Costa Marques	32,34	Baixa condição financeira
52	Guajará-Mirim	10,23	Baixa condição financeira

Ranking de 2023

(Continua)

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
1	São Felipe D'Oeste	99,87	Alta condição financeira
2	Teixeirópolis	93,70	Alta condição financeira
3	Primavera de Rondônia	90,02	Alta condição financeira
4	Urupá	83,05	Alta condição financeira
5	Cerejeiras	81,62	Alta condição financeira
6	Ministro Andreazza	81,09	Alta condição financeira
7	Cacaulândia	80,56	Alta condição financeira
8	Santa Luzia D'Oeste	79,28	Alta condição financeira
9	Alto Alegre dos Parecis	77,21	Alta condição financeira
10	São Francisco do Guaporé	74,74	Alta condição financeira
11	Itapuã do Oeste	74,50	Alta condição financeira
12	Castanheiras	72,88	Alta condição financeira
13	Vale do Anari	71,42	Alta condição financeira
14	Cabixi	68,39	Alta condição financeira
15	Nova Mamoré	67,47	Alta condição financeira
16	Pimenteiras do Oeste	66,77	Alta condição financeira
17	Theobroma	66,62	Alta condição financeira
18	Corumbiara	66,57	Alta condição financeira
19	Costa Marques	66,34	Alta condição financeira
20	Parecis	65,50	Alta condição financeira
21	Campo Novo de Rondônia	64,85	Alta condição financeira
22	Seringueiras	64,00	Alta condição financeira
23	Nova União	63,52	Alta condição financeira
24	Mirante da Serra	63,03	Média condição financeira
25	Chupinguaia	62,78	Média condição financeira
26	Pimenta Bueno	59,98	Média condição financeira
27	Nova Brasilândia D'Oeste	59,73	Média condição financeira
28	Rio Crespo	59,62	Média condição financeira
29	Presidente Médici	59,58	Média condição financeira
30	Alvorada D'Oeste	58,15	Média condição financeira
31	Alto Paraíso	57,78	Média condição financeira
32	Novo Horizonte do Oeste	57,03	Média condição financeira
33	Cujubim	56,29	Média condição financeira
34	Jaru	56,00	Média condição financeira
35	Vilhena	55,42	Média condição financeira
36	Alta Floresta D'Oeste	55,40	Média condição financeira
37	Ariquemes	55,03	Média condição financeira
38	Colorado do Oeste	52,88	Média condição financeira
39	Buritis	51,62	Média condição financeira
40	Ouro Preto do Oeste	50,61	Média condição financeira
41	Ji-Paraná	50,45	Média condição financeira
42	Monte Negro	50,43	Média condição financeira

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
43	Cacoal	48,87	Baixa condição financeira
44	Rolim de Moura	48,67	Baixa condição financeira
45	Espigão D'Oeste	48,26	Baixa condição financeira
46	Governador Jorge Teixeira	47,95	Baixa condição financeira
47	São Miguel do Guaporé	46,75	Baixa condição financeira
48	Candeias do Jamari	39,55	Baixa condição financeira
49	Vale do Paraíso	38,65	Baixa condição financeira
50	Machadinho D'Oeste	34,87	Baixa condição financeira
51	Guajará-Mirim	27,92	Baixa condição financeira
52	Porto Velho	17,91	Baixa condição financeira

Ranking de 2024

(Continua)

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
1	Rio Crespo	91,35	Alta condição financeira
2	São Felipe D'Oeste	90,02	Alta condição financeira
3	Pimenteiras do Oeste	87,71	Alta condição financeira
4	Corumbiara	86,34	Alta condição financeira
5	Cacaulândia	86,08	Alta condição financeira
6	Seringueiras	82,92	Alta condição financeira
7	Teixeirópolis	82,38	Alta condição financeira
8	Cabixi	81,84	Alta condição financeira
9	Santa Luzia D'Oeste	78,89	Alta condição financeira
10	Chupinguaia	78,57	Alta condição financeira
11	Ministro Andreazza	76,56	Alta condição financeira
12	Theobroma	76,31	Alta condição financeira
13	São Francisco do Guaporé	75,00	Alta condição financeira
14	Costa Marques	74,23	Alta condição financeira
15	Parecis	73,85	Alta condição financeira
16	Alto Paraíso	73,77	Alta condição financeira
17	Monte Negro	70,91	Alta condição financeira
18	Alvorada D'Oeste	70,20	Alta condição financeira
19	Castanheiras	69,88	Alta condição financeira
20	Alta Floresta D'Oeste	69,05	Alta condição financeira
21	Alto Alegre dos Parecis	68,34	Alta condição financeira
22	Cacoal	67,03	Alta condição financeira
23	Cerejeiras	66,81	Alta condição financeira
24	Nova Mamoré	65,76	Alta condição financeira
25	São Miguel do Guaporé	64,46	Alta condição financeira
26	Colorado do Oeste	64,31	Alta condição financeira
27	Campo Novo de Rondônia	64,11	Alta condição financeira
28	Jaru	63,38	Média condição financeira

Posição no *Ranking*	Município	ICF	ICF faixa
29	Itapuã do Oeste	62,58	Média condição financeira
30	Primavera de Rondônia	61,86	Média condição financeira
31	Vale do Anari	61,08	Média condição financeira
32	Nova União	60,94	Média condição financeira
33	Urupá	60,81	Média condição financeira
34	Pimenta Bueno	59,53	Média condição financeira
35	Novo Horizonte do Oeste	58,60	Média condição financeira
36	Governador Jorge Teixeira	58,10	Média condição financeira
37	Espigão D'Oeste	55,78	Média condição financeira
38	Machadinho D'Oeste	55,19	Média condição financeira
39	Nova Brasilândia D'Oeste	52,33	Média condição financeira
40	Rolim de Moura	50,93	Média condição financeira
41	Ji-Paraná	50,80	Média condição financeira
42	Vilhena	50,20	Média condição financeira
43	Vale do Paraíso	50,08	Média condição financeira
44	Presidente Médici	49,50	Média condição financeira
45	Cujubim	49,01	Baixa condição financeira
46	Mirante da Serra	48,82	Baixa condição financeira
47	Buritis	47,67	Baixa condição financeira
48	Candeias do Jamari	44,69	Baixa condição financeira
49	Ariquemes	41,13	Baixa condição financeira
50	Porto Velho	38,68	Baixa condição financeira
51	Guajará-Mirim	34,99	Baixa condição financeira
52	Ouro Preto do Oeste	29,71	Baixa condição financeira

APÊNDICE C – PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO (PTT)

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



ÍNDICE DE CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

ÍNDICE DE CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

Estudo Técnico apresentado pelo mestrando Elisson Sanches de Lima ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, sob orientação da docente Profa. Dra. Sandra da Cruz Garcia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Resumo 03

Contexto 04

Descrição da situação problema 06

Objetivo da proposta 06

Modelo Analítico 07

Resultados 11

Conclusão 14

Referências 14

RESUMO

Este estudo técnico apresenta uma proposta de ferramenta diagnóstica denominada Índice de Condição Financeira Municipal (ICF), voltada à avaliação da saúde fiscal dos municípios do Estado de Rondônia. Fundamentado na Teoria da Condição Financeira Governamental e nos modelos de solvência de Wang, Dennis e Tu (2007), o ICF contempla quatro dimensões analíticas: solvência de caixa, orçamentária, de longo prazo e do nível de serviços. A pesquisa é aplicada, quantitativa e censitária, utilizando dados documentais extraídos do SICONFI e do IBGE, referentes aos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024. Os dados são tratados estatisticamente com o uso do *software* IBM SPSS *Statistics*, versão 22, e padronizados em *Z-scores*.

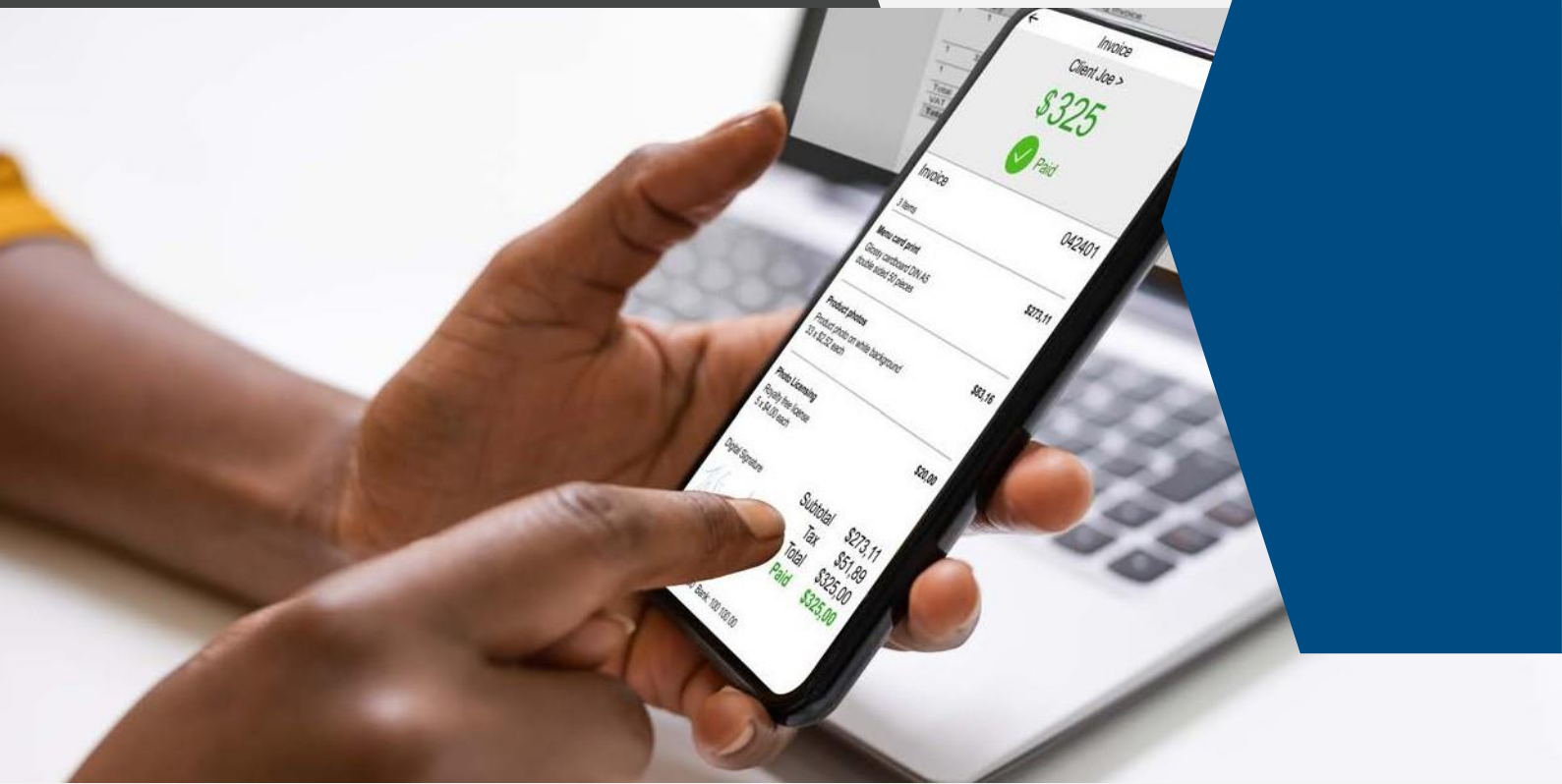
Foram selecionados 11 indicadores financeiros municipais, tratados estatisticamente e submetidos à Análise de Componentes Principais (ACP), resultando em quatro fatores que explicam 92,36% da variância. Com base nos escores fatoriais, foi construído o Índice de Condição Financeira (ICF), reescalonado para uma escala de 0 a 100. Os municípios foram classificados em faixas de baixa, média e alta condição financeira. Os resultados indicam melhora na saúde fiscal dos municípios rondonienses entre 2017 e 2024. O ICF se mostra uma ferramenta robusta para subsidiar políticas públicas, fortalecer a governança fiscal e promover transparência na gestão municipal, com potencial de replicação em outros estados.



CONTEXTO

A condição financeira dos municípios brasileiros tem se tornado um tema central na agenda da gestão pública, especialmente diante da crescente escassez de recursos e da necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais à população. No Estado de Rondônia, esse cenário é ainda mais preocupante. Segundo dados da FIRJAN (2023), entre 2017 e 2022, cerca de 70% dos municípios rondonienses foram classificados com gestão fiscal em nível crítico ou de dificuldade, evidenciando uma fragilidade estrutural na autonomia financeira local.

> Essa situação reforça a importância de um estudo que investigue como os indicadores financeiros podem ser utilizados para mensurar a saúde fiscal dos municípios e subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes. A proposta de um Índice de Condição Financeira Municipal (ICF) surge como resposta à ausência de instrumentos diagnósticos adaptados à realidade rondoniense, oferecendo uma abordagem metodológica robusta e estatisticamente validada.



Dado que o recurso público disponível é limitado, a desigualdade na capacidade de geração de receitas entre os entes federativos pode levar a disparidades significativas na qualidade de vida dos cidadãos e na prestação de serviços públicos, como saúde, educação e infraestrutura. Isso resulta em oportunidades desiguais e compromete o princípio da equidade previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988). Para Lima e Diniz (2016), a avaliação da condição financeira é essencial para mitigar riscos de vulnerabilidade fiscal e antecipar cenários de estresse orçamentário.

Nesse contexto, os municípios rondonienses enfrentam desafios mais acentuados em relação à autonomia de gestão fiscal quando comparados a outras unidades da federação, como Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. A média de 70% de municípios em situação crítica entre 2017 e 2022 supera significativamente os índices observados nesses estados, revelando uma limitação estrutural na capacidade de geração de receitas próprias (FIRJAN, 2023).

Sob o ponto de vista teórico, diversos estudos têm se dedicado à construção de modelos de avaliação da condição financeira, como os de Groves, Valente e Nollenberger (2003), Wang, Dennis e Tu (2007), e Brown (1993), que propõem dimensões de solvência fiscal como base para análise. No Brasil, iniciativas como o CAPAG (STN, 2012) e o IVF (TCE-ES, 2021) demonstram o esforço institucional em monitorar a saúde fiscal dos entes subnacionais, embora ainda não contemplem as especificidades dos municípios rondonienses.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Considerando a variedade de modelos para avaliar a condição financeira de governos locais (Araújo; Leite; Leite Filho, 2019), o desenvolvimento de uma abordagem que contemple as especificidades dos municípios tende a identificar com maior exatidão as possíveis causas de distorções fiscais. Nesse contexto, esta dissertação parte do seguinte questionamento:

Quais indicadores são os mais adequados à realidade brasileira para mensurar a situação fiscal dos municípios de Rondônia?

OBJETIVO DA PROPOSTA

Propor um índice agregado para mensurar a condição financeira dos municípios do estado de Rondônia, com base em técnicas estatísticas multivariadas. Essa ferramenta visa oferecer suporte aos entes na formulação de políticas públicas baseadas em dados estatísticos confiáveis e eficazes, contribuindo para a inovação na políticas públicas.



MODELO ANALÍTICO:

O Índice de Condição Financeira (ICF) é uma ferramenta quantitativa desenvolvida para diagnosticar a saúde fiscal dos municípios de Rondônia de forma sintética e comparável. A seguir, apresenta-se o passo a passo para o cálculo e a interpretação do índice, permitindo sua replicação e utilização como instrumento de gestão.

Passo 1: Definição e Coleta dos Indicadores

O modelo se baseia em 11 indicadores financeiros, selecionados a partir do trabalho de Wang, Dennis e Tu (2007), que abrangem quatro dimensões essenciais da saúde fiscal. Os dados brutos para o cálculo devem ser extraídos de fontes públicas e oficiais. No caso deste estudou utilizou-se as fontes: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro 1 – Modelo de avaliação da condição financeira

Categoria	Indicador	Fórmula	Autores/Modelo
Solvência de Caixa	Posição de Caixa	$\frac{(CEC + IATCP)^1}{Obrigações\ de\ Curto\ Prazo}$	Groves, Godsey e Shulman (1981); Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015).
	Liquidez Imediata	$\frac{(CEC + IATCP + Recebíveis)^1}{Obrigações\ de\ Curto\ Prazo}$	Wang, Dennis e Tu (2007).
	Liquidez Corrente	$\frac{Ativos\ de\ Curto\ Prazo}{Obrigações\ de\ Curto\ Prazo}$	Groves, Valente e Nollenberger (2003); Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015); Turley, Robbins e Mcnena (2015); Carmeli (2002).
Solvência orçamentária	Posição Operacional	$\frac{Receita\ Total}{Despesa\ Total}$	Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Maher e Nollenberger (2009).
	Resultados da Execução Orçamentária	$\frac{Total\ de\ Superávit\ (Déficit)}{População}$	Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015); Turley, Robbins e Mcnena (2015); Carmeli (2002).
Solvência de Longo Prazo	Ativos Líquidos	$\frac{ALRNR^1}{Ativos\ Totais}$	Wang, Dennis e Tu (2007).
	Obrigações de Longo Prazo	$\frac{Obrigações\ de\ Longo\ Prazo}{Ativos\ Totais}$	Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015).
	Obrigações de Longo Prazo *per capita*	$\frac{Obrigações\ de\ Longo\ Prazo}{População}$	Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Clark (2015); Stone *et al.* (2015); Cabaleiro, Buch e Vaamonde (2012).

Categoria	Indicador	Fórmula	Autores/Modelo
Solvência do Nível de Serviços	Tributos *per capita*	$\frac{Total\ da\ Receita\ Tributária}{População}$	Wang, Dennis e Tu (2007).
	Receita *per capita*	$\frac{Total\ da\ Receita}{População}$	Berne e Schramm (1986); Brown (1993); Wang, Dennis e Tu (2007); Sohl *et al.* (2009).
	Gastos *per capita*	$\frac{Total\ dos\ Gastos}{População}$	Wang, Dennis e Tu (2007); Maher e Nollenberger (2009); Kavanagh (2007).

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016) e Wang, Dennis e Tu (2007).

As contas contábeis e orçamentárias devem ser extraídas, majoritariamente, do Balanço Patrimonial (BP), do Balanço Orçamentário (Anexo 1 do RREO) e da Declaração de Contas Anuais (DCA), disponíveis no portal SICONFI para cada município.

Passo 2: Preparação e Tratamento dos Dados

Para garantir a comparabilidade e a validade estatística, os dados brutos devem passar por um tratamento rigoroso antes da construção do índice.

a) **Ajuste de Orientação:** Alguns indicadores têm uma interpretação invertida, onde um valor maior significa uma pior condição financeira (ex: endividamento). Para padronizar a lógica de que "maior é melhor", os seguintes indicadores devem ser invertidos (multiplicados por -1):

- IND7 (Obrigações de Longo Prazo);
- IND8 (Obrigações de Longo Prazo per capita);
- IND11 (Gastos per capita).

b) **Transformação para Normalização:** Como dados financeiros frequentemente apresentam distribuição assimétrica, é necessário aplicar transformações matemáticas para mitigar o efeito de valores extremos e aproximar a distribuição da normalidade.

- Para indicadores que assumem apenas valores positivos (IND1, IND2, IND3, IND4, IND9, IND10), aplica-se a transformação de **Logaritmo Natural (Ln)**.
- Para indicadores que podem conter valores nulos ou negativos (IND5, IND6, IND7, IND8, IND11), utiliza-se a transformação de **Seno Hiperbólico Inverso (IHS)**, que possui propriedades semelhantes ao logaritmo, mas é definida para todo o conjunto de números reais.

c) **Padronização (*Z-Score*):** Após as transformações, todos os 11 indicadores devem ser padronizados utilizando o *Z-score*. Esse procedimento converte todas as variáveis para uma mesma escala, com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1, garantindo que nenhum indicador domine a composição do índice apenas por ter uma amplitude de valores maior.

Passo 3: Extração dos Fatores (Análise de Componentes Principais - ACP)

Com os 11 indicadores devidamente tratados e padronizados, aplica-se a técnica estatística de Análise de Componentes Principais (ACP). O objetivo é reduzir a complexidade dos dados, identificando as estruturas latentes que os conectam.

A ACP agrupa os 11 indicadores correlacionados em um número menor de "fatores" (ou componentes) não correlacionados entre si. No estudo original, a ACP extraiu 4 fatores principais que, em conjunto, explicaram 92,36% da variação total dos dados, um resultado considerado estatisticamente excelente (Hair *et al.*, 2009). Cada fator representa uma dimensão subjacente da condição financeira:

- Fator 1: Liquidez e Posição de Caixa;
- Fator 2: Sustentabilidade Patrimonial e Endividamento;
- Fator 3: Capacidade Fiscal e Nível de Serviços;
- Fator 4: Eficiência Operacional e Resultado Orçamentário.

Passo 4: Cálculo do Índice de Condição Financeira (ICF)

O ICF de cada município, para um determinado ano, é calculado como uma média ponderada dos escores fatoriais obtidos no Passo 3. Os "pesos" utilizados na ponderação são a porcentagem de variância que cada fator explica, garantindo que os fatores mais importantes tenham maior influência no resultado final.

A fórmula geral é:

ICF_bruto = (Escore Fator 1 * %Var F1) + (Escore Fator 2 * %Var F2) + (Escore Fator 3 * %Var F3) + (Escore Fator 4 * %Var F4)

Este cálculo resulta em um escore bruto para cada município.

Passo 5: Reescalonamento e Classificação

Para facilitar a interpretação e a comunicação, o ICF bruto é reescalonado para uma escala universal de 0 a 100, onde 0 representa a pior condição financeira observada no período e 100, a melhor.

Finalmente, os municípios são classificados em três faixas de desempenho, com base nos percentis da distribuição dos escores do ICF, a fim de evitar cortes arbitrários e respeitar a distribuição empírica dos dados. Os pontos de corte definidos no estudo foram:

- Baixa Condição Financeira: ICF ≤ 49,10
- Média Condição Financeira: 49,10 < ICF ≤ 63,50
- Alta Condição Financeira: ICF > 63,50

A aplicação sistemática destes cinco passos permite a qualquer interessado calcular o ICF, posicionar um município em relação aos seus pares e monitorar sua evolução fiscal ao longo do tempo, transformando dados contábeis complexos em um diagnóstico gerencial claro, objetivo e acionável.

RESULTADOS

A tabela 1 apresenta os valores do ICF obtidos para cada município rondoniense nos anos de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024. Os resultados possibilitam comparar a evolução longitudinal da condição financeira de cada ente municipal, bem como identificar variações e tendências no desempenho fiscal ao longo dos anos analisados.

Tabela 1 – Índice de Condição Financeira (ICF) atingido por cada município por ano

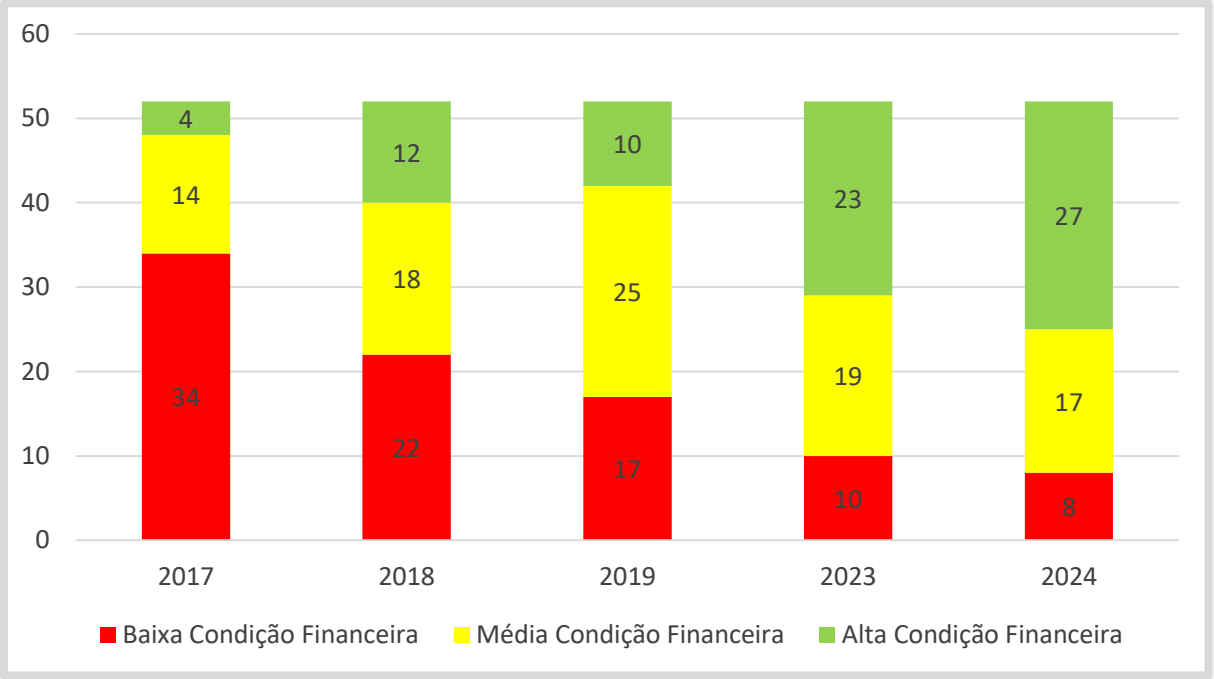
Município	2017	2018	2019	2023	2024
Alta Floresta D'Oeste	37,63	62,15	53,35	55,40	69,05
Alto Alegre dos Parecis	36,89	38,47	64,93	77,21	68,34
Alto Paraíso	50,99	60,73	48,20	57,78	73,77
Alvorada D'Oeste	48,71	47,84	52,81	58,15	70,20
Ariquemes	51,98	48,06	56,48	55,03	41,13
Buritis	45,64	49,76	38,67	51,62	47,67
Cabixi	48,04	70,56	60,63	68,39	81,84
Cacaulândia	40,34	59,16	57,90	80,56	86,08
Cacoal	39,50	51,08	45,31	48,87	67,03
Campo Novo de Rondônia	27,18	40,48	96,52	64,85	64,11
Candeias do Jamari	31,00	40,48	33,75	39,55	44,69
Castanheiras	53,57	59,96	51,43	72,88	69,88
Cerejeiras	60,31	64,59	64,14	81,62	66,81
Chupinguaia	68,50	64,43	66,56	62,78	78,57
Colorado do Oeste	33,42	56,36	43,56	52,88	64,31
Corumbiara	62,94	67,36	49,94	66,57	86,34
Costa Marques	43,72	51,29	32,34	66,34	74,23
Cujubim	45,04	49,78	47,38	56,29	49,01
Espigão D'Oeste	61,13	60,13	54,14	48,26	55,78
Governador Jorge Teixeira	39,30	53,98	56,17	47,95	58,10
Guajará-Mirim	0,07	11,66	10,23	27,92	34,99
Itapuã do Oeste	26,41	65,89	59,48	74,50	62,58
Jaru	41,99	45,32	45,06	56,00	63,38
Ji-Paraná	46,59	46,89	50,32	50,45	50,80
Machadinho D'Oeste	23,68	37,74	48,15	34,87	55,19
Ministro Andreazza	44,58	59,90	60,09	81,09	76,56
Mirante da Serra	48,72	55,10	53,37	63,03	48,82

Município	2017	2018	2019	2023	2024
Monte Negro	39,33	49,11	41,05	50,43	70,91
Nova Brasilândia D'Oeste	51,59	35,99	53,98	59,73	52,33
Nova Mamoré	49,52	40,23	45,18	67,47	65,76
Nova União	82,01	77,28	81,41	63,52	60,94
Novo Horizonte do Oeste	20,41	44,54	46,69	57,03	58,60
Ouro Preto do Oeste	38,87	36,03	54,99	50,61	29,71
Parecis	39,19	49,83	54,83	65,50	73,85
Pimenta Bueno	45,44	45,45	64,14	59,98	59,53
Pimenteiras do Oeste	73,85	81,27	69,65	66,77	87,71
Porto Velho	48,68	39,50	48,94	17,91	38,68
Presidente Médici	35,87	38,97	45,62	59,58	49,50
Primavera de Rondônia	57,74	83,42	55,55	90,02	61,86
Rio Crespo	39,09	57,38	42,71	59,62	91,35
Rolim de Moura	24,79	41,97	46,10	48,67	50,93
Santa Luzia D'Oeste	57,86	63,91	72,51	79,28	78,89
São Felipe D'Oeste	56,14	69,70	61,18	99,87	90,02
São Francisco do Guaporé	62,07	65,82	59,59	74,74	75,00
São Miguel do Guaporé	47,00	46,67	54,13	46,75	64,46
Seringueiras	54,87	61,43	72,60	64,00	82,92
Teixeirópolis	76,61	75,44	94,99	93,70	82,38
Theobroma	26,77	39,32	55,94	66,62	76,31
Urupá	62,52	51,16	54,40	83,05	60,81
Vale do Anari	35,29	46,07	55,47	71,42	61,08
Vale do Paraíso	41,79	47,87	51,55	38,65	50,08
Vilhena	48,67	47,50	56,10	55,42	50,20

Fonte: elaborado pelo autor (2025).
Nota: ≤ 49,10 = Baixa | 49,10 > e ≤ 63,50 = Média | > 63,50 = Alta

Para complementar a análise, o gráfico 1 sintetiza a quantidade de municípios classificados em cada nível de condição financeira em cada ano do período analisado. Essa visão geral permite visualizar a distribuição dos municípios entre as três faixas e identificar mudanças na composição relativa dos grupos ao longo do tempo, evidenciando avanços ou retrocessos coletivos na saúde fiscal municipal.

Gráfico 1 - Quantidade de municípios por nível de condição financeira – 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A análise do gráfico evidencia variações relevantes na distribuição dos municípios entre as faixas de baixa, média e alta condição financeira ao longo do período estudado. Nota-se, por exemplo, a redução gradual do número de municípios com baixa condição financeira e o consequente aumento da participação daqueles classificados nas faixas média e alta, o que sugere avanços coletivos na gestão fiscal municipal em determinados anos.

CONCLUSÃO

Esta dissertação desenvolveu o Índice de Condição Financeira (ICF), uma ferramenta estatística robusta e inovadora para mensurar a saúde fiscal dos 52 municípios de Rondônia. A construção do índice baseou-se em 11 indicadores financeiros, selecionados a partir de uma revisão teórica criteriosa e organizados segundo o modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), que contempla quatro dimensões de solvência: de caixa, orçamentária, de longo prazo e do nível de serviços.

Os dados foram tratados com transformações logarítmicas e IHS, padronizados em *Z-score* e submetidos à Análise de Componentes Principais (ACP), que extraiu quatro fatores explicando 92,36% da variância total. A ponderação dos escores fatoriais pela variância explicada permitiu a construção de um índice sintético, reescalonado para uma escala de 0 a 100, facilitando a interpretação e a comparação entre municípios.

O ICF revelou avanços significativos na condição financeira municipal entre 2017 e 2024, com redução expressiva no número de municípios em situação crítica e aumento na faixa de alta condição fiscal. Os *rankings* gerados possibilitam identificar padrões regionais e fragilidades estruturais, oferecendo subsídios para políticas públicas mais eficazes.

A contribuição do estudo se dá em três frentes:

Teórica, ao validar empiricamente um modelo internacional para o contexto subnacional brasileiro;

Metodológica, ao apresentar um roteiro replicável de construção de indicadores compostos com base em técnicas multivariadas;

Gerencial, ao disponibilizar uma ferramenta prática para gestores públicos e órgãos de controle, com potencial de aplicação em outros estados da Região Norte.

Apesar das limitações inerentes à técnica estatística utilizada, como a dificuldade de replicação dos escores fatoriais, o ICF se mostra confiável e útil para o diagnóstico fiscal municipal. Recomenda-se, para estudos futuros, a investigação dos determinantes da posição dos municípios no ranking do ICF, bem como a expansão da metodologia para outros estados e a incorporação de indicadores qualitativos de governança.

Em síntese, o ICF representa um avanço metodológico e prático na avaliação da condição financeira municipal, com potencial para fortalecer a transparência, a governança fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas em Rondônia e além.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. A. M.; LEITE, K. K. M.; LEITE FILHO, P. A. M. Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [*S.l.*], v. 38, n. 3, p. 01-18, 18 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. **Modelo de análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG)**: instituído pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 10 de setembro de 2012, 2012.

BROWN, K. W. The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. **Government Finance Review**, Chicago, v. 9, n. 6, p. 21-26, dez.1993.

CARMELI, A. A conceptual and practical framework of measuring performance of local authorities in financial terms: analysing the case of Israel. **Local Government Studies**, [*S.l.*], v. 28, n. 1, p. 21-36, 2002.

CLARK, B. Y. Evaluating the Validity and Reliability of the Financial Condition Index for Local Governments. **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 35, n. 2, p. 66-88, jun.2015. DOI: https://doi.org/10.1111/pbaf.12063.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES. **Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF)**. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES. Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos – NATR. **Informe NATR nº 1/2023**: Indicador de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) dos municípios capixabas – 2022. Vitória: TCE-ES, maio.2023. Disponível em: https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/formidable/130/Informativo-NATR-1-2023-IVF-2022.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e STATA®. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Aálises e Rankings - IFGF Série Histórica. Firjan**. 2023. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifgf/analises-e-rankings/. Acesso em 5 jun 2025.

GROVES, S. M.; VALENTE, M. G.; NOLLENBERGER, K. **Evaluating financial condition**. A handbook for local government. 4. ed. Washington D.C.: The

International City/ County Management Association – ICMA, 2003.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R, L. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KAVANAGH, S.C. **Financing the Future: Long-Term Financial Planning for Local Government**, Chicago: Government Finance Officers Association (GFOA). 2007.

LIMA, S. C. D.; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública: Análise Financeira Governamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MAHER, C. S.; NOLLENBERGER, K. Revisiting Kenneth Brown's "10-Point Test." **Government Finance Review**, [*S.l.*], v. 25, n. 5, p. 61-66, jan.2009.

SOHL, S.; PEDDLE, M.T.; THURMAIER, K.; WOOD, C. H.; KUHN, G. (2009). Measuring the Financial Position of Municipalities: Numbers Do Not Speak for Themselves. **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 29, n. 3, p. 74-96, 2009.

STONE, S. B.; SINGLA, A.; COMEAUX, J.; KIRSCHNER, C. A Comparison of Financial Indicators: The Case of Detroit. **Public Budgeting & Finance**, [*S.l.*], v. 35, n. 4, p. 90-111, dez.2015. DOI: https://doi.org/10.1111/pbaf.12079.

TURLEY, G.; ROBBINS, G.; MCNENA, S. A framework to measure the financial performance of local governments. **Local Government Studies**, [*S.l.*], v. 41, n. 3, p. 1-20, jan.2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/03003930.2014.991865.

WANG, X. H.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: A Study of U.S. States. **Public Budgeting and Finance**, [*S.l.*], v. 27, n. 2, p. 1-21, 2007.

Mestrando: Elisson Sanches de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Sandra da Cruz Garcia

Fundação Universidade Federal de Rondônia

20 de setembro de 2025

PROFIAP

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA